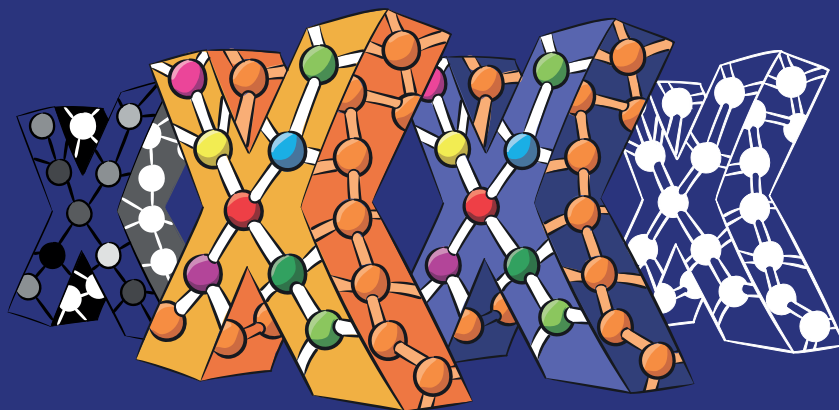
HISTÓRIA. A PROPÓSITO DO LANÇAMENTO DO SEGUNDO VOLUME DA BIOGRAFIA DE MUSSOLINI, MINO CARTA LEMBRA DINO GRANDI, QUE ESCREVEU A MOÇÃO PARA DERRUBAR O LÍDER FASCISTA E VIVEU NO BRASIL

UCRÂNIA. AS SANÇÕES APROFUNDAM-SE, AFETAM O PIB GLOBAL E AMEAÇAM DIVIDIR O MUNDO EM DOIS

MOVIMENTO EM DEFESA DA CAIXA PÚBLICA,
DOS BANCÁRIOS E DO BRASIL.

“Caixa Social
é Caixa Pública.
Social é ser
Pública”

Os empregados e empregadas são a força motriz que protege a Caixa e permite que ela alcance todos os cantos do país. São mais de 84 mil pessoas, que seguem atuando para garantir a efetividade das políticas públicas de educação, saneamento, agricultura, moradia e sustentabilidade.

Mas, o banco público está sob ameaça de privatização e essa força precisa do apoio dos 211 milhões de brasileiros e brasileiras. Por isso, os bancários e bancárias da Caixa estão fazendo um chamamento público e pretendem envolver toda a sociedade para defender a Caixa pública e reforçar a importância do banco para todos e todas.

Junte-se ao movimento em defesa da Caixa!

CartaCapital

16 DE MARÇO DE 2022 • ANO XXVII • Nº 1199

Capa: Pilar Velloso. Foto: iStockphoto

Mamãe, me lasquei. Pág. 28

ALEX SILVA/ESTADÃO CONTEÚDO E AP

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Ana Flávia Gussen, Cleide Sanchez Rodriguez, Fabíola Mendonça (Recife) e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VÍDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Caio César, Camila da Silva e Natane Pedroso
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

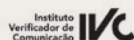
PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: **http://Atendimento.CartaCapital.com.br**
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**

CARTAS CAPITAIS

PUTIN CONTRA O MUNDO

A distância entre Kiev e Moscou em linha reta é de, aproximadamente, 760 quilômetros. Um míssil da Otan disparado de Kiev levaria cerca de 2 minutos para atingir Moscou. Esse tempo seria insuficiente para a Rússia acionar seu sistema de defesa e para os 12 milhões de moscovitas correrem para os abrigos antiaéreos. Definitivamente, nenhum presidente russo vai permitir a instalação de mísseis na Ucrânia. Assim como nenhum presidente dos EUA permitiria mísseis russos a uma distância tão curta de Washington.
Prof. Dr. Annibal Affonso Neto

LOBO À ESPREITA

Lula foi um pouco infeliz na defesa da paz entre Ucrânia e Rússia. Quem provocou a guerra foram os EUA e a Otan. O Tio Sam gostaria que o Canadá e o México se aliassem a Moscou com arsenais bélicos atômicos? Putin pode ter calculado mal, mas não teve saída, ou invadia a Ucrânia ou aceitaria passivamente o inimigo crescer às suas barbas.
Paulo Sérgio Cordeiro Santos

PARA INGLÊS VER

O colonialismo nunca deixou de existir. Pior que, com a liberação *(do garimpo em terras indígenas)*, a quase totalidade do povo brasileiro em nada será beneficiada. A profunda desigualdade, trágica para a classe popular, vai continuar.
Ranz Dom

MEMÓRIA APAGADA

O Arquivo Nacional refuta veementemente que tenha ocorrido "eliminação de provas documentais de crimes cometidos pela ditadura" sob sua guarda. Ao realizar o contato prévio com a instituição, *CartaCapital* não mencionou a denúncia, supostamente realizada por servidores do AN. Com isso, a falta de conteúdo probatório e do devido contraditório sobre o que foi alegado levou à veiculação de informações que não condizem com a realidade.
A destruição arbitrária de documentos públicos é crime, e cabe ao servidor ciente desse fato formalizar denúncia às instâncias competentes. Até o presente momento, nenhuma denúncia desse tipo foi registrada por nossos servidores.
José Márcio B. Rangel, assessor de Comunicação Social do Arquivo Nacional

RESPOSTA DE MAURÍCIO THUSWHOL:

O repórter reafirma o conteúdo da matéria e ressalta que ouviu diversos servidores e ex-servidores do Arquivo Nacional. Estes denunciaram o esvaziamento das funções do corpo técnico da instituição e a falta do correto encaminhamento de uma gama de documentos que deixaram de ser analisados de forma adequada. Essa realidade, segundo as fontes, se instalou desde a publicação do Decreto 10.148, que retirou do Arquivo Nacional a prerrogativa de decidir sobre a eliminação ou não de documentos, e teria se agravado com a nomeação do atual diretor, Ricardo Borda D'Água. A reportagem recorreu ao recurso do off porque, em sua totalidade, os servidores contatados para a matéria manifestaram medo quanto à possibilidade de perseguição interna, marca registrada do atual governo. E lembra o secular direito ao sigilo de fonte.

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

PL do Veneno

Um parecer da consultoria legislativa do Senado apontou riscos e inconstitucionalidades no projeto aprovado na Câmara que flexibiliza a liberação de fertilizantes, o "PL do Veneno". "O uso de agrotóxicos em ambientes urbanos, rotulados como herbicidas urbanos, capina química, desfolhante agroindustrial, tem se incrementado, o que representa riscos à saúde humana e ao meio ambiente e devem ser tratados com o mesmo rigor", diz um dos trechos da nota.

Alckmin ainda não confirmou se vai ou se fica

2022/ Lula com chuchu

Alckmin aproxima-se do PSB e da vice do petista

O ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin saiu do PSDB, mas o PSDB ainda não saiu dele. No melhor estilo tucano, Alckmin saiu pela tangente ao comentar o anúncio de Carlos Siqueira, presidente do PSB, de que um acordo para a sua filiação à legenda havia sido concretizado. "Continuo conversando com outros partidos que buscam uma unidade de ação em defesa da democracia e de melhores condições de vida para o nosso povo", escreveu Alckmin em uma rede social. Antes, Siqueira havia sido enfático: "Só falta a data de filiação. A conversa foi excelente. Ele vai ser o vice se Lula confirmar o convite".

No PT, as resistências ao nome de Alckmin tornaram-se residuais. O ex-presidente está concentrado nas negociações que visam formar a mais ampla aliança possível para derrotar Bolsonaro, se possível no primeiro turno. Um dos objetivos era incluir o PSD de Gilberto Kassab neste bloco logo no início da campanha, mas as conversas não têm avançado. As duas agremiações chegaram a um acordo em Minas Gerais. O prefeito pessedista Alexandre Kalil será candidato ao governo estadual. O deputado petista Reginaldo Lopes concorrerá ao Senado. Houve, porém, um recuo na Bahia, maior colégio eleitoral do Nordeste. O senador Jaques Wagner abriu mão da candidatura a governador, em princípio em favor de Otto Alencar. Foi insuficiente para convencer o partido de Kassab. Agora o PT inclina-se a escolher um nome próprio. Após o lançamento oficial da campanha, Lula pretende percorrer o País, maneira de se contrapor ao poder da caneta presidencial nas mãos de Bolsonaro. Pesquisas recentes mostram que o Palácio do Planalto conseguiu estancar a queda de popularidade do ex-capitão.

CARL DE SOUZA/AFP, GOVSP, ARQUIVO NACIONAL E GUSTAVO BEZERRA/PT NA CÂMARA

Arquivo Nacional/**Contra o desmonte**

Reportagem de *CartaCapital* inspira representação do PT

A bancada do PT no Congresso enviou uma representação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União, na qual pede a apuração e a interrupção do desmonte das estruturas do Arquivo Nacional. O requerimento baseia-se em reportagem de Maurício Thuswohl publicada na edição 1198 de *CartaCapital*. Servidores da autarquia denunciam a eliminação indiscriminada e sem embasamento técnico de documentos financeiros que não foram encaminhados à prestação de contas ao TCU e de provas documentais de crimes cometidos pela ditadura. No último ano de mandato, o governo Bolsonaro parece disposto a acelerar a destruição de arquivos, possibilidade estabelecida por um decreto de 2019 que retirou da autarquia a prerrogativa de decidir a respeito da eliminação de documentos.

O Ministério Público e o tribunal devem "agir com a celeridade que a gravidade da realidade aponta, inclusive buscando as medidas judiciais cabíveis (cautelares) para impedir a continuidade de tais ações e responsabilizar os envolvidos pelas ações e condutas já perpetradas", diz a representação assinada por Reginaldo Lopes, líder do PT na Câmara dos Deputados.

Lopes pede providências imediatas ao MP e ao TCU

Na lista da ONU

O Brasil foi incluído, pelo terceiro ano consecutivo, na lista das Nações Unidas com cerca de 40 países nos quais a violação dos direitos humanos é considerada crítica. "No Brasil, 79% dos mortos em intervenções policiais em 2020 eram de origem africana. Estatísticas preocupantes nesta mesma linha surgem em vários outros países", afirmou Michelle Bachelet, alta-comissária para os Direitos Humanos da ONU. "As mortes de indivíduos com descendência africana nas mãos de autoridades policiais continuam a ocorrer em níveis desproporcionalmente altos em muitos países."

Pandemia/ **RIO SEM MÁSCARAS**

A CAPITAL FLUMINENSE SUSPENDE O USO OBRIGATÓRIO DE PROTEÇÃO

As curvas de contágio e mortes por Covid-19 no Brasil estão em queda. Os números continuam, no entanto, elevados para os padrões internacionais: mais de 200 óbitos diários, em média, e 653 mil desde o começo da pandemia. É hora de relaxar? Para o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, sim. Amparado pelo conselho científico da cidade, Paes editou um decreto na segunda-feira 7 que suspende o uso obrigatório de máscaras. Trata-se da primeira capital brasileira a abolir o item. "Temos a menor transmissão desde o início da pandemia, de 0,3, e uma positividade menor que 5%, com redução gradativa ao longo das últimas semanas", justificou Daniel Soranz, secretário municipal de Saúde. A exigência do passaporte vacinal para o ingresso em locais fechados continua de pé e só será revista quando 70% da população da cidade tiver tomado a dose de reforço. Atualmente, o índice é de 54%. "Hoje é cada vez mais difícil ver um caso grave de Covid no Rio, por causa da nossa alta cobertura vacinal", afirmou o secretário.

Na quarta-feira 9, São Paulo decidiu copiar o Rio.

Nas praias cariocas, liberdade é exibir o nariz

Marcola condenado (outra vez)

O que são mais 12 anos de prisão na ficha de Marco Camacho, o Marcola, apontado como principal líder do PCC. Esta foi a pena acrescida ao seu histórico. Marcola tem agora nas costas 342 anos. O Ministério Público de São Paulo acusou-o de ter ordenado o assassinato do promotor Lincoln Gakyia e do chefe da Coordenadoria dos Presídios da Região Oeste, Roberto Medina, em dezembro de 2018. Recentemente, Marcola foi transferido da Penitenciária Federal de Brasília para o presídio de Porto Velho, em Rondônia.

Violência/

A cultura do estupro

Uma mulher é violentada no Brasil a cada dez minutos

Filósofos e filósofas, cientistas sociais de diferentes matizes, discutem se é possível chamar de "cultura do estupro" a rotina de violações a mulheres no País. Se não é cultura, no mínimo é um hábito arraigado, quase um traço de caráter do homem brasileiro. No ano passado, foram registrados 56.098 estupros de mulheres, 3,7% a mais do que em 2020, um a cada dez minutos. São números comparáveis àqueles de homicídios, estatística na qual o Brasil também se destaca mundialmente. Os números foram compilados pelo Fórum de Segurança Pública das bases de dados oficiais e, provavelmente, estão aquém da realidade. "Existe uma subnotificação imensa e o que conseguimos ver é a ponta do iceberg. A gente já imaginava que a pandemia faria crescer a violência contra a mulher, porque isso ocorreu em outros países, e também por ter uma vasta literatura que mostra que em momentos de crise existe aumento da violência contra a mulher", declarou Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum.

O perigo, mostra o levantamento, em geral está em casa. A maior parte das vítimas são crianças e adolescentes de até 13 anos. Muitos dos algozes, parentes. "A pandemia as confinou em casa. Elas ficaram sem escola, então não tinham nem acesso a um profissional da educação que poderia perceber se elas sofriam algum tipo de violência", acrescenta Bueno, que estima em cinco vezes mais o número total de casos.

O Fórum também contabilizou o número de feminicídios durante a crise sanitária: 2.451 mulheres foram assassinadas pelo simples fato de serem mulheres, desde março de 2020. "Os dados apontam para a urgência de implementação de políticas públicas de acolhimento, prevenção e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres no Brasil", disse a pesquisadora.

MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO E ISTOCKPHOTO

Meio ambiente/ Mascates da guerra

O conflito na Ucrânia virou pretexto para liberar garimpo em terras indígenas

A guerra da Ucrânia está sendo usada pelo governo como pretexto para acelerar a votação do projeto que libera a mineração em terras indígenas. A proposta foi apresentada por Jair Bolsonaro em fevereiro de 2020, mas pouco avançou desde então. Agora, sob a justificativa de reduzir a dependência do Brasil de fertilizantes importados da Rússia, uma vez que haveria grandes reservas de potássio (matéria-prima do produto) nas aldeias, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, coletou as assinaturas necessárias para votar o requerimento de urgência da proposta, ao cabo aprovado pelo plenário da Casa Legislativa na quarta-feira 9.

O projeto prevê a supressão de um artigo do Estatuto do Índio, a estabelecer a "garimpagem, a faiscação e a cata" como atividades exclusivas das comunidades. Com a modificação da legislação de 1973, empresas poderiam ser autorizadas a explorar minérios nas terras indígenas. "Com a guerra Rússia/Ucrânia, hoje corremos o risco da falta do potássio ou aumento do seu preço. Nossa segurança alimentar e o agronegócio (economia) exigem de nós, Executivo e Legislativo, medidas que nos permitam a não dependência externa de algo que temos em abundância", escreveu Bolsonaro nas redes sociais, ao defender a proposta.

A Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal apontou, na terça-feira 8, "vício insanável" e "patrocínio de conflito de interesses" no projeto do governo e prevê a contestação da lei na Justiça. Segundo o MPF, a aprovação do projeto pode levar à "destruição de importantes áreas hoje ambientalmente protegidas, assim como à desestruturação ou desaparecimento físico de diversos povos indígenas, especialmente aqueles localizados na Região Amazônica".

Diante da ofensiva do governo para desmontar a legislação ambiental – além da mineração em terras indígenas, Bolsonaro apoia propostas que facilitam a aprovação de agrotóxicos, permitem a legalização de terras griladas e flexibilizam o licenciamento ambiental –, o cantor e compositor Caetano Veloso reuniu artistas e movimentos socioambientais em frente ao Congresso na quarta-feira 9 para protestar contra projetos de lei que ameaçam o meio ambiente. O ato contra o "pacote da destruição" contou com a presença de Daniela Mercury, Emicida, Maria Gadú, entre outras celebridades.

A Câmara se mostra insensível aos apelos de Caetano Veloso

Muy amigos

Dias antes de suspender as importações do petróleo russo, o presidente dos EUA, Joe Biden, decidiu restabelecer laços com a Venezuela. No sábado 5, uma comitiva norte-americana foi recebida por Nicolás Maduro no Palácio de Miraflores, em Caracas. A Casa Branca confirmou que, entre os objetivos da visita, figurava o tema da "segurança energética". Vladimir Putin é aliado do líder venezuelano há anos e, em grande medida, evitou uma intervenção dos EUA para derrubar Maduro, chegando a enviar caças e armamento militar em momentos-chave. Mas, diante da oportunidade de vender petróleo ao maior mercado consumidor do mundo, Maduro dispôs-se a manter uma conversa "respeitosa, cordial e muito diplomática" com as autoridades dos EUA. Curiosamente, na mídia ocidental, o predicado "ditador" desapareceu repentinamente nas menções ao "presidente venezuelano".

O REVIDE DA CASA-GRANDE

AS COTAS DEMOCRATIZARAM O ACESSO ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, MAS HÁ QUEM QUEIRA SE APROVEITAR DA REVISÃO DECENAL DA LEI PARA ELIMINAR OS CRITÉRIOS RACIAIS

por FABÍOLA MENDONÇA E RODRIGO MARTINS

No início de 2021, uma família negra de Caçapava, no interior paulista, teve uma dupla conquista para celebrar. A técnica de enfermagem Sandra Baptista, de 53 anos, obteve uma bolsa de estudos integral para cursar Gestão Pública em uma universidade privada de Santos. Já a filha Lívia Gabrielle dos Santos da Silva, de 18 anos, foi aprovada no processo seletivo do curso de Engenharia Química da USP, no *campus* de Lorena, e tornou-se a primeira integrante do núcleo familiar a ter acesso a uma universidade pública. Até então, apenas outro filho teve a oportunidade de cursar uma faculdade, com financiamento pelo Fies.

Sandra precisou adiar por muitos anos o sonho do ensino superior. Chegou a iniciar alguns cursos no passado, mas precisou abandoná-los em decorrência de problemas financeiros. Agora, com os filhos crescidos, acredita ser possível conciliar o trabalho com a graduação a distância. Lívia, por sua vez, entrou na USP logo após o Ensino Médio. Não foi uma tarefa fácil, ainda mais em tempos de pandemia. "Começava às 7 e meia da manhã e seguia com os estudos até 9 da noite, sem descanso", relembra. Um sacrifício necessário para dar conta das aulas remotas da escola, a elaboração do trabalho de conclusão de curso e o reforço do Emancipa, um cursinho popular, mantido por voluntários.

ANTES EM MINORIA, OS NEGROS HOJE SOMAM 51,2% DOS ALUNOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. AS VAGAS PARA BRANCOS TAMBÉM CRESCERAM

Beneficiária do sistema de cotas, ela recebe uma bolsa de 500 reais para custear a moradia e tem direito a refeições gratuitas no restaurante universitário. "Como divido o apartamento com duas amigas, consigo pagar a maior parte dos gastos. Ainda assim, preciso da ajuda dos meus pais para cobrir algumas despesas", comenta. "Sem as cotas e sem esse auxílio financeiro do programa de permanência, eu jamais conseguiria fazer esse curso na USP. Os alunos da escola pública estão em muita desvantagem em relação aos de colégios particulares. E acho muito justo que a população negra tenha acesso facilitado às universidades, até para reparar os três séculos e meio de escravidão e toda a exclusão que sofremos desde então. Após a Abolição, por muitos anos nos impediram de estudar e até mesmo de trabalhar em algumas profissões, como cocheiro. Nada mais justo do que termos, ao menos, a possibilidade de modificar o nosso futuro."

Assim como Lívia, centenas de milha-

O sistema de cotas mudou o perfil das universidades federais. O indígena Tarisson Nawa *(abaixo)* vê na política a possibilidade de inverter papéis, de objeto de estudo a pesquisador da história de seu povo. Lívia Gabrielle *(ao lado)* realizou aos 18 anos o sonho que a mãe, Sandra, levou cinco décadas para desfrutar

res de brasileiros tiveram acesso à universidade pública facilitado pelas cotas raciais, implantadas oficialmente no Brasil a partir da Lei 12.711, de 2012. No texto sancionado por Dilma Rousseff, está prevista uma revisão do sistema de cotas após dez anos de implantação, o que ocorrerá em agosto próximo. O governo ainda não se pronunciou formalmente sobre o tema, mas o ministro da Educação, o pastor presbiteriano Milton Ribeiro, já se manifestou no passado contra a reserva de vagas por critérios étnico-raciais. Pior: no Congresso, representantes da base bolsonarista e da autointitulada "direita liberal" se articulam para derrubar o mecanismo, mantendo apenas os critérios sociais.

Em artigo publicado no *Jornal da Ciência*, um veículo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o advogado José Eduardo Cardoso, ex-ministro da Justiça, esclarece que a lei não tem prazo de validade. "No seu texto não existe nenhuma data estabelecendo o fim da sua vigência. Ao contrário, o que existe, no seu art. 7º, é a previsão de que se realize uma revisão dos seus termos, 'no prazo de dez anos', e não a afirmação da 'perda da sua vigência' após o período de dez anos". Ou seja, a legislação não vai caducar, caso os parlamentares decidam analisar o tema com calma em outro momento, fora do afogadilho do período eleitoral.

Cleber Santos, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e professor da Unifesp, reforça essa linha de raciocínio e não descarta judicializar a questão, caso seja retirada da lei a reserva de vagas nas universidades para pretos, pardos e indígenas (PPI). "A lei não tem uma expiração prevista para ocorrer em 2022. Fala de monitoramento e avaliação por parte dos órgãos públicos responsáveis, o que não ocorreu", observa. "É preciso entender a revisão como um processo de aperfeiçoamento a partir desse monitoramento e avaliação, com dados concretos."

A possibilidade da exclusão dos critérios raciais preocupa os defensores das cotas, sobretudo quando se considera o perfil do governo Bolsonaro, sempre refratário a políticas públicas inclusivas. "Há o enorme risco de aprovarem uma nova legislação que limite as cotas ou abram a possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro vetar um trecho específico, que leve à exclusão de algum grupo beneficiado", chama atenção Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação e atual presidente da SBPC. "É preciso destacar que todas as cotas são sociais, pois os beneficiários precisam ser, necessariamente, egressos de escolas públicas. Você pode ser negro, pode ser indígena, pode ter alguma deficiência... Não terá direito à reserva de vagas a menos que tenha cursado os três anos do Ensino Médio na rede pública. Não vejo por que mudar esse sistema. Ele não prejudica ninguém. As cotas levam em conta a proporção de todos os grupos étnicos e pessoas com deficiência existentes em cada estado, nem mais nem menos."

"Sim, podemos ocupar espaços de poder", diz Joana Guimarães, primeira reitora negra do País

"SE REVISAR A LEI NESTE MOMENTO, HÁ O ENORME RISCO DE APROVAREM UMA NOVA LEGISLAÇÃO QUE LIMITE AS COTAS", ALERTA JANINE RIBEIRO

Uma das iniciativas para acabar com as cotas raciais foi apresentada pelo deputado Kim Kataguiri, do DEM. Em tramitação na Câmara, o Projeto de Lei 4125/21 estabelece que as vagas deveriam ser destinadas exclusivamente aos alunos de baixa renda. "Além de inconstitucionais, as políticas de discriminação positiva não fazem o menor sentido. Quem é excluído da educação é o pobre, que entra cedo no mercado de trabalho e depende dos serviços educacionais do Estado, que, em geral, são de péssima qualidade", diz o parlamentar. "A pobreza não tem cor."

O militante do MBL, que recentemente lamentou o fato de a Alemanha ter criminalizado o nazismo em um *podcast*, parece ignorar os indicadores sociais, sempre mais desfavoráveis à população negra, mesmo quando se comparam grupos com a mesma escolaridade ou faixa de renda. "Perder o componente racial é retroceder mais de 130 anos de história. As cotas ainda não respondem a toda necessidade da população brasileira, sobretudo a que vive discriminação histórica. É visível que avançou a presença dos estudantes negros nas universidades federais, mas é também visível a imensidão do lado de fora", afirma Matilde Riberio, ex-ministra da Secretaria Especial de Igualdade Racial no governo Lula. "A manutenção do componente racial é uma responsabilidade do Estado e da sociedade, considerando que, em todos os dados estatísticos de todas as áreas das políticas públicas, você identificará que a população negra é preterida."

A lei determina que todas as universidades e institutos federais de ensino de-

UFSB

vem reservar ao menos 50% das vagas dos cursos de graduação para alunos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Desse montante, metade das vagas será destinada a pessoas com renda de até um salário mínimo e meio *per capita*. A outra é distribuída entre pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, considerando a proporcionalidade das populações em cada estado, segundo o último Censo do IBGE. "O sistema de ensino é ruim para todos, brancos e não brancos, mas, quando a gente olha para o Ensino Médio, 71,7% dos jovens fora da escola são negros", comenta José Nilton, professor de Educação das Relações Étnico-Raciais, disciplina obrigatória em todos os cursos da UFRPE.

A maior virtude da Lei de Cotas é o fato de ser uma política abrangente e multidimensional, com uma combinação de critérios que combate, simultaneamente, as desigualdades socioeconômicas e as raciais, ressalta Adriano Senkevics, doutor em Educação pela USP e pesquisador do Inep. Dessa forma, democratizou-se o acesso às universidades federais, inclusive nas carreiras mais prestigiadas, como medicina e engenharia. "Não se pode dizer que a legislação privilegia grupos que teriam condições financeiras de disputar vagas pelo sistema universal, pois todos os cotistas, sem exceção, precisam ser egressos de escola pública, dos quais metade deles também de renda baixa. E não bastaria manter apenas os critérios sociais, pois a desigualdade possui especificidades de cunho racial", explica Senkevics.

Em estudo publicado há três anos na *Cadernos de Pesquisa*, revista científica da Fundação Carlos Chagas, Senkevics e Ursula Mattioli Mello, pesquisadora do Institute for Economic Analysis, de Barcelona, revelaram o impacto da Lei de Cotas nas universidades. O porcentual de alunos egressos de escolas públicas e com renda de até um salário mínimo e meio,

O PERFIL DOS GRADUANDOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

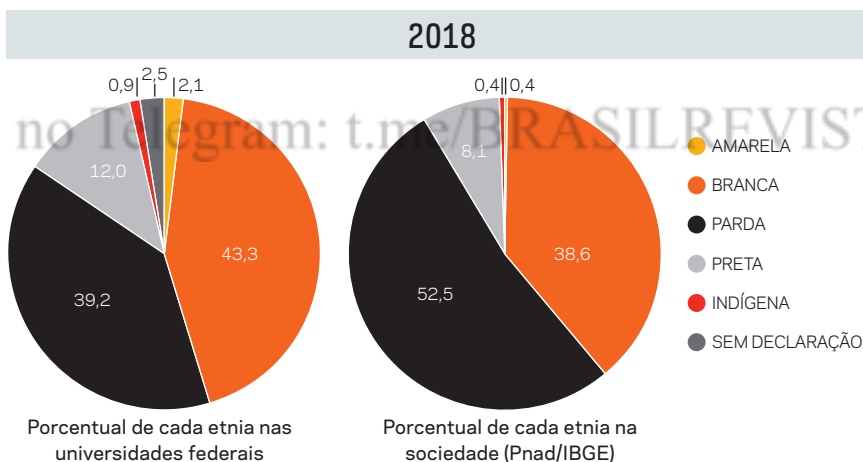
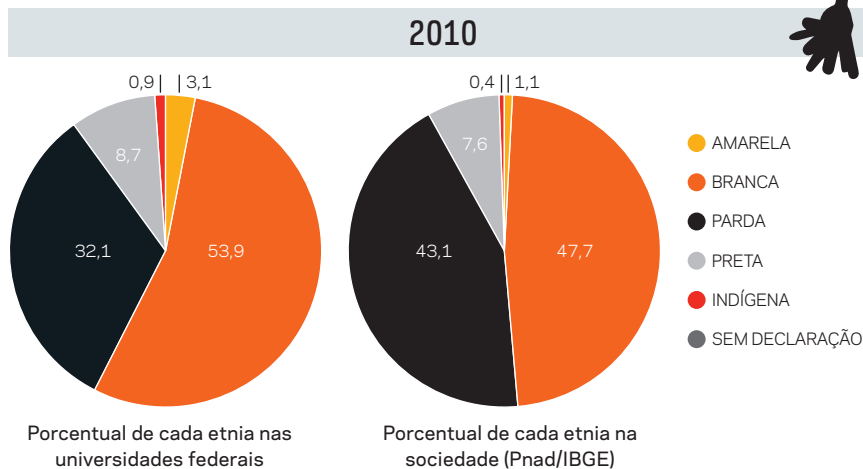
2010

Porcentual de cada etnia nas universidades federais

Porcentual de cada etnia na sociedade (Pnad/IBGE)

2018

Porcentual de cada etnia nas universidades federais

Porcentual de cada etnia na sociedade (Pnad/IBGE)

NÃO DIMINUIU O NÚMERO DE VAGAS PARA OS BRANCOS

COR OU RAÇA	2010	2018
AMARELA	20.079	25.643
BRANCA	353.871	520.008
PARDA	210.498	470.227
PRETA	57.218	143.599
INDÍGENA	6.102	10.736
OUTRA	8.399	---
SEM DECLARAÇÃO	---	30.087
TOTAL	656.167	1.200.300

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):
Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das Ifes (2018).

independentemente do perfil racial, aumentou de 48,12%, em 2012, para 54,8% em 2016. Dentro desse grupo, a maior expansão deu-se entre pretos, pardos e indígenas, cuja participação cresceu de 24,9% para 34% no mesmo período. "Ou seja, se a legislação não contemplasse os critérios raciais, haveria uma menor representatividade étnica no ensino superior."

O impacto da Lei de Cotas foi ainda mais expressivo nas instituições de ensino que tardaram a adotar políticas afirmativas. A UFC, para citar um exemplo, não possuía qualquer sistema de reserva de vagas até então e dobrou o porcentual de ingressantes provenientes da escola pública em quatro anos – a participação desse grupo aumentou de 28,4%, em 2012, para 56,9%, em 2016. No caso da Ufes, que desde 2008 reservava de 40% a 50% das vagas para alunos da rede pública, o aumento foi tímido, de apenas 1,2%.

Autor do projeto pioneiro sobre cotas no Brasil, implantado na UnB em 2003, o antropólogo e professor José Jorge Carvalho acompanha esse debate há mais de 30 anos e diz ser incalculável a evolução da participação de pretos, pardos e indígenas nas universidades públicas. "Uma revolução foi feita. Eu lembro de dar aula há 20 anos em uma turma que eram todos brancos, às vezes tinha um único estudante negro. Agora, se você entrar na sala de aula, ela está integrada racialmente, com estudantes negros, brancos, indígenas, de baixa renda. É uma revolução social, racial e étnica gigantesca", avalia. "A partir das cotas, os estudantes negros e indígenas começaram a questionar o currículo ensinado – eurocêntrico, centrado na cultura branca europeia. Queriam saber quando iriam estudar os escritores e poetas negros, a psicologia e a filosofia negras, a arte e o pensamento indígenas. A universidade cresceu intelectualmente."

Embora não considere o momento mais adequado para a revisão da Lei de Cotas, em razão da pressão de grupos reacionários pela supressão dos critérios raciais, Senkevics acredita que há, sim, aspectos que podem ser aperfeiçoados. Hoje, para definir o porcentual de vagas reservadas aos PPI em cada estado, são utilizados os dados do Censo Demográfico, realizado a cada dez anos. Além disso, a pandemia atrasou a realização do último levantamento, que deveria ter acontecido em 2020. O Censo está defasado e poderia perfeitamente ser substituído pela Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, atualizada constantemente pelo IBGE.

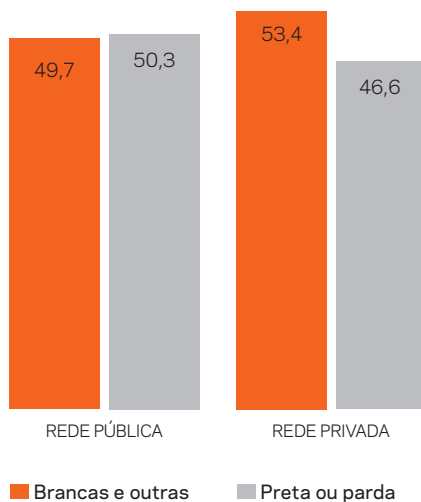
Outro ponto sensível é a ausência de regulamentação sobre o trabalho das comissões verificadoras das cotas, criadas para combater as fraudes na autodeclaração racial dos alunos. "Isso tem provocado uma crescente judicialização de casos, além de trazer prejuízos para todos os envolvidos: o estudante que é expulso nos anos finais de conclusão do curso, a universidade que gastou recursos para a formação desse aluno e o próprio cotista que perdeu aquela vaga", observa Senkevics. "Com critérios mais claros, esse problema tende a ser minimizado."

Autor de um projeto que propõe a prorrogação da Lei de Cotas por 50 anos e inclui na proposta políticas de assistência para a permanência dos estudantes, o deputado Valmir Assunção, do PT, defende a criação do Conselho Nacional das Ações Afirmativas do Ensino Superior, cuja finalidade seria monitorar a aplicação das regras, com a participação dos movimentos negro e estudantil das próprias universidades. Com os sucessivos cortes e congelamentos de recursos para o ensino superior desde 2015, as instituições de ensino enfrentam uma dificuldade cada vez maior de oferecer auxílio-moradia e refeições gratuitas aos alunos de baixa renda.

"Essa política material que garante assistência educacional é o que proporciona aos estudantes em vulnerabilidade a possibilidade de permanecerem nesses cursos onde a exigência é bem maior, como medicina. Mas, com os cortes, a gente não

O ministro-pastor Milton Ribeiro e o deputado Kim Kataguiri acreditam que a pobreza não tem cor. Quem sabe na Suécia, vai saber...

"É VISÍVEL A PRESENÇA DOS NEGROS NAS UNIVERSIDADES, MAS É TAMBÉM VISÍVEL A IMENSIDÃO DO LADO DE FORA", DIZ A EX-MINISTRA MATILDE RIBEIRO

VALTER CAMPANATO/ABR, LUIS FORTES/MEC E DEPUTADOS DO DEM

consegue atender a todos", lamenta Cássia Virgínia Maciel, pró-reitora de Ações Afirmativas da UFBA, ressaltando que, em 2021, o corte na assistência estudantil da instituição foi de 7,2 milhões de reais. "Os valores repassados nunca deram para as universidades trabalharem com folga. Mas não havia essa política de negação do conhecimento como existe no governo atual", completa Denise Góes, coordenadora da Comissão de Políticas Raciais da UFRJ, ressaltando que a universidade fluminense, a partir de 2019, precisou limitar a concessão de bolsas para alunos com renda *per capita* de até meio salário mínimo – antes, o benefício estendia-se a quem tinha até um salário mínimo e meio.

Importante observar que os brancos e asiáticos sofreram uma perda apenas relativa, em termos meramente proporcionais. "O número de vagas nas universidades federais passou de cerca de 100 mil, em 2001, para mais de 230 mil em 2011. Ou seja, o número de vagas para alunos não cotistas aumentou 15% nesse período, de 100 mil para 115 mil", observa Janine Ribeiro. "A expansão da rede federal de ensino superior permitiu que ninguém fosse prejudicado com as cotas. Foi um jogo de ganha-ganha."

A 5ª Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) dos Ifes, realizada pela Andifes, corrobora a avaliação de Janine Ribeiro. Em termos porcentuais, a participação da população branca nas universidades federais caiu de 53,9%, em 2010, para 43,3%, em 2018. Não houve, porém, redução do número de alunos brancos. Ao contrário, o quantitativo aumentou de 353,8 mil para 520 mil no mesmo período *(gráficos à pág. 13)*. As cotas apenas asseguraram maior participação de grupos étnicos sub-representados. A população preta e parda, antes minoritária, passou a representar 51,2% do total de alunos.

O Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa, vinculado à Uerj, também tem dados que mostram a evolução das cotas nas universidades federais.

NAS UNIVERSIDADES PRIVADAS, OS NEGROS AINDA SÃO MINORIA

Distribuição dos alunos no ensino superior, segundo a rede de ensino (%)

Fonte: IBGE, Pnad Contínua, 2018.

Segundo o estudo, em 2012, havia pouco mais de 30 mil vagas para os cotistas e 110 mil para ampla concorrência. Sete anos depois, quase 138 mil pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência puderam fazer um curso superior graças ao sistema. E isso não significou redução de vagas para brancos, pois havia mais de 125 mil ofertas para ampla concorrência, 15 mil a mais que em 2012. "A reserva de vagas foi e é a principal política de mobilidade social do País. É preciso não só manter, mas ampliar, e acabar com a visão de que não existe racismo no Brasil", diz Penildo Silva Filho, pró-reitor de graduação da UFBA.

"A reparação mal começou", observa Matilde

Primeira mulher negra eleita reitora de uma universidade federal, a geóloga Joana Guimarães chama atenção para o caráter simbólico, histórico, cultural e socioeconômico das cotas. "O fato de eu estar como reitora de uma universidade tem um significado, passa a mensagem de que temos o direito de ocupar espaços de poder. Contribui para uma mudança de olhar, para que os alunos negros se sintam capazes", destaca a docente, da UFSB. "O que faltou a eles foi oportunidade, pois são tão inteligentes quanto qualquer aluno branco. A única diferença são as condições, o ponto de partida."

A representatividade também é percebida pela população indígena. Formado em jornalismo pela UFPE, Tarisson Nawa, de 25 anos, está concluindo mestrado e já foi aprovado para o doutorado da UFRJ, dentro da reserva para indígenas. Isso porque, mesmo sem a obrigatoriedade de cota na pós-graduação, muitos programas instituíram a ação afirmativa. "A gente não via perspectiva de entrar na universidade", comenta. "As cotas são uma possibilidade de deixarmos de ser objeto de pesquisa para sermos autores da pesquisa. Não precisamos mais ser pesquisados por não indígenas, vamos construir as nossas próprias narrativas a partir das nossas vidas, numa cosmovisão dos povos indígenas."

Sobre a adoção das cotas no mestrado e no doutorado, o coordenador dos Programas de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas, Marciano Seabra Godoi, destaca a necessidade de pessoas negras e indígenas passarem a produzir conhecimento. "Quem pesquisa e cria teorias é o público da pós-graduação. É preciso colocar essa população para disputar narrativas. Se você coloca os cotistas só na graduação, nega a eles a produção do saber." •

Fúria imobiliária

PATRIMÔNIO Os ataques de Bolsonaro ao Iphan extrapolam a questão cultural. Eles atendem a interesses bilionários

POR ANA PAULA SOUSA

Desde o início deste ano, os contatos entre a presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Larissa Peixoto, e os integrantes do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural têm se dado por meio de manifestos, requerimentos e ofícios. A tensão chegou ao ponto de, duas semanas atrás, Larissa ter pedido a retratação pública dos conselheiros pelas críticas que eles haviam feito à forma como vem sendo conduzido o órgão. Na semana passada, após mais uma troca de textos, ela acenou com a possibilidade de recebê-los para uma reunião extraordinária. Até o fechamento desta edição, a reunião não havia sido marcada.

Apesar de, por vezes, ser analisado sob a ótica dos ataques à cultura, marca indelével do governo Bolsonaro, a crise atravessada pelo Iphan tem particularidades que extrapolam o ímpeto de destruição da arte e da cultura. Criado em 1937, o Iphan, uma das pedras fundamentais do processo de institucionalização da cultura no País, tem a competência de analisar, apro-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 20
Fake News. Um estudo destrincha a máquina de mentiras no Whatsapp e Telegram

Trator. O Iphan tentou destombar o Solar Visconde de São Lourenço (*à esq.*), no Rio. As restrições às obras da Havan fizeram o presidente "ripar" o comando da instituição

var ou desaprovar qualquer intervenção em um bem tombado e deve ainda se pronunciar sobre os impactos de empreendimentos imobiliários sobre o patrimônio arqueológico e cultural. "Nenhuma outra instituição da área cultural tem uma competência semelhante a essa. O Iphan tem o que eu chamo de poder de polícia. Suas obrigações, muitas vezes, contrariam os interesses privados", explica, de forma didática, a arquiteta e urbanista Márcia Sant'Anna, uma das integrantes do Conselho Consultivo.

Márcia, que trabalhou no Iphan de 1987 a 2011, domina a longa história da instituição tanto do ponto de vista das miudezas técnicas e hierárquicas quanto do ponto de vista da macropolítica. "Quando o Bolsonaro diz que o Iphan não incomoda mais ninguém, ele revela a importância do Iphan. Historicamente, essa é uma instituição que não se dobra", diz. Ao citar Bolsonaro, a arquiteta refere-se ao estopim da crise em curso. Em dezembro de 2021, o presidente, em um evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), afirmou ter demitido diretores após a interdição da obra para mais uma loja de Luciano Hang, o dono da Havan. "O que é Iphan, com 'ph', né? Explicaram para mim, ripei todo mundo do Iphan. Botei outro cara lá", disse, arrancando risos e aplausos. "O Iphan não dá mais dor de cabeça para a gente", acrescentou, antes de dizer que havia descoberto, nesse processo, que o instituto tem um "poder de barganha extraordinário".

A verdade é que ele sempre soube disso. Em 2019, mal assumiu, Bolsonaro passou a demitir dirigentes das 27 superintendências estaduais do Iphan para substituí-los por indicados políticos. Embora a atuação no patrimônio exija uma qualificação especializada, havia de tudo na lista de indicados: *personal trainer*, pecuarista e técnico de informática.

> "O órgão tem o que eu chamo de poder de polícia", explica Márcia Sant'Anna

As superintendências são as responsáveis, em primeira instância, pelo exame, análise, aprovação e desaprovação de intervenções no patrimônio. O escritório central entra nos processos apenas quando há algum impasse. "É um órgão com enorme capilaridade, e esse movimento de troca teve a ver com negociações políticas no âmbito regional. Esses cargos entram nas negociações dos governos como moeda de troca", diz Márcia.

No início do processo de aparelhamento, em 2019, Bolsonaro manteve na presidência da instituição a historiadora Kátia Bogéa, que tem vasta experiência na área e havia sido nomeada no governo Michel Temer. Mas Kátia só durou no cargo até se revelar um obstáculo para Hang. Ao ser exonerada, em maio de 2020, ela afirmou ter sofrido pressões do empresário e do senador Flávio Bolsonaro. Bolsonaro confirmou: "Eu fiz a cagada em escolher... não escolher uma pessoa que tivesse também outro perfil. É uma excelente pessoa que tá lá. Mas tinha que ter um outro perfil também. O Iphan para qualquer obra do Brasil, como para a do Luciano Hang. Encontra lá um cocô petrificado de índio: para a obra, pô! Para a obra".

Foi, justamente, em substituição a Kátia Bogéa que lá chegou Larissa, uma pessoa, de fato, com outro perfil. Funcionária de carreira do Ministério do Turismo – ao qual a Secretaria Nacional de Cultura está subordinada –, Larissa é graduada em Turismo e Hotelaria e tem pós-graduação em gestão estratégica de *marketing*, planejamento e inteligência competitiva. Ela e o marido são próximos da família Bolsonaro. "Como técnica da área de turismo e sem tradição na área patrimonial, é natural que a presidenta olhe para a instituição do ponto de vista do turismo", diz outro conselheiro, Flávio Carsalade, professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

REDES SOCIAIS

Aparelhamento. Quando um pastor evangélico tornou-se diretor de Patrimônio Imaterial, a cultura afro passou a ser perseguida. Larissa Peixoto, a presidente, vem da área do turismo e é amiga da família Bolsonaro

ALEXANDRE MACIEIRA/RIOTUR, AMANDA OLIVEIRA/GOVBA E MARCELLO CASAL JR./ABR

Carsalade lembra que, até os anos 1980, acreditava-se que o turismo era a melhor forma de preservar e restaurar o patrimônio. Vem dessa época, por exemplo, o restauro do Pelourinho, em Salvador, que, nas palavras dele, "criou a expulsão da baianidade que ali já existia e a gentrificação". Os resultados da exploração turística desmedida levou a uma revisão desse conceito. Apesar de totalmente deslocado no tempo, ele voltou a ter vez no governo Bolsonaro.

As problemáticas da instituição vão, porém, muito além disso. Carsalade diz que a crise do Iphan deve ser compreendida a partir dos aspectos externo e interno. Externamente, há a pressão escancarada, os absurdos proferidos por Bolsonaro e até a tentativa de venda do Palácio Capanema, um símbolo da arquitetura moderna. Internamente, foram tomadas atitudes que, em um primeiro momento, eram contemporizadas por Larissa durante as reuniões do Conselho. Nos últimos meses, no entanto, elas se agigantaram e se agravaram. Os conselheiros entenderam então que não podiam mais deixar de se manifestar.

"Para essas questões (internas) sempre nos davam algum tipo de resposta, mas, de repente, veio a frase do Bolsonaro sobre 'ripar' técnicos que criassem obstáculo à aprovação de empreendimentos. Somos representantes da sociedade civil e, apesar de termos tentado estabelecer um diálogo com a presidência do órgão, entendemos, nesse momento, que precisávamos reagir e nos posicionar", diz o arquiteto.

Além de fazer uma manifestação pública explicitando os riscos que corre o patrimônio, eles solicitaram uma reunião com a presidência. No pedido, elencaram dez temas a serem discutidos. Entre eles, estão as alterações no processo seletivo do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, a não realização do processo seletivo anual do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural e as mudanças de procedimento favorecendo uma exploração predatória que ameaça o patrimônio arqueológico e o meio ambiente. O que também os deixou estupefatos foi, no início deste ano, a tentativa de destombamento de alguns prédios. Questionados na Justiça, os destombamentos – dentre eles o do Solar Visconde de São Lourenço, no Rio – foram cancelados, pois a presidente do Iphan não tinha competência legal para determiná-los. "Até hoje, o destombamento só tinha acontecido em casos extremos, quase sempre na ditadura. Em 1970, por exemplo, a Igreja dos Martírios, em Recife, foi derrubada para a abertura de uma avenida", conta Nivaldo Vieira de Andrade Junior, conselheiro e ex-servidor do Iphan.

Andrade chama a atenção para o fato de que o drama atual, ainda que mais visível no caso das edificações, chamadas de "pedra-e-cal", não é menor no caso do patrimônio imaterial. O conceito de patrimônio imaterial aparece na Constituição de 1988 e foi regulamentado no ano 2000.

De lá para cá, a própria sociedade foi entendendo que patrimônio não era apenas palácio e igreja e passaram a ser preservados, por exemplo, casarios, quilombolas, terreiros de umbanda e festas populares. Tudo isso, de repente, passou a estar sob responsabilidade de um pastor evangélico, chamado Tassos Lycurgo, nomeado diretor de Patrimônio Imaterial. Não surpreende, portanto, que o Iphan tenha retirado o apoio à identificação e exposição de peças e objetos das religiões afro-brasileiras sob a guarda do Museu da República.

Não bastassem as ameaças de cunho religioso, as comunidades ribeirinhas e indígenas, como observa Andrade, são ameaçadas também pelas políticas ambientais. "Tudo isso coloca em risco o patrimônio imaterial", diz . "Sem falar que o orçamento para a preservação diminuiu drasticamente. Vivemos duas situações igualmente graves: deixar de fazer o que precisa ser feito e fazer o que não poderia ser feito."

Apesar de ser no governo federal que o patrimônio vive a situação mais trágica, as pressões privadas parecem vir, em todos os âmbitos, em um crescendo. Em 2016, o então ministro da cultura Marcelo Calero

Um pecuarista e um *personal trainer* assumiram superintendências regionais do órgão

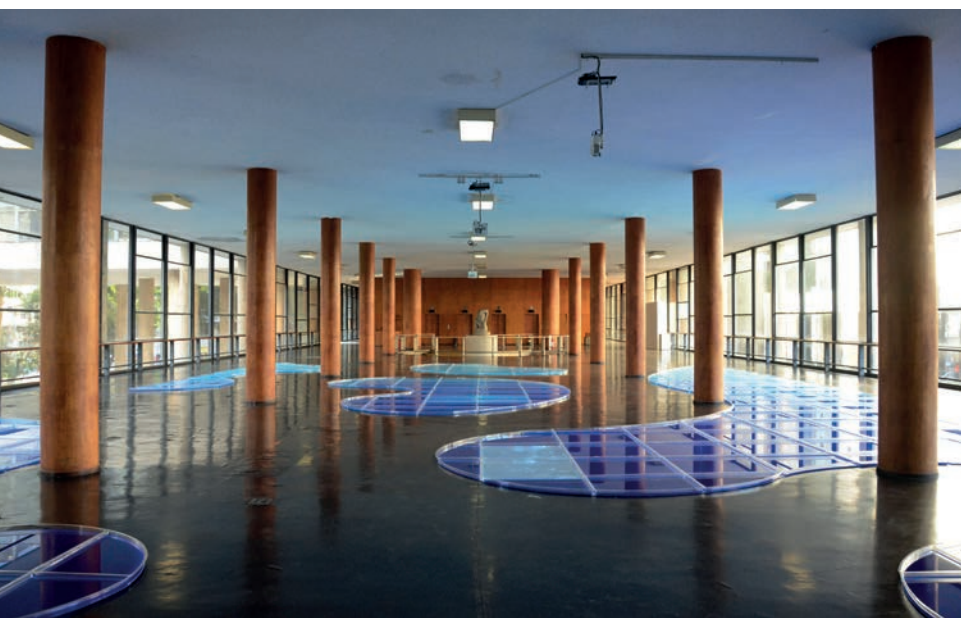
pediu demissão após ter sido pressionado para produzir um parecer favorável à liberação da construção de um prédio de luxo na Ladeira da Barra, em Salvador. Alguns anos antes, o próprio Nivaldo de Andrade embargou a obra da Mansão Wildberger, ao lado da Igreja da Vitória, também em Salvador, onde a prefeitura havia autorizado, sem a anuência do órgão, a construção de uma torre de 30 andares. Após muito vaivém, a obra foi mesmo feita.

"As pressões sempre aconteceram, e em todos os níveis – municipal, estadual e federal", diz a arquiteta e urbanista Raquel Schenkman, que realiza uma pesquisa de doutorado, na FAU-USP, sobre a história do Departamento do Patrimônio Histórico paulistano. "Mas o que eu observo, mais recentemente, é que como os pedidos de tombamento por parte de grupos mobilizados têm aumentado, o mercado imobiliário tem feito ainda maior pressão, procurando, por exemplo, desqualificar as demandas das comunidades ou atribuindo aos órgãos de patrimônio um excesso de tombamentos ou de restrições à renovação."

Raquel explica que a estrutura hoje existente remonta aos anos 1970. A partir das diretrizes para a preservação, dadas pela Carta de Veneza, de 1964, foram criados órgãos estaduais e municipais. Vêm dessa época o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), do Estado de São Paulo, criado em 1968, e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (Conpresp), da cidade de São Paulo, de 1975.

"Começa a haver, a partir desse momento, uma discussão mais intensa em torno da relação entre tombamento e desenvolvimento urbano e da vinculação entre o tombamento e grupos sociais locais, ou seja, o tombamento deixa de estar restrito à ideia de edificações de excepcional valor", explica ela. A primeira abertura de tombamento municipal, em 1988, foi a do conjunto esportivo do Pacaembu. Nessa mesma década, tiveram início os tombamentos de bairros, como o dos Jardins.

"O patrimônio histórico incomoda todos os governos", resume Carlos Augusto Calil, conselheiro do Iphan e ex-secretário municipal da cultura em São Paulo. "Eu quase fui derrubado da Secretaria pela Câmara Municipal quando o Conpresp regulamentou os entornos do Parque da Independência e do Parque da Aclimação, limitando a altura dos empreendimentos", recorda ele.

O que nenhum governo parece ter sido capaz de fazer, no entanto, é orgulhar-se de agir de forma a privilegiar amigos e vangloriar-se de passar por cima da memória, do urbanismo e da legislação. •

Vende-se. O governo tentou desfazer-se do icônico Palácio Capanema, no Rio

Pelo fim do vale-tudo

ELEIÇÕES O TSE fecha o cerco às milícias digitais e pesquisadores da UFMG criam tecnologia capaz de detectar *fake news* em aplicativos de mensagem

POR ANA FLÁVIA GUSSEN

Desde a eleição de 2018, marcada pela disseminação em massa de *fake news* e pelo despreparo das instituições democráticas para lidar com a desinformação, o Brasil pouco avançou no combate à indústria da mentira. Mais de 12 milhões de brasileiros são divulgadores contumazes de notícias falsas na internet, 62% da população não sabe reconhecê-las e 42% nem sequer questiona o conteúdo recebido pelas redes sociais e aplicativos de mensagem, revela a pesquisa Iceberg Digital, da Kaspersky. Enquanto isso, o PL das *Fake News* patina na Câmara dos Deputados e o Judiciário segue sendo desafiado reiteradamente pelo presidente Jair Bolsonaro.

Nos últimos dias, o ex-capitão sofreu ao menos três reveses na Justiça por propagar *fake news*. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, acaba de autorizar o envio de provas contra Bolsonaro para o Tribunal Superior Eleitoral, que o investiga pela divulgação distorcida de um inquérito sigiloso da Polícia Federal. Durante uma *live*, o presidente disse que a apuração expunha a vulnerabilidade das urnas eletrônicas. Cascata. A PF investiga um ataque *hacker* ao *site* do TSE, sem qualquer relação com as urnas. Além disso, Bolsonaro foi incluído no inquérito sobre a atuação das milícias digitais que corre na Suprema Corte e também será investigado por difundir a delirante tese de que a vacina contra a Covid favorece a transmissão do vírus HIV.

Em vez de dar um passo atrás, Bolsonaro optou por esticar a corda. Publicamente, ele fez ao menos cinco ataques ao TSE e STF nos últimos três meses, além de alimentar suspeitas sobre as urnas eletrônicas. As declarações funcionam como um sinal verde para que as milícias digitais bolsonaristas aumentem a carga de *fake news* difundida na internet. Em apenas 30 dias, o termo "STF" foi mencionado 192 mil vezes em três redes sociais, e 75,9% das postagens eram depreciativas. O TSE, por sua vez, foi citado 57 mil vezes, e 70% dos comentários eram negativos. O último pico ocorreu em 17 de fevereiro, um dia após Bolsonaro divulgar, em sua *live* semanal, uma lista sigilosa de questionamentos feitos pelos militares sobre a segurança nas urnas. A narrativa detratora foi puxada pelo Jornal da Cidade On Line, *site* bolsonarista com mais de 74 mil interações, que se incumbiu de divulgar

Operador. Carlos Bolsonaro controla as redes do pai, cujas mentiras logo se alastram pelo Telegram e pelo WhatsApp

o vídeo do ex-capitão. Já uma postagem do deputado Filipe Barros, com a reprodução de uma declaração de Bolsonaro, "Fachin, Moraes e Barroso querem me tirar na canetada", teve 51 mil interações.

Se no palco aberto das redes sociais as provocações ao Judiciário correm soltas, imagine o que é difundido em aplicativos de mensagem como o WhatsApp, presente em 98% dos *smartphones* brasileiros, e o Telegram, o submundo do bolsonarismo radical. De 10 de fevereiro a 3 de março, a mensagem mais compartilhada nesses *apps* foi sobre manipulação do resultado eleitoral. No *ranking* de textos mais viralizados, também estão pedidos

URGENTE O Presidente do Senado Rodrigo Pacheco acatou o projeto do "Voto Auditável"e foi colocado no Site do Senado para Consulta Pública, porém não está sendo Divulgado e a Esquerda está votando para parecer que o Povo Brasileiro não quer isso para continuar a Manipulação dos Resultados das Eleições. Precisamos Urgentemente mostrar a nossa vontade votando "SIM"e vamos desmascarar essa Farsa.

vai querer passar esta vergonha. Bolsonaro tem ido a países não só fazer negócio, mas para entregar o dossiê feito pelos militares contra o STF., pois eles sabem que haverá confronto nas ruas com ele ganhando as eleições, (e ganhará), então será nesta hora que as Forças Armadas entram em cena para prender os cabeças da hidra, e os ministros causadores de crimes contra a nação. Com este dossiê com os chefes de cada nação visitada, ele terá provas externas que agiu o tempo todo dentro da lei e o STF não, então os países chaves, como Rússia, Israel, EUA e mais uns estarão ao lado dele. Os três patetas, Alexandre de Moraes, Barroso e Fachin já entenderam onde se enfiaram e sabem que suas cabeças vao rolar, e por isso estão atacando o presidente, não tem mais nada a perder. Perceba como Alexandre de Moraes ficou de cabeça

Revista Exame é desmascarada. Entenda como a imprensa militante esconde a verdade para atacar Bolsonaro *Exame altera matéria sobre relação entre vacinas ad5 e risco de HIV e alimenta ataques contra Bolsonaro* https://portalnovonorte.com.br/noticias/noticia/2334/exame-altera-materia-sobre-relacao-entre-vacinas-ad5-e-risco-de-hiv-e-alimenta-ataques-contra-bolsonaro

Informação da Rússia: 1- Russos vão fornecer fertilizantes, nas quantidades que o Brasil precisar, em tróca de alimentos que o Brasil produz. 2- Vão montar no Brasil, fábricas de aviões (militares e civis), com transferência de tecnologia. 3- Os russos vão vender combustíveis para o Brasil, abaixo dos preços da OPEP (vai baixar o preço interno da gasolina, óleo diesel, querosene de aviação, óleo combustível, etc... . 4- Os russos estão triplicando os pedidos de produtos brasileiros, de 18° parceiro comercial do Brasil, passará a ser o 8° 5- O Brasil foi convidado a

Soldados russos libertam crianças escravas na Ucrânia, pãozinho mais caro?, a batalha de Kiev O Valiant Spetznas em busca de um suposto laboratório de armas biológicas no centro da Ucrânia acidentalmente tropeçou em um esconderijo de tráfico de crianças, um bunker mal iluminado com 100 meninos e meninas. A organização informou ainda que 46 das crianças resgatadas estão sendo tratados medicamente por um amplo espectro de doenças: desnutrição, lacerações, perfurações, disenteria, desidratação, infecções respiratórias, doenças sexualmente transmissíveis e abuso sexual. Uma menina de 13 anos foi violentamente sodomizada.

de *impeachment* de Alexandre de Moraes e mentiras envolvendo a "lista de perguntas" sobre a segurança das urnas. "Bolsonaro tem ido a países não só fazer negócio, mas para entregar o dossiê feito pelos militares contra o STF, pois eles sabem que haverá confronto nas ruas com ele ganhando as eleições", diz uma das publicações mais populares. Já os termos mais utilizados foram "Alexandre de Moraes", "Voto Impresso", "Allan dos Santos" e "Urna Eletrônica". O levantamento foi feito pelo Monitor de WhatsApp, parte do projeto "Eleições Sem Fake", desenvolvido por pesquisadores da UFMG e coordenado por Fabrício Benevenuto. Os dados municiam o TSE e as agências de checagem.

Allan dos Santos, por sinal, é um dos que mais debocham do Judiciário. Foragido no EUA, ele chegou a sugerir, em ví-

No topo do *ranking* da desinformação, figuram ataques ao STF e mentiras sobre as urnas eletrônicas

deo gravado na porta da Disney, que Moraes pedisse "ajuda ao Pato Donald" para encontrá-lo. A provocação ocorreu logo após o blogueiro bolsonarista ter três contas no Telegram excluídas por determinação do ministro – foi a primeira vez que a empresa, com sede em Dubai, acatou uma decisão da Suprema Corte brasileira. O mitômano não tardou, porém, a driblar o cerco. Utiliza um canal reserva com 22 mil inscritos dentro do aplicativo, valendo-se de uma tecnologia que lhe permite acessar contas no Brasil.

Pego de calças curtas em 2018, o TSE recentemente passou dois importantes recados a Bolsonaro. Primeiro, ao cassar o mandato do deputado federal Fernando Franceschini, denunciou sem apresentar qualquer prova ou indício palpável uma fraude nas eleições passadas. A segunda sinalização foi o julgamento dos dois pedidos de cassação da chapa Bolsonaro/Mourão. Embora eles não tenham sido acatados, os humores podem mudar a qualquer momento, uma vez que Moraes vai assumir a presidência do Tribunal Eleitoral a partir de agosto.

Em fevereiro, o TSE também firmou acordo com oito plataformas e enviou novo ofício ao Telegram, reiterando pedidos de colaboração para conter os impactos das *fake news* sobre o processo eleitoral. O aplicativo de origem russa, presente em 60% dos celulares brasileiros, não possui sede ou representante no Brasil e fecha os olhos para a desinformação propagada por seus usuários. No Brasil, 92,5% dos usuários que seguem temas políticos na plataforma são bolsonaristas, atesta um estudo da UFMG.

As plataformas se comprometeram a criar filtros para identificar e remover notícias falsas, além de desenvolver meios para informar os usuários sobre notícias oficiais das eleições de 2022. A Corte eleitoral também começou a trabalhar em um programa de proteção à reputação institucional e, segundo fontes, quer incrementar tecnologias para acelerar a derrubada de conteúdos nocivos ao processo eleitoral. "Comparando a Justiça Eleitoral de hoje com a de 2018, vemos que o TSE tem uma musculatura maior para regrar. Avançou com acordos junto às empresas e proibiu o disparo em massa e propaganda eleitoral paga na internet, à exceção dos conteúdos identificáveis", avalia Francisco Cruz, diretor do Internet LAB, centro de pesquisas na área de direito e tecnologia.

Esperança. Silva acredita que o PL das *Fake News* será votado ainda em março

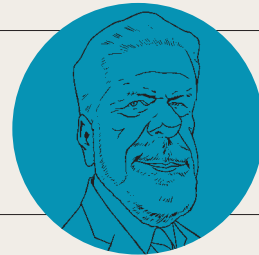
PABLO VALADARES/AG. CÂMARA

Mais de 12 milhões de brasileiros são divulgadores contumazes de notícias falsas

Na Câmara, tramita o Projeto de Lei 2.630/20 sob a relatoria do deputado Orlando Silva, do PCdoB. Inicialmente, a ideia era fechar o texto em março, mas um novo acordo deve retardar o cronograma. De acordo com o parlamentar, ele acertou com o presidente da Casa, Arthur Lira, um roteiro iniciado com uma reunião de líderes e bancadas. "A minha expectativa é votar ainda em março. O que tenho dito aos deputados é que é melhor que o Congresso vote as regras para que tenhamos um ambiente menos tóxico na política e nas eleições, em vez de deixar que o Poder Judiciário estabeleça as regras, dando vazão a ativismos judiciais."

A costura entre Lira e Orlando está sendo fundamental para acelerar o andamento do PL, ao contrário do que se imaginava. A regulamentação dará a Lira entrada junto à atual oposição, que possui mais de 150 deputados, e que pode vir a ser a base governista, caso Bolsonaro não seja reeleito. No jogo de equilibrar pratos e interesses, o setor privado também tem feito seu *lobby*. O Facebook chegou a publicar um anúncio pago em veículos de comunicação contra o PL das *Fake News*, que, além de combater as notícias falsas e seus disseminadores, também proíbe disparos em massa, exige a remuneração a *sites* jornalísticos e limita o uso massivo de dados pessoais dos usuários.

A expectativa de especialistas que monitoram as estratégias digitais de Bolsonaro é que ele invista ainda mais na propagação de *fake news*. Não estará, porém, reinando sozinho na selva das redes sociais. "Desde a saída do Moro e da capitulação em 7 de setembro de 2021, ele tem perdido soldados. Alguns foram para a militância virtual de Moro, e também vemos surgirem páginas de apoio a Paulo Guedes. Claramente, isso não é espontâneo. Um truque em uma eleição fica velho para a próxima", explica Fabro Steibel, diretor-executivo do Instituto de Tecnologia e Sociedade. •

JAQUES WAGNER

Hora de agir

▶ Não há mais como adiar a adoção de políticas para evitar a catástrofe climática

Diante de uma emergência climática, é fundamental termos a ciência como base ao elaborar leis no Congresso Nacional ou ao estruturar políticas públicas nos governos. Sobram evidências para agirmos diante do desafio das próximas gerações. Na última semana de fevereiro, o IPCC (Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas da ONU), que conta com cientistas do mundo todo, publicou seu mais novo relatório sobre o nível de alerta diante do aquecimento global.

A má notícia: a janela de ação para evitarmos mais catástrofes ambientais, como as que vimos na Bahia, Minas Gerais e Petrópolis neste ano, está cada vez menor. Se não agirmos rapidamente, dificilmente impediremos os desastres provocados pela crise climática. A boa notícia: sabemos cientificamente como agir, a questão agora é tomar a decisão política para construir os caminhos capazes de transformar este desafio num plano para a prosperidade.

O relatório do IPCC indica que há ao menos mais de 50% de probabilidade de o aquecimento global atingir ou exceder 1,5°C no curto prazo, mesmo num cenário de emissões de gases de efeito estufa muito baixas. É um grande alerta, pois significa que o mundo praticamente extrapolou sua meta inicial do Acordo de Paris, em 2015.

O documento aponta não apenas para estragos cada vez maiores, mas também para efeitos negativos à saúde física e mental das pessoas em todo o mundo. Além disso, danos econômicos são observados em setores como agricultura, silvicultura, pesca, energia e turismo. O relatório mostra que mais de 3 bilhões de seres humanos vivem em áreas com riscos climáticos, contribuindo para crises humanitárias, em regiões como África e América do Sul. Na América do Sul, especificamente, são esperados riscos de segurança hídrica, riscos severos à saúde em razão do aumento de epidemias, degradação dos recifes de corais, risco de insegurança alimentar devido às secas extremas, além de enchentes, deslizamentos, subida do nível do mar e tempestades repentinas. Com isso, os custos de manutenção e reconstrução da infraestrutura urbana, incluindo obras, transporte e energia, aumentarão com o avanço do aquecimento global.

O IPCC aponta para riscos graves depois de 2040, como cerca de 39% das espécies do planeta enfrentando a extinção caso o aquecimento global passe de 4°C. A natureza está respondendo com pandemia e resistência das bactérias aos antibióticos. Uma corrida do mal. Vão inventando, a praga vai resistindo e fica claro que essa metodologia não funciona.

Diante de um aquecimento de 2°C, a disponibilidade de água para agricultura cairia 13%, e os danos com inundações seriam praticamente quatro vezes maiores do que vemos hoje. No Nordeste, há desertificação em várias áreas e redução da produtividade do agronegócio por conta do processo ensandecido de violência contra o equilíbrio ambiental.

A conclusão do relatório segue a mesma direção do que temos trabalhado na Comissão de Meio Ambiente do Senado e conversado nesta coluna há meses: é preciso estabelecer um robusto Plano de Transição Ecológica Nacional para transformar o Brasil numa Potência Verde, que irá gerar empregos com bons salários, ao passo que protegerá nossos biomas e nossa biodiversidade. Insisto que não é contraditório produzir e preservar. Temos inteligência suficiente para isso. Infelizmente, os imediatistas querem produzir sem olhar para nada mais a não ser para a conta bancária.

A Transição Ecológica, necessária e urgente, consolidará um novo modelo de desenvolvimento resiliente ao clima. E faremos isso por meio da cooperação internacional e de governos capazes de dialogar com a sociedade, instituições científicas, organizações ambientais, comunidades indígenas, mídia, investidores e empresas.

São extremamente bem-vindas iniciativas como o "Ato Pela Terra", que reuniu, em Brasília, artistas e organizações para sensibilizar toda a classe política e a sociedade sobre a importância de defendermos o nosso planeta. O evento se manifestou contra um conjunto de propostas legislativas, em tramitação no Congresso, que abrem caminho para o aumento do desmatamento, invasão de terras indígenas, farra de agrotóxicos, entre outros crimes. Essas mobilizações organizadas pela classe artística e por movimentos sociais concretizam um caráter suprapartidário que só fortalece essa causa e desperta a atenção para um problema que é de todos nós.

Por fim, um último aviso do IPCC: a evidência científica é certeira em apontar que as mudanças climáticas representam uma ameaça ao bem-estar humano e à saúde do planeta. Qualquer atraso adicional diante desse desafio nos fará perder uma breve janela de oportunidade para garantir um futuro habitável e sustentável para todos. O fato é que sabemos qual caminho devemos traçar. Agora é hora de agir. •

sen.jaqueswagner@senado.leg.br

BAPTISTÃO

Hélices amigas

DENÚNCIA Duas licitações federais de helicópteros em áreas comandadas por militares contemplam uma mesma empresa que driblou os editais

POR ANDRÉ BARROCAL

A finada CPI da Covid expôs no ano passado histórias estranhas com militares no tema "compras governamentais". O então presidente da comissão, senador Omar Aziz, chegou a apontar um "lado podre" das Forças Armadas, motivo de dura reação pública do ministro da Defesa, o general da reserva Walter Braga Netto, cotado para ser vice na chapa reeleitoral de Jair Bolsonaro. Longe dos olhos da comissão, a Secretaria de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente, ambos comandados por fardados (no ICMBio, a farda era da PM), realizaram duas licitações que certamente não surpreenderiam Aziz, a julgar por uma espécie de dossiê que circula em Brasília.

As licitações em questão somavam inicialmente 258 milhões de reais e terminaram, em razão da disputa de menor preço entre os competidores, em 201 milhões. O objetivo dos contratantes era encontrar fornecedores de helicópteros. No ICMBio, as aeronaves combateriam incêndios e queimadas no Sudeste e no Centro-Oeste e levariam cargas e servidores. Foram escolhidas duas empresas, um negócio total de 61 milhões de reais, 13 milhões a menos do que o previsto no edital. O chefe do instituto à época dos fatos era o coronel da PM paulista Fernando Lorencini. Na área indígena, os helicópteros transportariam moradores de Distritos Sanitários Especiais Indígenas e funcionários. Foram selecionadas sete firmas, por 140 milhões de reais, 44 milhões a menos do que o estimado no edital. A Secretaria de Saúde Indígena é comandada por um coronel do Exército, Robson Santos da Silva, desde fevereiro de 2020.

O dossiê aponta o dedo para uma certa contemplada nas duas licitações, a Flyone, empresa que em 2020 teve receita de 23 milhões e, graças às concorrências em questão, irá faturar 80 milhões em um ano. Pelo que se vê no dossiê, e é possível conferir em documentos e *sites* de acesso público, a fornecedora entrou nas disputas com helicópteros sem alguns dos requisitos dos editais e, por esse motivo, deveria ter sido barrada. Situação igual levou à exclusão da mesma empresa de uma licitação de 23 milhões que a Secretaria de Saúde do Pará havia realizado em abril de 2021 para contratar helicópteros que transportassem pacientes de Covid entre hospitais de Belém, Marabá e Santarém. A empresa tinha o lance mais barato nesse leilão, 15 milhões. "Ao analisar a documentação da Flyone, verifica-se claramente", anota o despacho da exclusão, que as aeronaves apresentadas "não atendem ao tipo, dedicação, especialização e requisitos exigidos no edital". Decisão "arbitrária", disse a companhia a *CartaCapital*.

> Os equipamentos da Flyone **não atendiam aos requisitos do edital**, ainda assim a empresa levou os contratos

Na licitação do ICMBio, a Flyone ofereceu três helicópteros, os de prefixo PR-MEK, PR-YTT (ambos da Eurocopter France) e PR-UUU (da Bell Helicopter). Os dois primeiros não tinham (agora já têm) autorização da Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, para operar táxi aéreo, ou seja, para levar passageiro (só podia o piloto). A falta de permissão constava da própria papelada enviada pela Flyone ao ICMBio, material disponível para consulta na *web*. Em outro documento da Anac de acesso público, chamado Especificações Operativas, sobre a frota geral da Flyone, constata-se que tanto por ocasião da licitação quanto agora, os três helicópteros não tinham autorização da agência para carregar carga interna.

Apesar desses desajustes técnicos, a empresa foi uma das vencedoras da licitação e firmou contrato de 47 milhões de reais em 23 de setembro de 2021, válido por 12 meses, e já recebeu pagamentos por serviços prestados. "Não foi constatada nenhuma inconformidade na análise da documentação e das propostas pelo pregoeiro e a equipe técnica", afirmou o ICMBio a *CartaCapital*.

CASA CIVIL/PR E REDES SOCIAIS

O coronel Silva ocupa a Secretaria de Saúde Indígena, uma das áreas que contrataram os serviços do ex-piloto Telles

Trata-se de denúncia acerca de supostas irregularidades nas operações aéreas, financeiras, fiscais e distribuição de propinas a servidores públicos que teriam sido praticadas pela empresa de taxi aéreo FLYONE SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 03.945.337/0001-60.

Neste sentido, reitera-se a solicitação veiculada por meio do Ofício 53 (0025403053):

- Cópia do contrato firmado entre o Distrito e a empresa FlyOne;
- Certificados que comprovem as capacitações realizadas pela tripulação das aeronaves que atendem ao DSEI;
- Manifestação do Distrito acerca do suposto recebimento de propina; e
- Manifestação da empresa acerca do teor da denúncia.

Ante o exposto, **fixo o prazo de mais 24 horas** para restituição do expediente encaminhando as informações solicitadas.

SIDERVAL MATIAS DOS SANTOS
Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Saúde Indígena

O que se passa na Secretaria Especial de Saúde Indígena talvez jogue uma luz diferente sobre os acontecimentos. Pouco antes do Carnaval, o chefe de gabinete da Secretaria, Siderval Matias dos Santos, mandou a servidores em Brasília e a dirigentes de seis Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Amapá, Alto Rio Solimões, Alto Rio Negro, Alto Rio Juruá, Kaiapó do Pará e Alto Rio Purus) um pedido de informações sobre uma denúncia a respeito de contratos com a Flyone. *CartaCapital* obteve essa comunicação. Santos queria "cópia do contrato firmado entre o Distrito e a empresa Flyone" e uma "manifestação do Distrito acerca do suposto recebimento de propina". Procurado para se pronunciar sobre essa comunicação, o Ministério da Saúde não respondeu até a conclusão desta reportagem, na quinta-feira 10.

Em dezembro, a Secretaria de Saúde Indígena havia anunciado o resultado da licitação de contratação de helicópteros, colocada na praça em abril de 2021. O preço global baixou de 184 milhões para 140 milhões de reais. De 46 lotes, a Flyone ganhou oito, para atender os distritos sanitários de Amapá, Alto Rio Juruá, Alto Rio Solimões, Médio Rio Solimões, Tocantins, Kaiapó do Pará, Parintins e Tapajós. Total do contrato: 32 milhões de reais. Em decorrência desse leilão centralizado da Secretaria em Brasília, os distritos lá na ponta assinam individualmente acordos com a Flyone, a valer por um ano. Nessa licitação, a empresa ofereceu, no seu rol de aeronaves, uma que havia vendido três meses antes, prefixo PR-HDC, fabricada pela Bell Helicopter, agora de propriedade da Via Táxi Aéreo.

Embora tenha sido criada no ano 2000, a Flyone não tem tradição no mercado do transporte aéreo indígena. Sua estreia se deu em março de 2021, por meio de um contrato emergencial, sem licitação, no valor de 3,1 milhões de reais e validade de seis meses, com o Distrito Yanomâmi, região cobiçada por garimpeiros ilegais. Em seguida, selou negócios nos mesmos moldes com os distritos do Alto e do Médio Rio Solimões, por 1,7 milhão ao todo. Em decorrência do acordo com o Distrito do Alto Solimões, sediado na cidade de Tabatinga, no Amazonas, forneceu o helicóptero prefixo PR-YTT. É aquela aeronave que, dois meses depois, seria oferecida na licitação do ICMBio mesmo sem ter, na época, permissão para táxi aéreo. O dossiê que circula em Brasília contém fotos de 6 de abril de 2021 nas quais aparecem, numa pista em Tabatinga, a referida aeronave e servidores da área indígena. O helicóptero não estava liberado pela Anac para táxi aéreo e foi usado para tanto.

O empresário Fernando Telles, dono da Flyone, **tem boas relações com integrantes da Aeronáutica**

O PM Lorencini comandava o ICMBio

A necessidade de autorização da agência para táxi aéreo e para carga interna não é mera formalidade. Há razões de segurança envolvidas. No setor de transporte aéreo, comenta-se que a Flyone encontra boa vontade das autoridades e de militares por motivos que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal poderiam esclarecer. "Refuta-se com veemência qualquer ilação que verse sobre práticas corruptivas para a obtenção de contratos. A Flyone não pagou e não paga propina a servidores públicos", disse a *CartaCapital* o dono da empresa, Fernando Carlos da Silva Telles.

O empresário, ex-piloto, tem relações comerciais com a Aeronáutica. Sua firma é contratada há tempos pelo Comando da Aeronáutica para suporte logístico e manutenção de helicópteros H-50. O acordo foi renovado duas vezes no governo Bolsonaro. Em 2019, por 9 milhões de reais e 12 meses. Em 2020, por 11 milhões e mesmo prazo. Há quem diga que as boas relações com a FAB permitem à Flyone participar de forma exitosa de leilões que a Força Aérea faz de componentes e peças de helicópteros. Esse material é usado depois pela empresa em suas próprias aeronaves. Há quem diga que sem as adaptações devidas. Um helicóptero militar desgasta mais e mais rapidamente do que um civil, daí que colocar estas peças em uma aeronave civil impõe uma espécie de redução da vida útil desta última.

A vida útil de certas práticas, ao que parece, tem sido, ao contrário, alongada em Brasília. De coturno e tudo.

REDES SOCIAIS

MARCOS COIMBRA

Pesquisas, modo de usar

▶ Os levantamentos não são regidos pela aritmética, mas pela estatística. Seus resultados não devem ser vistos como números exatos, mas probabilidades

Há pesquisas até demais, a esta altura da eleição. São tantas, que, às vezes, mais atrapalham do que ajudam. Nunca tivemos tamanha quantidade. Em fevereiro, mês de férias e Carnaval, quando, em eleições anteriores, não se fazia nenhuma, foram seis de âmbito nacional, uma a praticamente cada quatro dias e meio. O que nada teve de excepcional, pois, três meses antes, em novembro, haviam sido dez, uma a cada três dias (salvo alguma imprecisão nos números, pois é difícil contá-las).

Passou a ser impossível acompanhar tantas pesquisas, publicadas com intervalo de dias, com atenção e cuidado. Especialmente, quando apresentam resultados diferentes ou até contraditórios. O raciocínio usado hoje pode ser inútil para entender aquela de amanhã.

Para nos ajudar no meio dessas confusões, o melhor caminho é voltar aos ensinamentos básicos a respeito das pesquisas. Todo mundo os conhece, mas nem sempre se lembra deles. O primeiro e mais óbvio é que as pesquisas de opinião, embora lidem com números, não são regidas pela aritmética, mas pela estatística. Seus resultados não devem ser vistos como números exatos, mas probabilidades. Sem entrar em tecnicalidades, quando uma pesquisa diz que Lula "tem" 45% das intenções de voto, por exemplo, não se afirma que, se houvesse uma eleição naquele dia, ele obteria exatamente essa proporção de votos. O que ela diz é que, muito provavelmente, teria entre 42% e 48%, se a margem de erro da pesquisa fosse de 3%.

A pesquisa diz também outra coisa: que qualquer número entre 42 e 48 deve ser considerado probabilisticamente igual. Se ela mostrasse outro candidato com 39% (ou seja, com até 42%) teríamos de vê-los em situação de empate, mesmo que Lula, com 45%, tivesse 6 pontos de vantagem. E isso é para valer. Nada autoriza afirmar que o empate é "puramente" numérico. Pelas regras que comandam as pesquisas, 36% seriam iguais a 48% (embora as chances de que isso acontecesse fossem pequenas).

Quando se aplica essa noção ao momento em que vivemos, decorre que só é possível considerar os resultados das dezenas de pesquisas feitas nos últimos meses se não esquecermos que flutuações aparentemente grandes nos números podem não significar, simplesmente, nada. Lula estar com 45% em uma pesquisa e 40% em outra não quer dizer mudança. Para todos os efeitos, as duas chegaram a resultados estatisticamente iguais, ainda que aritmeticamente diferentes. Lula não "caiu" ou "subiu" de uma para a outra.

Outra cautela a tomar para navegar serenamente no meio de tantas pesquisas é parar de olhar cada uma como se revelasse uma verdade própria. Não há pesquisas certas e erradas, pois é impossível identificar, através de uma, o erro de outras, dado que todas padecem das mesmas limitações. Só um tolo acha que a "sua" pesquisa é a única boa.

Para escapar desse problema, há duas opções: ou se escolhe uma (e tudo fica mais simples, pois as demais podem ser ignoradas) ou se faz como é praxe nos países avançados: procuram-se as médias dos resultados de muitas. Por meio delas, o cenário de intenções de voto fica mais claro, pois as discrepâncias entre pesquisas específicas perdem significado e desaparecem.

É necessário ainda lembrar que há escolhas de técnica e metodologia que impactam os resultados das pesquisas, a ponto de tornar impossível comparar aquelas que são feitas de um modo ou de outro. É o caso da proliferação pós-pandemia de pesquisas "remotas" (com entrevistas por telefone ou internet), que costumam ser muito diferentes das chamadas presenciais (com interação face a face entre entrevistados e entrevistadores). Nessas, a vantagem de Lula sobre Bolsonaro, na média, é o dobro daquela que obtém nas primeiras. É uma diferença tão significativa que desautoriza comparações.

Façamos assim: **1.** Nunca olhar resultados de pesquisa como números exatos e nunca esquecer as margens de erro. **2.** Nunca nos fixar em uma pesquisa ou outra, sempre preferindo ver o quadro mais geral descrito por seu conjunto. **3.** Não misturar pesquisas metodologicamente incomparáveis, em especial as remotas com as presenciais, sempre preferíveis.

São cautelas simples que podem nos poupar de um mal típico de eleições que mobilizam os eleitores e os deixam ansiosos. Adotando-as, evitamos a ciclotimia do excesso de otimismo que pode se tornar depressão no momento seguinte (ou vice-versa), apenas porque uma pesquisa deu resultado diferente de outra. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ficha corrida

ASSÉDIO Antes de protagonizar um "momento de empolgação" na Ucrânia, Arthur do Val tentou colocar as garras em secundaristas paranaenses

POR RENÉ RUSCHEL

Quem acompanhou com certo interesse antropológico a meteórica carreira de *youtuber* e político de Arthur do Val, o "agitador" Mamãe Falei, sabia que um dia o peixe morreria pela boca. Ninguém imaginava, no entanto, que o boquirroto seria fisgado a milhares e milhares de quilômetros, quase do outro lado do planeta, diante dos olhos do mundo e em meio a uma guerra de proporções ainda indefinidas. As ucranianas são fáceis por serem pobres, afirmou em linhas gerais no áudio vazado, depois de "colar em dois grupos de minas" em um momento, quem sabe, de merecido descanso do guerreiro, após o esforço humanitário de fabricar coquetéis molotov a serem lançados contra os blindados russos. E o que era para ser uma viagem heroica, repleta de dividendos eleitorais, transformou-se em uma ridícula, mas didática exibição do machismo brazuca e sul-americano, que, entre tantas bizarrices, reproduz a subalternidade em relação ao Hemisfério Norte. Misto de chauvinismo, recalque adolescente e autoengano, as declarações do deputado estadual conseguiram, não se pode negar, o feito inédito de possibilitar uma verdadeira frente ampla contra a barbárie. Até o fechamento desta edição, 12 pedidos de cassação tramitavam na Assembleia Legislativa de São Paulo, assinados por 26 parlamentares de distintos partidos. As diferenças ideológicas foram postas de lado: defensoras e defensores da perda de mandato vão de Janaína Paschoal, que assinou a peça do *impeachment* de Dilma Rousseff e foi tomada por um espírito aparentemente cívico que a fez girar freneticamente uma toalha durante um evento a favor do golpe contra a petista, à psolista Isa Penna, ela mesma vítima de um assédio no Parlamento paulista. O Podemos, partido ao qual o deputado garanhão se filiou recentemente para concorrer ao governo do estado e dar palanque ao ex-juiz Sergio Moro, aceitou sua desfiliação. A candidatura foi para o brejo. E, humilhação das humilhações, Arthur do Val serviu de escada para Bolsonaro posar de civilizado. "Tão asquerosa que não merece comentário", disparou o ex-capitão sobre a gravação vazada. Tempos estranhos.

Em inúmeras entrevistas, cujo conteúdo foi confirmado por *e-mail* em resposta às perguntas de *CartaCapital*, o deputado anunciou ainda o seu desligamento do MBL, o movimento juvenil apoiador do lavajatismo, bolsonarista por conveniência no passado, hoje rompido com Bolsonaro. Repetiu também que sua maior preocupação é recuperar a confiança da ex-noiva, abalada pelos fatos, e disse que as frases lamentáveis foram proferidas em "um momento de empolgação" e não refletem seu pensamento. É bem provável que o grupo de "minas" ucranianas não tenha entendido exatamente o que se passava, mas secundaristas paranaenses conhecem de experiência própria o "momento de empolgação" do parlamentar *youtuber*.

Tânia Mandarino, advogada da adolescente assediada, se coloca à disposição da Assembleia Legislativa

Em 2016, o movimento estudantil ocupou mais de 800 escolas públicas no Paraná em protesto contra a reforma do ensino médio do governo Michel Temer. No papel de Mamãe Falei, Do Val decidiu viajar a Curitiba para provocar os estudantes. Foi além. A universitária Isabele Moro, sem nenhum parentesco com o ex-juiz, à época aluna de Filosofia na PUC e voluntária nos protestos, denunciou que o *youtuber* chegou às manifestações com uma câmera e, sem pedir permissão, começou a gravar e a entrevistar. "Suas perguntas eram sarcásticas, com tons provocativos", lembra. A primeira providência da organização foi acessar o canal do *youtuber*. Perceberam que não se tratava de um veículo sério e responsável. "Pedimos que saísse, mas ele permanecia no local. Passou a fazer piadas sexistas. Disse que tinha me achado uma gracinha e perguntou se não tinha interesse em ficar com ele." A universitária respondeu que era noiva e exigia respeito. "Ele debochou e riu. Voltou a perguntar se, caso fosse solteira, 'ficava comigo'." Insistia em dizer, de maneira pejorativa: "Vocês são gostosas. Se me acharem bonito é só chegar. Posso beijar todas as meninas".

Mamãe Falei não conhecia limites. Segundo a advogada Tânia Mandarino, sem enquadrar as imagens, o *youtuber*, na sequência das provocações verbais, passou a mão no seio e na cintura de "Karol", nome fictício de sua cliente, que à época tinha 17 anos. Os colegas reagiram. Afastaram o *youtuber* e o colocaram para fora do colégio. Visivelmente assustada e constrangida, a estudante, na companhia da irmã e de um advogado, registrou a ocorrência na Delegacia da Mulher. Para surpresa geral, o futuro deputado também se dirigiu à delegacia e exigiu o direito de registrar um B.O. Enquanto permaneceu na delegacia, manteve a transmissão dos acontecimentos em seu canal. "Ele fez uso de palavras desrespeitosas, distorcia os fatos e debochava da própria instituição policial, por ser a Delegacia da Mulher", diz Mandarino.

O deputado e *youtuber*, antes de ficar famoso mundialmente, foi acusado de assediar uma menor, cliente de Mandarino

CAROL JACOBI/ALESP E ARQUIVO PESSOAL

O assédio resultou em processo encaminhado pela Promotoria à Vara de Infrações Penais Contra Crianças e Adolescentes de Curitiba. A ação acabou arquivada, por se tratar, segundo o juiz do caso, de uma contravenção penal chamada "importunação ofensiva". O Ministério Público recorreu ao Juizado Especial Criminal e novamente o processo foi encerrado por insuficiência de provas. Dois anos mais tarde, Do Val ingressou com uma ação por danos morais contra a estudante, na qual pedia 15 mil reais. Alegou ter sido vítima de "enorme preocupação e angústia". Antes da audiência, o deputado publicou *fake news* sobre o processo. Em uma delas, abaixo da foto de Mandarino, postou a seguinte legenda: "A advogada da estuprada é do PT". A juíza responsável negou a indenização ao *youtuber* e, por decisão da cliente, Mandarino desistiu de pedir uma reversão do pagamento a favor da estudante.

Passados quase seis anos, a advogada conta que, ao ouvir as gravações dos áudios na Ucrânia, veio à mente os episódios de 2016. "Era o mesmo tom de voz debochado, desrespeitoso, sarcástico. O que as pessoas precisam saber é que não se trata de um fato isolado, mas são traços do caráter, do *modus operandi* de alguém que não tem respeito pelo seu semelhante, notadamente quando se trata de mulheres." Relembra que sua cliente foi alvo de ameaças e *bullying* que deixaram profundas marcas em sua vida. Atualmente "Karol", 23 anos, está casada e tem um filho. Mandarino coloca-se à disposição dos parlamentares paulistas. Ela espera que a Assembleia Legislativa de São Paulo casse o mandato do assediador. "Vou conversar com a minha cliente e outras testemunhas, para uma possível eventualidade de serem ouvidas. •

No puedo más vivir sin ti

FORO DE MADRI Órfã de Trump, Bannon e Olavo de Carvalho, a extrema-direita latina cria um fórum para chamar de seu

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Faz mais de um ano que Donald Trump deixou a Casa Branca. Principal "ideólogo" do ex-presidente, o estrategista político Steve Bannon está sob a vigilância do FBI desde novembro. O maior elo brasileiro com o grupo, o astrólogo Olavo de Carvalho, morreu há 45 dias. Reunida sob a bandeira do bolsonarismo na expectativa da aliança com o trumpismo e da formação de uma grande rede conservadora internacional, a extrema-direita nativa ficou órfã, certo? Errado. Criado por iniciativa do ultradireitista partido espanhol Vox, o Foro de Madri pretende manter unida a tropa reacionária que, no caso específico da América do Sul, vem alternando momentos de ansiedade e depressão, com a volta da esquerda ao comando de países como Argentina, Bolívia e Chile e a forte possibilidade de – *toc-toc-toc* – isso acontecer novamente este ano no Brasil e na Colômbia.

Não à toa, Bogotá foi a cidade escolhida como sede do primeiro "Encontro Regional pela Democracia e as Liberdades", que durante três dias reuniu, em um luxuoso hotel da capital colombiana, alguns dos expoentes da direita latino-americana para, nas palavras de um dos articuladores do Foro, o espanhol Jorge Frías, "organizar a resistência" contra o avanço da esquerda no continente. Anfitrião e tratado como a maior estrela do evento, o ex-presidente Álvaro Uribe alertou os participantes quanto ao perigo iminente de vitória do ex-guerrilheiro Gustavo Petro, líder em todas as pesquisas, nas eleições colombianas que acontecerão em maio: "A Colômbia é um símbolo e uma fortaleza (para a direita). Não podemos repetir aqui o que aconteceu em outros países".

As lamentações pela vitória do esquerdista chileno Gabriel Boric, que venceu as eleições presidenciais realizadas em dezembro e toma posse na sexta-feira 11, estiveram presentes na quase totalidade dos discursos. Seu adversário derrotado no segundo turno, José Antonio Kast, foi uma das lideranças que participaram do encontro em Bogotá, presencialmente ou pela internet. Contribuíram para o tom de pânico que norteou as discussões a peruana Keiko Fujimori, candidata derrotada nas últimas eleições presidenciais, a líder oposicionista venezuelana Maria Corina Machado e a escritora dissidente cubana Zoe Valdés, entre outros.

Foi percebida em Bogotá a ausência de Eduardo Bolsonaro, filho Zero Três do presidente do Brasil. O deputado federal atua como embaixador informal junto à extrema-direita internacional e é oficialmente o representante do governo no Foro de Madri desde a sua fundação, em outubro de 2020. Coube ao ex-chanceler Ernesto Araújo, militante olavista hoje rompido com o clã, a missão de representar o País. Fiel ao próprio estilo, Araújo dissertou sobre "o perigo que representa a volta de Lula para a liberdade em todo o mundo" e afirmou que Jair Bolsonaro é a "nossa maior esperança para deter o autoritarismo na América do Sul". Na ausência de representantes do governo, o ex-ministro externou aos participantes sua preocupação com a aproximação do presidente com "setores da velha política" e tentou explicar aos incrédulos ouvintes a aliança com o Centrão e como funciona o "orçamento secreto" no Congresso.

> No encontro em Bogotá, lamúrias sobre o avanço da esquerda em todo o continente

Assim como Eduardo Bolsonaro, também não foram vistos em Bogotá representantes de peso do trumpismo. No entanto, o ostracismo forçado de Bannon, que aguarda em liberdade julgamento por ter se recusado a colaborar com as investigações sobre a invasão do Capitólio, que resultou em cinco mortes, 140 policiais feridos e mais de 700 prisões, não rompeu a ligação do grupo com o Brasil e a América do Sul. Segundo foi confirmado pelo próprio deputado, ele mantém contato permanente com o empresário Mike Lindell, sócio e amigo de Bannon e um dos maiores defensores da tese de que uma fraude impediu a reeleição de Trump.

FORO MADRID/BOGOTÁ 2022

Tempero latino. O Foro é uma iniciativa do partido espanhol Vox, mas a maioria dos líderes é da América Latina

No âmbito do Foro de Madri, o clã Bolsonaro continuará atuando a partir de sua ligação com Kast. A "conexão chilena" é também a chave para a interlocução com a extrema-direita europeia. Pessoa próxima ao candidato derrotado no Chile, o empresário alemão Sven von Storch, criticado por sua simpatia a grupos radicais de direita na Alemanha, mantém aceso o diálogo com Bolsonaro e Kast. O empresário é marido da deputada Beatrix von Storch, neta do ministro das Finanças de Adolf Hitler, vice-líder do partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD) e investigada por suas declarações xenófobas e com conotação neonazista. O casal visitou o Palácio do Planalto em julho do ano passado e foi recebido por um sorridente Jair Bolsonaro.

Fundado após a publicação de um documento, a "Carta de Madri", firmado "em defesa da liberdade e da democracia na Iberosfera", o Foro de Madri reúne representantes de 15 países e se apresenta como "contraponto ideológico" ao Foro de São Paulo, grupo fundado em 1990 pelos então presidentes Lula e Fidel Castro, para congregar partidos de esquerda de toda a América Latina. Em Bogotá, discutiu-se a necessidade de combater os "ismos" que, segundo os representantes da direita, assolam o continente: castrismo, chavismo, peronismo e lulismo.

Diretor do Laboratório de Estudos sobre Estado e Ideologia da UFRJ, Luiz Eduardo Motta relativiza a capacidade organizacional do Foro de Madri. "Ainda é preciso saber se haverá de fato materialidade nas ações propostas pelo grupo. Não é de hoje que a direita internacional tenta conter o avanço da esquerda. A rede da extrema-direita é muito mais forte do que um mero grupo de discussão e hoje ocupa aparelhos de Estado, como, por exemplo, em países do Leste Europeu", diz o professor, acrescentando que "o próprio Foro de São Paulo nunca foi além de uma troca de ideias". Motta avalia, porém, que a extrema-direita latino-americana tem de ser levada a sério. "Não dá para fingir que esses grupos não existem. Durante muito tempo as novas organizações da extrema-direita na Itália e na Alemanha, assim como o partido da família Le Pen na França, não eram levados a sério, mas passaram a ser nos últimos dez anos", diz. •

No bolso dói mais

RENDA Nem a turma do "Fora Dilma" e do apoio entusiasmado ao "Posto Ipiranga" escapa do desastre produzido pelo governo Bolsonaro

POR CARLOS DRUMMOND

Apesar das oscilações positivas recentes na aprovação a Jair Bolsonaro captada em pesquisas recentes, dentro da margem de erro, a perda do apoio à sua recondução por parte da chamada classe média alta é profunda e irreversível até outubro, por refletir abalos econômicos e sociais de grande monta causados pela péssima gestão da economia e da pandemia, sugere pesquisa inédita com foco nesse segmento social realizada pelo economista Waldir Quadros, aposentado da Unicamp e professor da Facamp, obtida por esta revista. Para os mais vulneráveis, a política econômica e sanitária foi uma "hecatombe", mostrada em trabalho anterior do mesmo autor, que acha difícil as atuais benesses do governo contrabalançarem a degradação socioeconômica ocorrida e ainda a atual aceleração da inflação e da perda do poder aquisitivo a partir do salto dos preços do petróleo e da perspectiva de encarecimento e mesmo de escassez de alimentos, em consequência da guerra na Ucrânia. O trabalho esmiúça a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Anual, divulgada pelo IBGE no começo do ano, e foi concluído na quinta-feira 3.

O efeito mais chocante, segundo o economista, foi o rebaixamento da classe média alta, que as pesquisas classificam como um eleitorado que tende a um voto reacionário e até pouco tempo era uma fiel apoiadora de Bolsonaro. O declínio mais gritante ocorreu no grupo denominado no trabalho de Quadros como "sem ocupação com renda", que reúne aposentados e aqueles que vivem de renda financeira, de aluguéis e de participação em lucros. Esse é o grupo da alta classe média com maior encolhimento da faixa de renda, de 3,16 milhões de integrantes em 2019 para apenas 2,08 milhões em 2020, redução expressiva de 34,2%, ou 1,08 milhão de indivíduos.

> **A decepção desse eleitorado com o ex-capitão parece profunda e irreversível**

Todos os outros grupos da classe média alta encolheram: empregadores, colarinhos-brancos autônomos, colarinhos-brancos assalariados, trabalhadores autônomos e outras ocupações. No total, a classe média alta foi comprimida de 21,71 milhões de integrantes para 17,96 milhões, achatamento de 17,3%, o que significa dizer que ela perdeu nada menos do que 3,8 milhões de integrantes. Esse pessoal acabou empurrado para baixo na escala social e econômica. "Por força desse movimento descendente generalizado, a classe média baixa, de pobres intermediários, cresceu em 8,1 milhões de indivíduos", descreve Quadros.

ALEXANDRE MACIEIRA/RIOTUR

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 40
Capital S/A. A invasão da Ucrânia chega às bombas de gasolina

Vender o almoço para comprar o jantar. Os restaurantes caros sentem o impacto da pandemia e do "empobrecimento" da clientela

O TOMBO DA ALTA CLASSE MÉDIA
O encolhimento de cada grupo ocupacional (em milhões de pessoas)

			2020/2019: Variação em números absolutos	2020/2019: Variação porcentual
Empregadores (>10)	3,36	2,95	-0,41	-12,2
Colarinhos-brancos autônomos	1,48	1,12	-0,36	-24,6
Colarinhos-brancos assalariados	11,27	10,21	-1,07	-9,5
Trabalhadores autônomos	1,01	0,54	-0,46	-46,1
Sem ocupação, com renda	3,16	2,08	-1,08	-34,2
Subtotal	20,28	16,89	-3,39	-16,7
Outras ocupações	1,43	1,07	-0,37	-0,60
Total	21,71	17,96	-3,76	-17,3

Fonte: IBGE, PNAD Contínua Anual

Os efeitos cruzados dos declínios nos vários grupos que compõem a alta classe média multiplicaram efeitos negativos. A redução do tamanho do contingente denominado "empregadores", em 410 mil indivíduos, identificada na pesquisa, retrata o fechamento ou grande abalo de centenas de milhares de empresas que faliram ou pediram recuperação judicial, fizeram demissões em massa, suspenderam contratos com fornecedores, interromperam a distribuição de lucros e deixaram de pagar aluguéis e impostos. No caso das firmas de médio e grande porte com ações negociadas no mercado, interromperam também o pagamento de dividendos. Alguns desses efeitos comprimiram a renda da turma "sem ocupação com renda", que justamente vive de aluguéis e dividendos.

Grande parte dessas centenas de milhares de firmas que fecharam poderiam estar ainda em atividade, não fosse a lerdeza, a insuficiência e a inconstância do auxílio governamental, creditício e fiscal nos momentos mais graves da pandemia e da crise econômica. As PMEs são importantes geradoras de empregos e de receita tributária e as falhas do governo em socorrê-las ampliaram a tragédia econômica e social do País. Entre os prejudicados pelo fechamento em grande escala de empresas e o aumento das dificuldades para manter as sobreviventes está o grupo identificado na pesquisa como "colarinho-branco assalariado", formado por especialistas, gestores, engenheiros e dirigentes. "Esses profissionais em geral têm uma poupança e podem esperar a situação melhorar. Ou tentar a atividade de consultores. Mas é uma dificuldade. Com tudo travado, tudo para-

On e off. Profissionais de TI escaparam da crise. Condutores de caminhões pesados foram largados na estrada

do, quem cai do barco tem grande chance de morrer afogado", dispara Quadros.

Os componentes do grupo denominado "colarinho-branco autônomo" trabalham por conta própria, caso de técnicos especializados, supervisores de alto nível, trabalhadores qualificados e *maître* de restaurantes. Não correm o risco de ser demitidos, mas padecem dos mesmos efeitos negativos impostos aos assalariados devido à redução geral da atividade econômica, que retrai a procura por seus serviços. Uma exceção são os profissionais de tecnologia de informação ou TI, com demanda constante e em alta, tanto para trabalho assalariado quanto para atividade autônoma. Exemplos do grupo de "trabalhadores autônomos" da classe média alta, segundo a pesquisa, são condutores de caminhões pesados e vendedores em domicílio.

Além das perdas de um ano para outro na mesma camada social, o trabalho mostra a redução de renda sofrida na passagem de um segmento de classe mais bem posicionado para outro situado no degrau imediatamente inferior. "Uma família que estava na classe média alta em 2019 e que caiu para a média classe média em 2020 teve uma perda brutal de 11,5 mil reais em sua renda média, que passou de 17,7 mil reais para 6,2 mil reais, um terço do que era", sublinha o economista. Esta constatação sobre a mobilidade social das famílias, no caso no sentido descendente, ou para pior, não é possível por meio de análises das PNADs trimestrais, que focam na situação dos indivíduos e foram a base do trabalho an-

A REDUÇÃO DA RENDA NO TOPO INCHOU A BAIXA CLASSE MÉDIA

Estratificação social (em milhões de pessoas)

	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa trabalhadora	Miseráveis	TOTAL
2012	19,59	32,00	83,28	48,90	13,95	197,72
2013	18,94	29,07	87,71	49,85	13,84	199,40
2014	20,96	30,75	90,91	46,28	12,21	201,11
2015	20,04	32,59	89,23	47,42	13,57	202,86
2016	19,05	32,06	83,63	52,85	16,95	204,53
2017	18,87	34,13	84,40	50,34	18,43	206,17
2018	20,82	35,08	83,29	49,98	18,68	207,85
2019	21,71	36,52	83,91	48,64	18,72	209,50
2020	17,96	31,75	91,99	52,33	17,07	211,10

Fonte: IBGE, PNAD Contínua Anual

A QUEDA ATINGIU TODAS AS FAIXAS DE RENDA
Renda média familiar* (em milhares de reais**)

	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa trabalhadora	Miseráveis	TOTAL
2012	17,16	6,25	3,14	1,61	0,40	4,46
2013	17,66	6,61	3,30	1,66	0,44	4,54
2014	17,28	6,42	3,24	1,63	0,42	4,65
2015	16,72	6,27	3,15	1,61	0,41	4,45
2016	18,04	6,44	3,19	1,64	0,41	4,45
2017	17,89	6,32	3,14	1,63	0,38	4,40
2018	18,15	6,26	3,11	1,60	0,37	4,54
2019	17,66	6,25	3,10	1,59	0,36	4,56
2020	17,37	6,17	3,06	1,62	0,40	4,18

Fonte: IBGE, PNAD Contínua Anual
*Famílias classificadas pelo membro mais bem remunerado
**R$ a preços de out/2020, deflator: INPC

terior de Quadros, elaborado em novembro e que mostrou cerca de 10 milhões de brasileiros empurrados para o abismo econômico pela política econômica vigente e a condução irresponsável do governo diante da pandemia.

A pesquisa sobre a alta classe média reforça um conjunto de elementos que sugerem um grande peso, na escolha do eleitor, dos danos concretos provocados na sua vida pela política econômica e sanitária do governo. Bolsonaro busca se contrapor a esse efeito com um pacote de benesses nunca visto de cerca de 140 bilhões de reais neste ano. O *kit* eleitoral inclui o Auxílio Brasil, sucessor do auxílio emergencial, principal gasto (89,1 bilhões), além do perdão do Fies, reajuste para professores, vale-gás, isenção de IPI de carros para taxistas, financiamento para profissionais da segurança, isenção do PIS/Cofins sobre o gás e o incremento do programa Casa Amarela, substituto do Minha Casa Minha Vida. As medidas procuram amenizar as imensas dificuldades provocadas para os trabalhadores e a baixa classe média pela política econômica recessiva somada à pandemia e ao negacionismo bolsonarista em relação à doença, mas ao menos uma das medidas anunciadas, o corte de 25% na alíquota do IPI, contempla, entre seus beneficiários, o segmento dos "empregadores", da classe média alta mapeada pela pesquisa.

O "saco de bondades" é descomunal, mas dificilmente conseguirá suplantar o efeito nas pesquisas eleitorais obtido por Bolsonaro com a concessão do auxílio emergencial na pandemia, analisa Marcos Coimbra, do instituto de pesquisas Vox Populi. "Pode provocar aqui e ali alguma mexida, mas dificilmente alteraria o cenário eleitoral altamente favorável a Lula", afirma. Em 2020, diz o sociólogo, tivemos o maior programa de distribuição da história do Brasil. Precisava ser feito, não foi Bolsonaro que criou, mas, naquele ano, concretamente, cerca de 300 bilhões de reais foram para a conta de brasileiros de renda mais baixa no Brasil inteiro. "Isso representa 11 anos de Bolsa Família, em nove meses, dinheiro vivo colocado na conta dos indivíduos. O melhor resultado que Bolsonaro conseguiu com essa transferência foi constatado em duas pesquisas do Datafolha por telefone. Ele cresceu cinco pontos porcentuais. Não é pouco, mas em face do que foi 'investido' por ele para melhorar suas perspectivas eleitorais, foi uma enorme decepção." Para quem tinha cerca de 20% de aprovação, acrescenta, é bom, mas está muito longe de ser suficiente. "Não só foi pouco, como durou pouco. Ele cresceu esses cinco pontos, para 25%, mas em maio, ou seja, apenas cinco meses depois, estava com 21%, tinha recuado. Ou seja, 300 bilhões de reais de dinheiro na veia tiveram um efeito pequeno e breve. Não acredito que Bolsonaro tenha elementos para fazer com que o eleitor muito decepcionado com ele volte a considerá-lo um grande presidente."

A alta mortalidade de empresas afetou os que vivem de dividendos e de aluguéis

Segundo depoimento do diretor-executivo para as Américas do grupo Eurasia, Christopher Garman, ao *Valor*, a recuperação recente de Bolsonaro é modesta e o que importa é olhar a média móvel de todas as pesquisas em seis a oito meses. Desde novembro, ele recuperou cinco pontos porcentuais, mas a média móvel mostra que Bolsonaro flutua em uma banda de cinco pontos porcentuais desde setembro. A recuperação recente reflete o movimento de gasto de dinheiro público com benefícios a parcelas de menor renda, mas não parece mudar o curso da eleição. O mais importante, diz, é acompanhar a evolução da economia e como será administrado o bombardeio da oposição sobre Lula.

MARCOS VERGUEIRO/GOVMT E ISTOCKPHOTO

ABR/ARQUIVO

Xerife sob pressão

FINANÇAS Os administradores de fundos imobiliários querem impedir que a CVM mude a apuração do lucro contábil

POR WILLIAM SALASAR

Os administradores dos Fundos de Investimento Imobiliários têm se mobilizado para entregar à Comissão de Valores Mobiliários um documento em que defendem a prática da distribuição de dividendos a seus cotistas com base na apuração de rendimentos pelo regime de caixa e não pelo regime contábil, conforme a entidade determinou ao maior dos fundos, o Maxi Renda, do banco BTG, no fim do ano passado. “O mercado inteiro, os advogados e os tributaristas entendem que foi uma decisão equivocada, de alguém sem formação acadêmica contábil e sem experiência de mercado”, afirma o presidente da gestora de ativos imobiliários Integral BREI, Vitor Bidetti. “Seria muito inadequado o próprio regulador criar insegurança jurídica. O mercado de certa forma superou aquele momento, está muito mais voltado para questões macro, como taxas de juro e os Certificados de Recebíveis Imobiliários.” Laércio Boaventura, diretor de investimento da gestora de recursos Vectis, ressalta: “Foi feita uma comparação muito simples entre a operação de um fundo imobiliário com uma empresa S.A. Fundos imobiliários têm peculiaridades que deveriam ter sido contempladas”.

Segundo Boaventura, a CVM deveria ter aberto uma audiência pública e convocado outras entidades do mercado, administradores de fundos e gestores para discutir a mudança de regras que afeta um setor com 1,5 milhão de investidores pessoas físicas e acumula patrimônio de 180 bilhões de reais. Por isso, diz, houve uma grande comoção e pressão dos administradores, via comitês da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, para abrir discussões com a comissão.

A controvérsia gira em torno do conflito entre o que diz a Lei 8.668, que regulamenta os fundos imobiliários no Brasil, e as normas contábeis. “A lei deixou claro que os fundos imobiliários têm de distribuir 95% do *lucro caixa*, sem especificar como tem de ser calculado esse *lucro caixa* – uma vez que o conceito de lucro caixa não existe em contabilidade”, recorda a analista da Genial Investimentos Isabella Suleiman. Para preencher o vácuo legislativo-contábil, em 2014, a própria CVM emitiu um ofício no qual explica como deveria ser apurado o *lucro caixa*, resumidamente a conciliação de todas as despesas e as receitas que não foram pagas ou recebidas efetivamente em um mês ou período de análise. Desde aquele ano, esse é o padrão.

A área técnica da CVM questionou, porém, o BTG, administrador do fundo Maxi Renda, por entender que a distribuição de rendimentos aos seus 500 mil cotistas era feita “em montantes substancialmente superiores” aos lucros dos exercícios ou acumulados e, ao mesmo tempo, aumentavam o prejuízo e reduziam o patrimônio líquido. Assim, a distribuição de rendimentos não seria resultante de renda ou lucro auferidos pelo fundo, mas da distribuição do capital aplicado pelos próprios investidores. O caso teve intensa repercussão no fim de janeiro, quando a decisão sobre o Maxi Renda foi divulgada pela CVM. A autarquia informou que, embora a decisão se tratasse

de um fundo específico, o entendimento poderia se aplicar a fundos com características semelhantes. E reconheceu a discricionariedade dos FIIs para definir os valores a serem distribuídos aos cotistas. Entretanto, ressalvou que, ao apresentarem suas demonstrações financeiras, deveriam reconhecer adequadamente a segregação dos valores distribuídos entre rendimentos e amortização de capital.

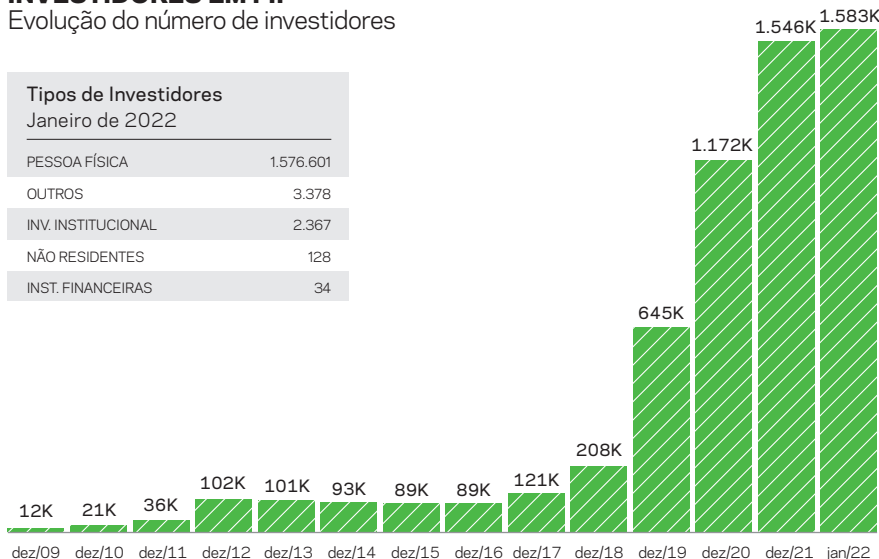
"O que estava acontecendo com o Maxi Renda é que ele estava distribuindo 95%, 100% do *lucro caixa*, só que o lucro contábil entrou em queda, porque os imóveis de sua carteira estavam valendo menos, de acordo com os laudos, e isso acabava reduzindo o patrimônio líquido contábil do fundo", observa o professor Fernando Dal-Ri Murcia, diretor de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras e professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da FEA-USP. "A CVM disse que o fundo pode distribuir o *lucro caixa*, sem nenhum problema, só não pode chamar

O setor movimenta 180 bilhões de reais e teme eventuais alterações nas regras

de dividendo. Vai ter de chamar de devolução de capital para os cotistas", acrescenta, explicando que, como não apurava lucro contábil suficiente para distribuir, o Maxi Renda lançava a distribuição como prejuízo, e dessa forma encolhia o Patrimônio Líquido do fundo.

Murcia explica que, como os ativos dos fundos são marcados a mercado, seus valores precisam ser atualizados periodicamente. Essa valorização, defendem os gestores de fundos, não deveria impactar dividendos, porque seu regime para pagar é o regime de caixa, em que, basicamente, só caberiam os aluguéis que entram e saem. A CVM entende, porém, que o correto é o conceito contábil, mais econômico, que deve considerar o lucro como um incremento efetivo de riqueza no período avaliado. "A preocupação da Comissão é dar informação ao cotista do que são efetivamente ganhos que a operação propicia, seja por aluguéis no caixa, seja pela variação do valor dos imóveis, dos ativos que ele tem", assinala o professor da Fipecafi. "Será que o que é pago é realmente dividendo, que é o dinheiro dando retorno ou, na essência, é o dinheiro do cotista voltando para o cotista?", questiona.

Os fundos também invocam a preocupação com o cotista quando alertam que a distribuição via amortização vai gerar um efeito tributário para o investidor, pois a Receita Federal pode entender que ele teve um ganho de capital que, ao contrário do dividendo, não é isento. E os administradores dos fundos teriam dificuldades intransponíveis para calcular os rendimentos dos cotistas, 95% deles pessoas físicas. "Eles não têm braços para esse trabalho", diz Suleiman. Outro ponto negativo para os fundos chamados de tijolo, que incluem imóveis comerciais, residenciais, *shoppings* e galpões logísticos, entre outros, reside nas avaliações e reavaliações desses ativos que costumam variar, ser positivas num período e negativas em outro. Numa eventual reavaliação negativa de um imóvel, o dividendo distribuído ao longo do semestre não deveria ter sido distribuído como dividendo, mas como amortização. Daí uma alternativa é não distribuir durante o semestre e aguardar nova reavaliação, o que implicaria perder a periodicidade mensal do pagamento de rendimentos, grande atração dos FII. "É complicado, e a briga tomou tal proporção que o pessoal dos fundos começa a dizer que a CVM quer destruir os fundos. A CVM diz que só quer dar a informação correta para o cotista. Diria que a batalha está bem dividida", avalia Murcia.

Tipos de Investidores Janeiro de 2022	
PESSOA FÍSICA	1.576.601
OUTROS	3.378
INV. INSTITUCIONAL	2.367
NÃO RESIDENTES	128
INST. FINANCEIRAS	34

Fonte: B3

Quem paga a conta?

INFLAÇÃO Baratear os combustíveis é uma demanda justa, mas as soluções discutidas no Congresso Nacional estão equivocadas

POR ALESSANDRA CARDOSO, LIVI GERBASE E NATHALIE BEGHIN*

O Congresso Nacional debate medidas para baratear o preço dos combustíveis. O debate é pertinente e oportuno, pois a população brasileira, especialmente a empobrecida, sofre com os expressivos aumentos dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, que corroem seu poder de compra. Em um contexto de forte crise econômica, com elevadas taxas de desemprego, subemprego e informalidade, o GLP aumentou mais de 40% em 2021, e os preços da gasolina e do diesel também se elevaram nessas proporções. A situação deve piorar em decorrência da guerra na Ucrânia. Não há, portanto, qualquer dúvida quanto à necessidade de atuar nessa agenda. Mas qual caminho seguir?

Existem várias opções e cada uma delas provoca impactos distintos na população e no meio ambiente. Entendemos que as medidas mais efetivas são aquelas que asseguram soluções de longo prazo, especialmente as que caminham para a diminuição do uso dos combustíveis fósseis, considerando que estes são uma das principais causas do aquecimento global. Infelizmente, o debate atualmente travado no Congresso vai na direção oposta. Dentre as propostas em pauta no Legislativo, a que ganha mais adeptos refere-se à diminuição de impostos que incidem sobre combustíveis. Vários países adotaram essa medida e seu principal benefício consiste na facilidade e celeridade de sua implementação.

No Brasil, a PEC dos Combustíveis e o PLP 11/2020 tratam da redução de tributos nas esferas federal e estadual, respectivamente. As isenções fiscais não são, porém, soluções adequadas para reduzir os preços ao consumidor. O setor de óleo e gás já se beneficia de enormes isenções fiscais, enquanto o gasto do consumidor só sobe. Os subsídios teoricamente destinados a baratear o preço dos combustíveis na bomba, ou seja, os subsídios ao consumo, eram em 2020 da ordem de 52 bilhões de reais, segundo o estudo *Conhecer, Avaliar e Renovar: Subsídio aos Combustíveis Fósseis* no Brasil, publicado pelo Inesc. Esse valor corresponde a mais de 20 vezes o orçamento de todo o Ministério do Meio Ambiente para 2021, de apenas 2,5 bilhões reais. Outra prova de que não se trata de uma medida eficiente é que as vultosas isenções fiscais diminuem as receitas de importantes políticas públicas. Esse é o caso do PIS/Cofins, uma das principais fontes da Previdência Social, frequentemente criticada por ser deficitária.

> Em 2020, o setor de óleo e gás recebeu 52 bilhões de reais em subsídios, 20 vezes mais que o orçamento do Meio Ambiente

Uma abordagem alternativa em discussão, mais estrutural, é a que prevê a criação de uma Conta de Estabilização de Preços, como proposto pelo PL 1472/2021. Isso porque, no caso brasileiro, a origem do aumento dos preços nos últimos anos e, principalmente, a partir de 2021, reflete a adoção, em 2016, do Preço de Paridade de Importação (PPI), segundo o qual incorporam-se as cotações do mercado internacional na formação dos preços dos derivados de petróleo. A Conta de Estabilização contribuiria para diminuir a volatilidade dos preços, pois entraria em ação quando o valor dos combustíveis estivesse acima ou abaixo de limites estabelecidos pelo governo. Essa estratégia, aliada à desvalorização do real em relação ao dólar, vem resultando, de um lado, na inflação dos combustíveis e, de outro, na geração de lucros recordes para a Petrobras e outras petrolíferas que atuam no Brasil, e no pagamento de altos dividendos para seus acionistas.

Essa proposta é interessante porque não resulta no desfinanciamento de políticas públicas, mas há dois problemas a serem enfrentados. Em primeiro lugar, os limites a serem estabelecidos são desconhecidos e podem não ser suficientes para conter a inflação dos preços dos combustíveis. Segundo ponto:

PREFEITURA DE MONÇÃO/GOVMA

Vale-gás. A iniciativa é menos onerosa aos cofres públicos, mas o Ministério da Economia não parece disposto a custeá-la

não está explícito como esse fundo seria financiado. Inicialmente, foi sugerido aumentar a taxação de impostos sobre exportações de petróleo cru, isto é, repartir a conta com os principais beneficiários do aumento de preços, as petroleiras. O poderoso *lobby* do setor de óleo e gás derrubou, porém, essa ideia. Atualmente, circula uma nova proposta no Congresso, a de usar os lucros extraordinários da União com a Petrobras, mas isso perpetua a lógica que pune o Estado e beneficia o setor privado. É muito mais fácil politicamente diminuir impostos do que enfurecer especuladores e investidores nacionais e internacionais.

Há ainda uma proposta, contida no PLP 11/2020, de distribuição de um vale-gás para famílias empobrecidas. Tal medida é popular internacionalmente e considerada mais responsável fiscalmente, pois é menos onerosa para os cofres públicos por ser mais focalizada, normalmente sendo implementada juntamente com a redução de impostos. A medida é válida para diminuir as despesas da população, mas o Ministério da Economia já sinalizou que não está disposto a emitir créditos extraordinários para financiá-la, o que significa que, dado o Teto de Gastos estourado para este ano, não existem recursos para viabilizá-la.

As propostas que estão na mesa são importantes para combater a crise imediata, mas não oferecem soluções estruturais mais ousadas para a política energética brasileira, na perspectiva da justiça social, ambiental e climática. Nesse sentido, urge retomar o debate sobre o papel da Petrobras como empresa que atua na defesa do interesse público. É também urgente reduzir a nossa dependência em petróleo e derivados. Enquanto os preços dos combustíveis fósseis são muito voláteis, os das energias renováveis caem ano após ano, devido ao avanço tecnológico e aos novos investimentos. Ademais, os combustíveis fósseis contribuem sobremaneira para o aquecimento global, que, por seu turno, provoca eventos climáticos extremos, como enchentes ou secas, que castigam especialmente as pessoas empobrecidas. A expansão dos investimentos em petróleo e gás pode determinar um futuro mais sujo para a nossa matriz energética. •

**Alessandra Cardoso e Livi Gerbase são assessoras políticas do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Nathalie Beghin é coordenadora da assessoria política do Inesc.*

Capital S/A

NEGÓCIOS E FINANÇAS EM PÍLULAS

É OBRIGAÇÃO DE EMPRESÁRIOS COBRAR COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA

PEDRO PARENTE, sócio da eBCapital

A guerra de preços

A alta do petróleo expõe o erro da política da Petrobras

Por suas implicações para a Bolsa, a inflação e a eleição, a incerteza sobre os preços dos combustíveis dominou as atenções dos mercados financeiros nos últimos dias, em que se sucederam reuniões do alto escalão do governo no Palácio do Planalto, votações no Congresso, alertas e advertências de entidades privadas e uma perda de ao menos 34 bilhões de reais de valor de mercado da Petrobras só no pregão da segunda-feira 7, depois de o presidente Jair Bolsonaro voltar a insinuar que mandaria a estatal congelar os preços. "Não tem congelamento. Esquece esse troço", disparou o ministro da Economia, Paulo Guedes, a jornalistas, após uma tarde de negociações com Ciro Nogueira (Casa Civil), Bento Albuquerque (Minas e Energia), o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, no Planalto. Trataram de um subsídio federal ao diesel e à gasolina, que duraria de três a seis meses e custaria, no mínimo, 25 bilhões de reais. Isso exigiria um crédito fora do teto de gastos. No Senado, dois projetos sobre o tema circulam: um unifica a alíquota e fixa o valor do ICMS dos combustíveis, outro cria uma conta para financiar a estabilização de preços. A estatal não reajusta o preço dos combustíveis há mais de 50 dias, quando o barril estava na casa de 80 dólares. Agora, passou dos 130, salto de mais de 60%.

ISTOCKPHOTO, GRUPO RBS/DIVULGAÇÃO, AGÊNCIA PETROBRAS E AFP/ARQUIVO

SEM COCA, COM DANONINHO

Coca-Cola e McDonald's engrossaram a fila de empresas internacionais que suspenderam as operações na Rússia. A Danone anunciou, no entanto, sua permanência no país, de onde tira 6% do faturamento mundial, alegando ter responsabilidades com seus funcionários e fornecedores. O McDonald´s informou que continuará a pagar seus 62 mil funcionários russos. Segundo a Universidade de Yale, que mantém um cadastro dos negócios internacionais na Rússia, ao menos 230 companhias aderiram ao boicote ao país.

O real brilha

Apostas a favor do real na Bolsa de Chicago bateram recorde na semana terminada em 1º de março, justamente no início da guerra da Ucrânia, que desencadeou a onda altista das *commodities* e a percepção de que capitais destinados à Rússia poderiam ser desviados para o Brasil. O saldo de contratos de compra da moeda – uma "aposta" na valorização – saltou a 50.448, o maior da série histórica.

Get off my cloud!

O início da semana no ciberespaço foi nublado pelo ataque de *hackers* ao Mercado Livre, que expôs os dados de 300 mil usuários do serviço de compras *online*, e uma falha global do serviço de computação em nuvem do Google. Spotify, Nubank e Discord tiveram instabilidade de acesso. O serviço de nuvem da AWS, da americana Amazon, também teve relatos de instabilidade na tarde da terça-feira.

Alto custo, baixo rendimento

A redução de 25% do IPI pode custar aos cofres públicos até 19,1 bilhões de reais ao ano, calcula a Instituição Fiscal Independente. O preço dos carros cairá entre 1,7% e 1,8%, diz o presidente da associação das concessionárias, a Fenabrave, José Maurício Andreta Júnior.

NÚMEROS

5,4 bilhões

de dólares a Google pagará pela firma de segurança cibernética Mandiant para proteger seu serviço de computação em nuvem

10%

foi o porcentual de alta de alguns cortes de frango em uma semana, no Brasil, devido à guerra na Ucrânia

204,4 mil

lojas foram abertas em 2021, totalizando 2.407.821 negócios ativos, informa a Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo

89%

das empresas consultadas pela Confederação Nacional da Indústria custeiam seus projetos de inovação

Dois mundos

ANÁLISE Ao longo da história , as diversas "ordens mundiais" resultam mais da contingência política e do incidente fortuito do que de doutrinas estratégicas previamente concebidas

POR JOSÉ SÓCRATES*

Em 1988, o dirigente soviético Georgi Arbatov afirmou perante uma audiência norte-americana que "lhes iriam fazer uma coisa terrível – vamos privar-vos de um inimigo". Trinta e quatro anos depois, a agressão da Rússia à Ucrânia devolve o inimigo ao Ocidente e dá-lhe ainda alguém a quem odiar profundamente, o presidente Vladimir Putin. A brutal e injustificada invasão constituiu um sério abalo na reputação da Rússia enquanto potência mundial e dá um novo fôlego político à União Europeia e à Otan. A guerra da Ucrânia tem todo o potencial para vir a ser registrada na história como o início de qualquer coisa nova na organização política global.

As interessantes discussões sobre a nova ordem mundial destes últimos anos costumam girar à volta de duas visões alternativas. Para uns deveria assentar num acordo entre as principais potências capaz de impulsionar a cooperação multilateral. Para outros, aquela ordem deveria resultar do estabelecimento de esferas de influência que, uma vez respeitadas, constituiriam a forma mais segura e eficaz de estabelecer a paz no mundo. Como muitas vezes aconteceu no passado, o debate em curso foi, no entanto, subitamente interrompido pela História, que insiste em nos lembrar que as diversas "ordens mundiais" sempre resultaram mais da contingência política e do incidente fortuito do que de doutrinas estratégicas previamente concebidas. Mais ainda: a força dominante por detrás delas foi sempre o medo e o ódio ao inimigo, não o desejo de cooperação na construção de um mundo melhor. O que quero dizer é que, infelizmente, as ordens políticas mais fortes nasceram de forma negativa, nunca foi acerca do que queriam os diferentes países, mas do que não queriam. Nunca foi acerca de cooperação, mas de alianças para fazer frente aos inimigos comuns. Este momento, infelizmente, não é diferente. O que quer que seja que esteja a nascer desta situação de guerra trará consigo a lógica da exclusão baseada no medo e no desprezo do inimigo. Para a escola cínica das relações internacionais, que também se diz realista, nada de novo debaixo dos céus.

> Até o esporte, que no passado resistiu à pressão da escolha de lados, resolveu entrar no jogo político

Duas semanas depois da invasão é possível identificar a linha de força da nova ordem em construção, a separação dos mundos. Dois campos, dois blocos políticos, dois mundos. De um lado, a China e a Rússia compondo o núcleo essencial de um bloco, do outro, os Estados Unidos formando com os países do G-7 a vanguarda do grupo ocidental. As sanções impostas à Rússia são um claro sinal destes tempos: separação dos sistemas financeiros, separação das economias, separação das empresas, separação das viagens aéreas, separação das ofertas culturais. A divisão da internet em duas pode muito bem ser o próximo passo. Os telefones de um lado não funcionarão no outro, as contas de *e-mails* de um lado não estarão ligadas ao outro, as aplicações eletrônicas de um lado não serão utilizadas no outro. Até o desporto, que no passado sempre resistiu à pressão política da escolha de lados na Guerra Fria, resolveu entrar agora no jogo político de exclusão ao banir a Rússia das competições desportivas globais. Este parece ser o duplo mundo que nos aguarda – dois mundos reais, dois mundos digitais.

Na verdade, esse movimento de exclu-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 49
Luiz Gonzaga Belluzzo.
As lições monetárias da Primeira Guerra

SAUL LOEB/POOL/AFP E DURSUN AYDEMIR/ANADOLU AGENCY/AFP

Jogo de cena. Biden quer ver o circo pegar fogo, Putin atropela as regras básicas e o Parlamento europeu transforma Zelensky em herói

são econômica não é novo, mas foi agora fortemente acelerado pela guerra. Há muito que as economias ocidentais colaboram para criar restrições à China na economia global, pela simples razão de lhes ser impossível aceitar que foi ela, a China, a vencer a batalha da globalização – e a vencer com as regras do Ocidente e com as instituições criadas pelo Ocidente. A mais ostensiva operação de exclusão são as restrições impostas à empresa chinesa Huawei, a mais importante fornece-

Palco. As tropas russas avançam no território ucraniano, enquanto os civis, mais de 2 milhões, fogem em desespero

dora de tecnologia 5G, no acesso aos mercados de equipamentos de telefonia celular do mundo ocidental. As razões invocadas são de segurança nacional, mas, na verdade, a ameaça de segurança a que se referem resulta do sucesso econômico da China. Nada mal para os defensores do livre-mercado.

No fundo, é possível vislumbrar no atual discurso ocidental um desejo não confessado de regresso ao mundo da Guerra Fria, que, bem vistas as coisas, alguns consideram agora que talvez não fosse assim tão mau. Nesse mundo, dizem, estávamos a ganhar e ainda nos lembramos dele como um mundo seguro. A consequência desse discurso é óbvia: todo o esforço de globalização política dos últimos anos foi uma perigosa ilusão. A ideia de que poderíamos viver sem inimigos e a ideia de que poderíamos construir uma ordem à escala global baseada nos valores da cooperação e do direito internacional não passaram de uma aventura estouvada que deixou de lado as preocupações de segurança.

Um pouco por todo o mundo, em especial na Europa, o discurso dominante é agora o do medo e da desconfiança. Mais exércitos, mais armas, mais orçamento de defesa. Pela primeira vez, desde 1945, a Alemanha decide armar-se e a Europa aplaude a mudança. Não há dúvida de que a cultura política mudou. Leio um artigo de jornal que classifica esta guerra como o 11 de Setembro europeu. Sinto que vi esse filme e vêm-me ao espírito as palavras de Michael Ignatieff: "O terrorismo (...) tem conduzido a governos mais secretos, mais poderes policiais e a um aumento dos poderes executivos (...) em todos estes aspectos é a resposta ao terrorismo, mais que o terrorismo ele próprio, que tem feito pior à democracia". É justamente isto que temo. O dever dos democratas é bater-se para acabar com a guerra, não alargá-la.

> É possível vislumbrar no atual discurso ocidental um desejo não confessado de regresso ao mundo da Guerra Fria

Durante os quase 30 anos que se seguiram à Guerra Fria, muitos de nós tentaram centrar o debate político internacional na organização da globalização – a economia mundial, o ambiente global,

a informação global, as doenças globais. Foi um tempo em que a lógica da política se virou para a abertura política, para o fim das fronteiras econômicas, para o mercado global e para a necessidade de construir instituições supranacionais capazes de produzir bens públicos globais. Nas palavras de Bill Clinton, talvez o maior arauto político destes novos tempos, "a globalização não era algo que nós pudéssemos desligar ou ligar. É o equivalente a uma força da natureza, como o vento e a água". Estas palavras podem parecer hoje ingênuas, mas por detrás delas estava um pensamento: um só mundo, um só planeta, uma agenda de cooperação mundial.

Na altura, ninguém tinha ilusões. A globalização política e econômica não acabaria com o conflito político nem significaria o fim da história. Os debates sobre a globalização e sobre a melhor forma de a regular continuaram ferozes ao longo dos anos. Esses debates tinham como pano de fundo, no entanto, uma visão política cosmopolita que fosse capaz de deixar de lado os fantasmas políticos da terra e do sangue que sempre trouxeram consigo a intolerância, o nacionalismo e a xenofobia. Essas discussões parecem agora postas de lado à medida que são lentamente substituídas pela paranoia do medo e da segurança nacional. Nesta loucura que parece agora varrer o mundo, fazem falta as vozes dos países não alinhados, dos países que defendem a paz, o direito internacional e a resolução pacífica dos conflitos. Nenhum dos grandes problemas mundiais, nem sequer os de segurança, terá solução sem cooperação à escala global. É por essa razão que o lento caminho de dividir o mundo em dois blocos me parece ser tão desesperador. Em face do que vejo, não consigo deixar de pensar que a humanidade é capaz de fazer melhor. •

**Foi primeiro-ministro de Portugal.*

"PELA NEGOCIAÇÃO OU PELA GUERRA"

Putin reapresenta suas exigências à Ucrânia

Milhares de ucranianos deixaram Irpin, nos arredores da capital Kiev, e o nordeste de Sumy na manhã da terça-feira 8, décimo segundo dia da invasão. Os civis aproveitam o cessar-fogo anunciado pela Rússia após os "pequenos avanços", na versão de Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia, obtidos na reunião entre representantes dos dois países. O próximo encontro está marcado para a quinta-feira 10, na Turquia, mediador com maiores credenciais neste momento do que a Bielorrússia aliada de Vladimir Putin.

Os russos ofereceram abrir múltiplos corredores humanitários, desde que os refugiados seguissem para o Leste e não em direção ao Ocidente. A proposta, recusada por Zelensky, acabou alterada no fim da tarde: as tropas russas permitiram o deslocamento para áreas mais seguras da própria Ucrânia. Segundo a ONU, o número de deslocados passa de 2 milhões. Michele Bachelet, alta comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, criticou, por sua vez, a repressão a manifestantes contra a guerra em Moscou e outras cidades. "Continuo preocupada com o uso de legislação repressiva que impede o exercício dos direitos civis e políticos", declarou a chilena. O número de opositores russos detidos nos últimos dias passa de 13 mil.

Putin reapresentou sua lista de exigências para interromper a incursão militar: rendição da Ucrânia, mudança na Constituição para garantir a "neutralidade" do vizinho, ou seja, a não adesão à Otan ou à União Europeia, e o reconhecimento da Crimeia como território russo, além da independência das "repúblicas" separatistas de Donetsk e Lugansk, na conflituosa região de Donbas. Na quarta-feira 9, Zelensky deu sinais de ter recobrado um pouco da racionalidade. Após duas semanas inebriado pela fama de "herói" espalhada pelo Ocidente, o presidente ucraniano indicou a possibilidade de negociar um acordo que cesse o sofrimento dos 40 milhões de compatriotas. O reconhecimento da Crimeia e a desistência ou ao menos adiamento do "projeto europeu" entraram na pauta das negociações. A Rússia, em contrapartida, estendeu o cessar-fogo. Em conversa telefônica com o colega francês Emmanuel Macron, Putin havia reiterado que alcançaria seus propósitos "pela negociação ou pela guerra". Macron disse esperar "dias piores". No campo econômico, o conflito só piorou. Os EUA e a UE ampliaram os embargos e sanções no intuito de sufocar a economia russa e estimular uma revolta popular que desague na derrubada do governo. O Kremlin respondeu com armas semelhantes e ameaça cortar o fornecimento de petróleo, gás, fertilizantes e alimentos. O mundo, mal recuperado da pandemia, está prestes a mergulhar em nova espiral de inflação e recessão.

Outra rodada. A terceira reunião deu em nada

MAXIM GUCHEK/BELTA/AFP, KOSTANTIN MIHALCHEVSKY/SPUTNIK/AFP E ARIS MESSINIS/AFP

Abraços de ursos

TheObserver Angela Merkel errou ao ignorar os riscos do aprofundamento das relações com a Rússia de Putin?

POR PHILIP OLTERMANN, DE BERLIM

Depois que a guerra na Ucrânia fez o chanceler alemão, Olaf Scholz, dar uma meia-volta dramática sobre os credos de fé de seu país no pós-Guerra, a atenção passou a mudar para a sua antecessora, que conduziu a Alemanha por um caminho estratégico em direção à Rússia que se tornou um beco sem saída.

O conflito no Leste causou um abalo sísmico na Alemanha, onde Scholz deu meia-volta em uma posição restritiva sobre a exportação de armas, anunciou enormes aumentos nos gastos militares e prometeu libertar o país do gás russo. Desde então, todos os olhos estiveram sobre Gerhard Schröder, o ex-chanceler impenitente que em suas últimas semanas no poder apertou a mão de Vladimir Putin para ratificar o gasoduto Nord Stream sob o Mar Báltico. Semanas depois, Schröder passou tranquilamente pela porta giratória e tornou-se o presidente do Nord Stream. O consequente aumento da dependência alemã da energia russa, como admitem hoje políticos em Berlim, pode ter levado Putin a acreditar que a Alemanha estaria amarrada demais para apoiar sanções econômicas. Como um lobista pago da gigante de energia Gazprom, a motivação de Schröder é transparente: na sexta-feira 4, Scholz chamou seu colega de partido e ex-chefe para cortar os laços com as companhias estatais russas.

Está menos claro por que a inclinação de Schröder a expandir os laços econômicos com a Rússia foi amplamente continuada por sua sucessora, Angela Merkel, e se ela o fez puramente por passividade ou para sua vantagem política. Quando Merkel terminou seu mandato de 16 anos, em dezembro passado, os obituários políticos destacaram suas tratativas com Putin como pontos de elogio: seu apoio às sanções econômicas pela ocupação da Crimeia, assim como o esforço de resgate que ela iniciou para tratar o dissidente envenenado Alexei Navalny num hospital em Berlim, falavam sobre tudo menos ingenuidade em suas interações com o Kremlin.

Agora, pululam críticas mais fortes. "Há necessidade de uma avaliação sóbria dos erros de julgamento do governo alemão em seus negócios com a Rússia nos últimos 16 anos", disse o político da CDU e ex-oficial do Bundeswehr Roderich Kiesewetter. "Para grande surpresa da Otan, em 2008 a França e a Alemanha bloquearam um Plano de Ação de Afiliação para a Geórgia, advertindo que a Rússia o interpretaria como uma ameaça existencial. Mas quatro meses depois, a Rússia invadiu a Geórgia de qualquer modo. Em 2014 e 2015, quando os Estados Unidos quiseram armar a Ucrânia diante da anexação da Crimeia pela Rússia, Merkel e o então presidente francês François Hollande se opuseram a essa estratégia, preferindo investir em esforços diplomáticos", dis-

A chanceler, dizem aliados, apostava na parceria comercial como forma de limitar os riscos de conflitos na Europa

O gás que nos une. Putin esteve à disposição de Merkel em várias ocasiões. Schroeder preside o gasoduto Nord Stream, fonte de controvérsia

se Kiesewetter ao *Observer*. "Mas à sombra desses aparentes sucessos diplomáticos a Rússia continuou reforçando sua ameaça militar."

Há também novas questões sobre o apoio inabalável de Merkel ao projeto Nord Stream, cujo primeiro gasoduto ela inaugurou em cerimônia em 2011. "Com o Nord Stream, hoje está claro que a Alemanha foi simplesmente enganada pelo lado russo: esse sempre foi um projeto político, não econômico", disse Kiesewetter. "A Alemanha nunca abordou a dimensão europeia e de segurança do projeto."

No primeiro mandato de Merkel, uma certa ingenuidade em relação ao gasoduto até então podia ser explicada pelo acordo de compartilhamento de poder com o Partido Social Democrata, ainda moldado à imagem de Schröder, e primeiros-ministros de centro-esquerda com simpatias abertamente pró-Rússia nos estados do nordeste da Alemanha, especialmente Mecklenburg-Vorpommern.

"No estado natal de Merkel, e em seu eleitorado, o Nord Stream sempre foi um empreendimento extremamente popular", disse Claudia Muller, delegada verde da mesma região. "Quando se tratava da Rússia, Mecklenburg-Vorpommern efetivamente tinha sua própria diplomacia à sombra." Mesmo depois de sua reeleição em 2009, Merkel apoiou a continuidade e a expansão de um gasoduto, insistindo durante anos que era um "projeto puramente econômico", embora mais tarde tenha admitido que certos "fatores políticos" não podiam ser ignorados.

"O pragmatismo econômico ao lidar com a Rússia não era apenas uma característica do romantismo dos social-democratas", disse Jana Puglierin, chefe do Conselho Europeu para Relações Exteriores, em Berlim. "Merkel também acreditava que através do comércio se poderia ligar a Rússia a um sistema multilateral, e assim a uma ordem baseada em regras. Mesmo depois de 2014-2015, quando os alarmes soaram, ela compartimentalizou o problema. Ela simplesmente não o transformou numa questão política."

Pesquisa da Policy Network Analytics, rede de inteligência de dados sem fins lucrativos que conecta decisões políticas a investimentos econômicos estratégicos, sugere que a dimensão política do Nord Stream talvez fosse mais aparente para ela do que deixou perceber. Merkel foi criada no nordeste da Alemanha, onde conquistou um mandato direto de um eleitorado que cobre a ilha de Rugen, no Mar Báltico. No sistema político federalista, os parlamentares não precisam agir como amplificadores de suas próprias preocupações políticas, e o chanceler ainda menos.

Mas, no verão de 2009, o estado natal de Merkel despencou na agenda nacional: os estaleiros Wadan em Schwerin e Rostock pediram concordata. Com as eleições nacionais dali a apenas três meses, Merkel enfrentou uma perda humilhante de 2,7 mil empregos em seu território. Seis semanas antes da votação, o escritório de imprensa da chanceler anunciou uma novidade: "O resgate dos estaleiros Wadan está à vista". Em uma reunião em Sochi, Merkel e o presidente russo, Dmitry Medvedev, tinham fechado um acordo pelo qual os estaleiros seriam comprados por Vitaly Yusufov, salvando a metade dos empregos na companhia. Até então, Yusufov, de 29 anos, tinha trabalhado como diretor do escritório em Moscou de uma certa companhia de gasoduto russa: a Nord Stream AG.

Empresários russos salvaram empregos no estado natal de Merkel

Seu pai, Igor, serviu como ministro da Energia no primeiro mandato de Putin e, na época, coordenou as cooperações de energia da Rússia como enviado especial. "Houve considerável pressão política para que os Wardan fossem salvos, e é questionável se o acordo teria passado tão rapidamente sem isso", disse Klaus-Peter Schmidt-Deguelle, assessor de comunicações que na época estava no conselho assessor da companhia.

Mesmo então, houve rumores de que o dono anterior insolvente do estaleiro, o investidor russo Andrei Burlakov, tinha sido um mero fantoche em uma trama de lavagem de dinheiro da máfia russa, denúncia também feita por um promotor que investigou atividades criminosas russas na Espanha (uma investigação criminal da lavagem foi interrompida pelo promotor estadual em Schwerin em 2012, devido à falta de cooperação do lado russo). "Se Burlakov era um fantoche, ele parou de fazer esse papel em algum momento, ou ainda estaria vivo", disse Schmidt-Deguelle ao *Observer*. Em setembro de 2011, o investidor russo foi atingido por um pistoleiro num restaurante em Moscou.

Oposição interna. Navalny insufla

Segundo o comunicado alemão sobre o encontro em Sochi, Merkel e Medvedev não só discutiram um acordo de resgate para os estaleiros Wardan, mas um possível investimento russo na montadora alemã em dificuldades Opel e na fabricante de microchips Infineon. Nenhum desses planos se materializou, para desgosto de Moscou. A mídia russa, entretanto, relatou que os dois líderes também discutiram uma "cooperação energética".

Segundo a Nord Stream AG, o planejamento do segundo gasoduto foi implementado dois anos depois, embora suas origens exatas não tenham sido comunicadas abertamente.

Questionado pelo *Observer* por *e-mail* se a cooperação energética discutida em Sochi foi o gasoduto Nord Stream 2, e se as cooperações econômicas discutidas eram contingentes entre si, o gabinete de Merkel não quis responder, referindo-se, em vez disso, à única declaração pública que ela deu desde o início da guerra na Ucrânia. "Não há justificativa para essa infração evidente do direito internacional", disse Merkel quatro dias após o início da invasão russa. "Esta guerra de agressão da Rússia marca um profundo ponto de inflexão na história da Europa, desde o fim da Guerra Fria." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

REDES SOCIAIS

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Ontem e hoje

▶ Lições monetárias da Primeira Guerra Mundial

A maioria dos países saiu do primeiro conflito mundial com as finanças públicas destroçadas pelo financiamento das despesas militares, realizado basicamente por meio do endividamento e da emissão de papel-moeda inconversível. As dívidas de guerra e as reparações exigiram um esforço adicional de obtenção de recursos fiscais que as populações – principalmente as classes abastadas – não estavam dispostas a conceder aos governos.

Esmagada pelas reparações de guerra que lhe foram impostas pelo Tratado de Versalhes, a economia alemã sucumbiu à impossibilidade de gerar as divisas necessárias para servir o que lhe fora imposto. A fuga sistemática do marco para o dólar e a libra, as moedas-reservas do Gold Exchange Standard, disparou a hiperinflação e a necessidade de emissões monetárias do Reichsbank para "cobrir" a fuga desesperada da moeda nacional.

Em sua ressurreição, sob a forma do Gold Exchange Standard, o padrão-ouro foi incapaz de reanimar as convenções e de reproduzir os processos de ajustamento e as formas de coordenação responsáveis pelo desempenho anterior. O último país a declarar oficialmente sua adesão ao padrão-ouro foi a França, em 1928. Antes dela, entre 1923 e 1925, retornaram a Alemanha e seus companheiros de hiperinflação, Áustria, Hungria e Polônia. Esses náufragos da moeda destroçada foram socorridos pelos empréstimos de estabilização, concedidos, sobretudo, pelos bancos norte-americanos.

A volta mais aguardada era a da Inglaterra. Isso ocorreu em 1925, de forma inadequada. O estabelecimento da paridade da libra com o ouro no mesmo nível que prevalecia antes da guerra foi a causa de muitos dos problemas de coordenação que se apresentaram durante os conturbados anos 1920 e 1930.

Sob a forma modificada do Gold Exchange Standard, que permitia – diante da escassez de ouro – a acumulação de reservas em moeda "forte" (basicamente o dólar e a libra), esse arranjo monetário provocou assimetrias no ajustamento dos balanços de pagamentos e desatou, frequentemente, uma especulação causadora de instabilidade nos mercados financeiros. A decisão da Inglaterra, tomada em 1925, de voltar à paridade do período anterior à guerra, era claramente incompatível com o novo nível de preços interno e tampouco reconhecia o declínio de seu poderio econômico e financeiro.

Os Estados Unidos saíram do conflito com créditos acumulados contra os países europeus e fortalecidos economicamente diante de competidores que tiveram suas economias destroçadas. A "sobrevalorização" da libra e a "subvalorização" de outras moedas, principalmente do franco, causaram, ao longo do tempo, o aprofundamento dos desequilíbrios do balanço de pagamentos e pressões continuadas sobre a moeda inglesa. As perspectivas dos mercados quanto à sustentação da paridade eram pessimistas e os ajustamentos entre países superavitários e deficitários não ocorriam.

Os déficits e os superávits tendiam a se tornar crônicos, em boa medida porque os países superavitários tratavam de trocar seus haveres em "moeda forte" por ouro. Os Estados Unidos, a França e a Alemanha acabaram por concentrar uma fração substancial das reservas em ouro, contribuindo para confirmar as expectativas negativas quanto ao futuro da libra.

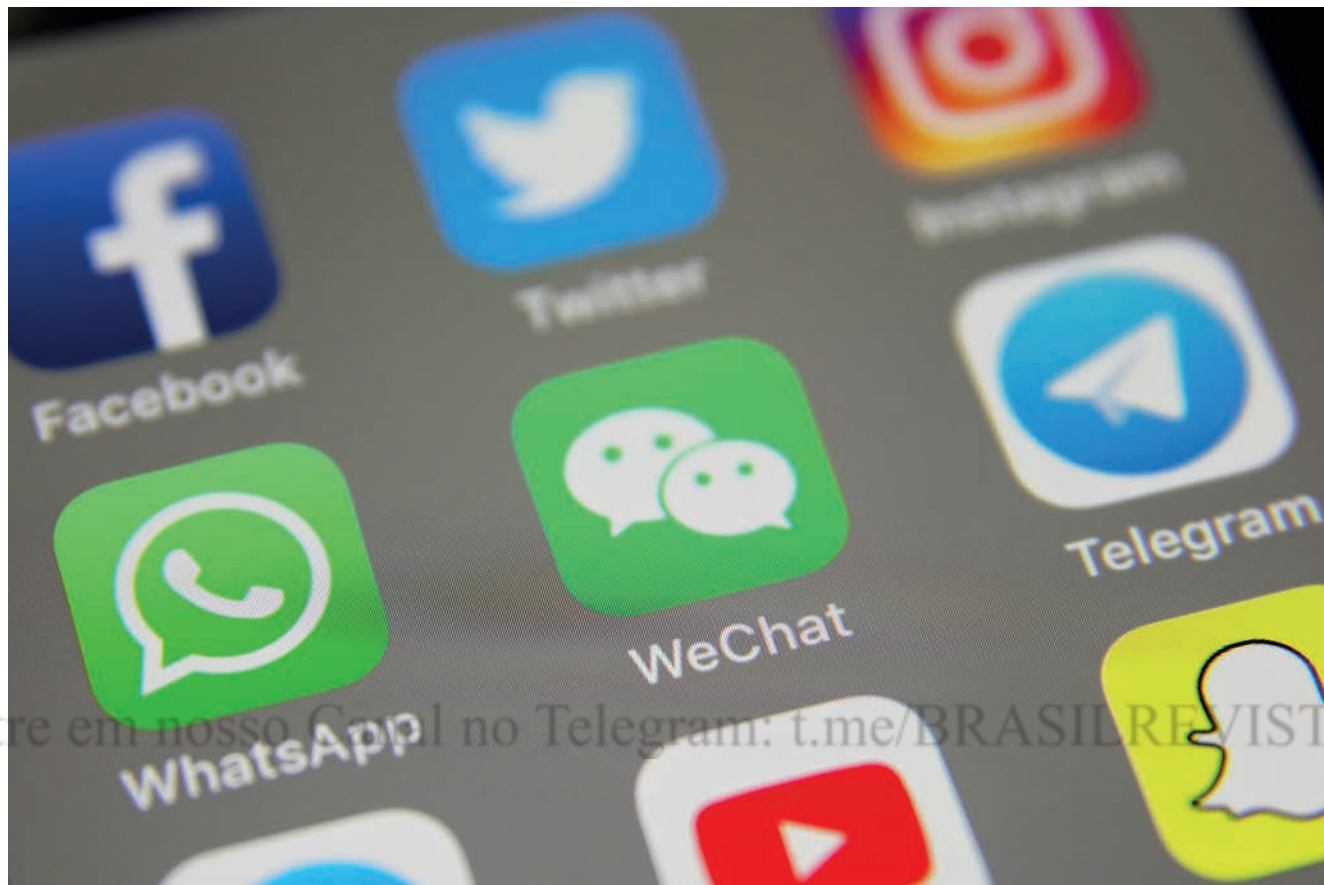
Os capitais privados, principalmente de origem norte-americana, entre 1925 e 1928, estimulados pelos diferenciais de juros (e ativos baratos) nos países de moeda recém-estabilizada, em particular na Alemanha, formaram bolhas especulativas, ávidos em colher as oportunidades de ganhos de capital. O ciclo de "inflação de ativos" estrangeiros foi concomitante à rápida valorização das ações da Bolsa de Valores norte-americana. Essa onda de especulação altista, como não poderia deixar de ser, foi alimentada pela expansão do crédito nos Estados Unidos, onde as taxas de desconto ainda foram reduzidas, em 1927, para aliviar as pressões exercidas contra a libra.

O desastre que se seguiu foi consequência da mudança de sinal da política monetária dos EUA, em meados de 1928. O Federal Reserve, preocupado com o aquecimento da economia e com a febre dos mercados financeiros, subiu a taxa de desconto, provocando o "estouro" da bolha especulativa em outubro de 1929. Os "grilhões dourados" do regime monetário tiveram grande responsabilidade na imobilização das políticas econômicas, determinando uma quase completa incapacidade de resposta e de coordenação dos governos da Europa e, ao menos até 1933, dos Estados Unidos.

Antes da eclosão da guerra Rússia-Ucrânia, o Federal Reserve, pressionado pela inflação norte-americana, prometia a elevação da *policy rate* e a redução dos estímulos monetários. Vai cumprir a promessa? A história não se repete, mas rima, já dizia Mark Twain. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Falsa proteção. O sistema de criptografia do Telegram não é tão seguro quanto se pensa

A rede da guerra

TheObserver O Telegram, aplicativo na mira do TSE brasileiro, prospera durante a invasão da Ucrânia

POR MARK SWENEY

Nos dias seguintes à invasão de seu país por Vladimir Putin, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, usou seu canal no aplicativo Telegram para enviar uma mensagem de vídeo desafiadora do centro da capital, Kiev, na qual pedia à nação que se unisse e resistisse ao ataque russo. O serviço de mensagens semelhante ao WhatsApp, cofundado pelos irmãos bilionários russos exilados Pavel e Nikolai Durov, tornou-se uma arma central numa batalha de propaganda digital que acabará por aumentar seu uso e perfil de investidores antes de uma possível oferta de ações de 50 bilhões de dólares no mercado no próximo ano.

O presidente ucraniano de 44 anos, ex-ator de tevê e comediante que fez campanha pelo Telegram no período que antecedeu sua vitória nas eleições presidenciais de 2019, usou o serviço para refutar as alegações de que o exército havia sido instruído a depor armas, que a evacuação tinha sido ordenada – e para galvanizar a população provando que ele não sairia da capital.

O Telegram, que tem mais de 550 milhões de usuários mensais em todo o mundo, é o aplicativo de mensagens mais popular na Ucrânia. A criptografia muito elogiada do serviço e sua capacidade de disseminar mensagens para grupos de até 200 mil usuários – o

limite no WhatsApp, de propriedade do Facebook, é de 256 – o fez ser chamado de "aplicativo preferido" dos terroristas.

O Telegram foi proibido na Rússia em 2018, depois que Pavel Durov se recusou a dar às autoridades acesso aos dados de seus usuários. A repressão, que incluiu o bloqueio de endereços IP, foi, porém, fácil de contornar e o serviço continuou a crescer. A Rússia cedeu e suspendeu a proibição em meados de 2020.

O aplicativo foi adotado como uma das principais fontes de notícias fora da mídia controlada pelo Estado, e na guerra ucraniana tornou-se uma tábua de salvação 24 horas para civis, jornalistas e até militares. Tornou-se a plataforma para grupos de protesto de todos os tipos, da Rebelião da Extinção a grupos antivacinação, dos manifestantes do Capitólio dos Estados Unidos a campanhas pró-democracia em países como Bielorrússia, Hong Kong e Irã.

Mas o papel do Telegram na disseminação de informações não verificadas alarmou Durov, de 37 anos, chamado de Mark Zuckerberg russo, depois que ele fundou a que ainda é de longe a rede social mais popular do país, a VKontakte (VK), em 2006.

Recentemente, ele disse que considerava fechar o serviço nos "países envolvidos" durante o conflito. "Não queremos que o Telegram seja usado como uma ferramenta que exacerba conflitos e incita o ódio étnico", postou no domingo 6.

Horas depois, ele mudou de ideia, atendendo a pedidos em massa de usuários que diziam ser sua única fonte de informação. "Verifiquem e não acreditem nos dados que são publicados nos canais do Telegram durante este período difícil", aconselhou Durov.

Jamie MacEwan, analista de mídia do serviço de pesquisa Enders, disse: "Este é mais um exemplo de que o Telegram está ligado a movimentos de resistência. Isso faz parte de sua reputação nos últimos anos, conforme ele cresceu. Está associado a ser um porto seguro".

A plataforma, fundada por russos exilados, espera atrair mais usuários antes de abrir o capital na Bolsa

Durov é conhecido por seu comportamento excêntrico ocasional – certa vez, ele jogou aviões de papel feitos de notas bancárias pelas janelas do escritório da VKontakte, causando brigas na rua abaixo, e ofereceu publicamente um emprego a Edward Snowden. Agora ele está numa missão para tornar seu segundo empreendimento tecnológico a história de sucesso que lhe foi arrancada na primeira vez.

Bilionário. Durov, um dos fundadores

G.NITSCHKE/HUBERT BURDA MEDIA E ISTOCKPHOTO

Durante os protestos anti-Putin em 2012, Durov tornou-se muito popular por se recusar a fechar grupos que usavam o *site* de mídia social para organizar marchas. Dois anos depois, ele estava no lado receptor de um golpe de investidor hostil em que a VK foi apropriada pelo Grupo Mail.Ru, liderado pelo bilionário russo e aliado de Putin Alisher Usmanov. Em dezembro, o Kremlin reforçou seu controle sobre a empresa, quando a seguradora russa Sogaz, fundada pela gigante Gazprom, assumiu o controle da VK.

Durov vendeu e deixou o negócio, bem como o país, tornando-se cidadão de São Cristóvão e Névis, no Caribe, depois de resistir à pressão do Kremlin para divulgar os dados dos líderes dos protestos ucranianos.

Não causa surpresa que o Telegram, que ele lançou com seu irmão Nikolai em 2013 e está operacionalmente sediado em Dubai, seja construído com base em segurança e privacidade.

Durov, avesso a publicidade e que tende a se vestir todo de preto, gasta, no entanto, grande parte de sua energia criticando os padrões de segurança dos rivais, principalmente o líder mundial, WhatsApp. Nos últimos anos, especialistas em segurança questionaram as alegações de superioridade do Telegram, apontando que, ao contrário dos rivais, ele não oferece criptografia de ponta a ponta por padrão em todas as suas opções de mensagens. Moxie Marlinspike, criador do popular aplicativo de mensagens seguras Signal, foi ao Twitter para lembrar aos ucranianos que o Telegram não é tão criptografado quanto os usuários pensam, depois do que ele alegou ter sido uma "década de *marketing* e imprensa enganosos".

A experiência de Durov na VK deixou-o com aversão a trazer investidores externos para financiar o Telegram. Com uma

fortuna estimada em mais de 17 bilhões de dólares, ele conseguiu sustentá-lo durante a maior parte de sua vida sem apoio de fora. Mas a busca por formas alternativas de arrecadar os fundos necessários para impulsionar o crescimento levou-o a uma incursão desastrosa no mundo dos criptoativos. Em 2018, Durov embarcou em um plano para arrecadar bilhões por meio do lançamento de uma criptomoeda chamada grams, empreendimento que provocou uma investigação da SEC, a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA.

As pré-vendas antes da planejada oferta inicial de moedas, que teria financiado um sistema proposto de serviços de aplicativos Telegram Open Network (TON) e uma loja de bens digitais e físicos, atraiu uma resposta arrebatadora de um grupo seleto de investidores, levantando 1,7 bilhão de dólares. Mas, dois anos depois, o Telegram fechou a TON e concordou com um acordo de 18,5 milhões com a SEC, que argumentou que a grams ignorou as leis de financiamento dos EUA e ordenou que o dinheiro fosse devolvido aos investidores.

Em 2020, o Telegram foi obrigado a devolver 18,5 milhões de dólares a investidores por causa de uma operação malsucedida com criptomoedas

O revés na captação de recursos não desacelerou, porém, o crescimento: no início de 2021, o Telegram relatou o maior aumento de usuários em sua história: 25 milhões em 72 horas. Durov, que agora também é cidadão francês, creditou a corrida de novos *telegrammers* a um anúncio no WhatsApp esclarecendo sua política de privacidade relacionada ao compartilhamento de dados com o Facebook. Durov acrescentou, de forma bastante grandiosa: "Podemos estar testemunhando a maior migração digital da história da humanidade".

A política do WhatsApp não incluía o compartilhamento do conteúdo das mensagens, mas assustou muitos usuários, que desertaram para outras plataformas de qualquer maneira: Telegram e Signal foram os maiores beneficiários. "O aumento de *downloads* do Telegram é em parte impulsionado pela crescente ansiedade dos consumidores sobre o poder das maiores empresas de tecnologia e por preocupações com a privacidade", diz o analista Xiaofeng Wang, da Forrester.

Garoto propaganda. Zelensky se comunica pelo Telegram

Alguns meses após esse aumento de usuários, o jornal de negócios russo *Vedomosti* informou que fontes não identificadas próximas à empresa alegaram que uma oferta pública inicial de 50 bilhões de dólares estava planejada para até o fim do próximo ano. Um IPO bem-sucedido consolidaria a ascensão do Telegram, que começou a avançar na proposta extremamente difícil de ganhar dinheiro com os usuários de serviços de mensagens.

Durov, que uma vez prometeu que o Telegram nunca exibiria anúncios, tenta monetizar a plataforma por meio de uma combinação de publicidade com "segurança de privacidade" e patrocínio de canais. "O momento do surgimento da conversa sobre um IPO é bastante revelador, chegando quase imediatamente após o *boom* inicial de 2021, quando seu potencial de usuários começou a explodir", diz MacEwan, da Enders. "Acho que o ímpeto que eles têm agora, o grande peso dos usuários e o fato de estarem experimentando a publicidade em 'segurança de privacidade' os tornam um candidato atraente a uma IPO."

Um porta-voz do Telegram confirmou que a empresa segue planos para uma oferta pública inicial e que alguns títulos pré-IPO foram vendidos com prazo de cinco anos, mas alertou que o cronograma não é certo. "Quanto aos planos de IPO, estes vão depender da situação econômica do momento", disse. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

SERGEI SUPINSKY/AFP

ESTHER SOLANO

A guerra e os homens

▶ Para os machos de esquerda, o botão nuclear deve se aproximar da definição de orgasmo

A guerra e o homem.

A guerra e o homem branco.

A guerra e o homem branco de esquerda.

Que terrível relação entre o macho e a guerra.

Só um macho para ter tesão pelo massacre.

Só um macho para sentir gozo pela arma.

Só um macho para se vangloriar, em voz alta, de que Vladimir Putin é um estrategista foda, o cara que peitou os Estados Unidos, um líder do caralho.

Só um macho para enaltecer um imperialista que supostamente colocou de quatro outros imperialistas.

Faltou só dizer que Putin deve ter um membro viril enorme.

Homens brancos de esquerda que encontram tesão nesta guerra.

Homens brancos de esquerda para os quais criticar a invasão é ser pró-imperialista, é ser pago pela CIA, pelo George Soros, ser um vendido, um traidor da causa dos povos subalternos, é ser um pró-nazista, é apoiar Biden...

Ser contra esta invasão é ser moralmente inferior, uma barata em termos éticos.

Claro, porque Putin representa muito bem os povos subalternos, os oprimidos.

Porque Putin representa a agenda da luta da periferia, da luta contra a desigualdade.

Porque Putin representa a liberdade, um novo mundo de esperança, um novo horizonte.

Um mundo onde as necessidades dos pobres serão atendidas, onde nós, mulheres, acabaremos com o patriarcado.

Um mundo sem oligarcas...

Para esse macho, o botão nuclear deve se aproximar da definição do orgasmo.

Eu sugiro preparar comboios para que esses machos entusiasmados peguem as armas que os excitam, viajem até a Ucrânia e se juntem às tropas russas.

Não querem sentir tesão de verdade? Bora lá.

Ou será que o tesão só se sente a um oceano de distância?

O homem e a guerra.

Relação antiga e brutal que se reedita uma e outra vez, uma e outra vez.

Um milhão de refugiados e aumentando.

Mas Putin é um cara do caralho.

Que tristeza, que tristeza profunda.

Tanta dor e o macho de esquerda sentindo prazer.

Deixei de ler minhas redes estes dias porque vê-los, lê-los, é insuportável.

Ainda bem que há muitos outros homens de esquerda que choram e que abominam esse tesão, que sentem angústia, que sentem vergonha pelos comentários de seus pares.

Ainda bem que nem tudo é macho.

Tenho um filho de 2 anos e me preocupa como lidar com o masculino.

Como criar um filho que não tenha tesão na guerra, que não goze com um monstro.

Como criar um homem que chore com a dor dos outros.

Como educar o masculino para que não seja insuportável, venenoso.

Como educar meu filho para que jamais pense, com um sorriso nos lábios, que os Putins que virão são caras do caralho.

O macho e a guerra. Nada mais abominável. •

redacao @cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ele derrubou o *Duce*

HISTÓRIA? LITERATURA? Chega-nos a trágica aventura do fascismo no século passado, acompanhada por uma intervenção sobre o destino de quem derrubou Mussolini

POR MINO CARTA

Às vezes, a história real fornece enredos para a melhor literatura. No caso, refiro-me a uma trilogia intitulada simplesmente *M. S*eu autor, Antonio Scurati, pluripremiado na Itália, já teve suas obras, de ficção e não, publicadas em 40 países. O primeiro volume da trilogia, *M – O Filho do Século*, e o segundo, *M – O Homem da Providência*, foram lançados pela Editora Intrínseca, à espera de uma terceira obra, que dirá respeito à fase final do regime e à derrocada do fascismo. O protagonista do entrecho, narrado com absoluta precisão histórica, é um dos ditadores mais violentos e malignos do século passado, Benito Mussolini.

A propaganda celebra o *Duce* a cavalo, mas a foto de sua libertação da fortaleza dos Apeninos registra a sua decadência física

Assim o apresenta Scurati: "Sofria com insistentes problemas digestivos, que provocavam, além de dores lancinantes, gases, prisão de ventre, crises de vômito e um hálito pestilento". Scurati, nascido em Nápoles, em 1969, é professor de Literatura Comparada na Universidade de Comunicação e Línguas de Milão e colunista do *Corriere della Sera*. A definição *Homem da Providência* é de pura inspiração eclesiástica: foi como Mussolini passou a ser chamado pela máxima hierarquia da Igreja Católica, depois da assinatura dos pactos de Latrão, destinados a tornar o Vaticano um Estado encravado na capital do país, Roma, e o catolicismo religião oficial a ser lecionada nas escolas.

Ao cabo do seu longo domínio, a partir

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 58
Entrevista. Lucy Delap, professora de Cambridge, revê o passado do feminismo

NYT E AP

Dois conspiradores do Grande Conselho, Grandi e Federzoni, refugiaram-se no Brasil

da Marcha sobre Roma, e na prática encerrado pela derrota na Segunda Guerra Mundial, foi derrubado pelos próprios companheiros de aventura, integrantes do chamado Grande Conselho do fascismo. O primeiro lance da conspiração urdida contra o líder traz o nome de Italo Balbo, cujo avião foi abatido pelo fogo amigo na Líbia, no céu de Tobruk, em 1941. Balbo era uma das figuras mais expressivas da tomada do poder por Mussolini e influenciou vários companheiros, convencidos dos erros palmares cometidos pelo ditador, prólogo da derrota inevitável. A reunião do Grande Conselho do fascismo foi realizada em agosto de 1943.

Dos conspiradores Mussolini quis vingar-se, mandou fuzilar também o genro Galeazzo Ciano, casado com a filha Edda, e seu chanceler. Uma miríade de desafetos ficou na prisão de San Vittore, em Milão, à espera das punições. Depois de derrubado, o poder foi entregue pelos conspiradores ao rei Vitor Emanuel III, e este nomeou o general Pietro Badoglio chefe do governo interino, enquanto Mussolini era aprisionado em uma fortaleza dos Apeninos. De lá, um comando organizado por Hitler libertou-o e permitiu que, em Milão, Mussolini conseguisse formar um governo de uma singular república italiana, sediada às margens do Lago de Como, na cidade de Salò, em meio à resistência da população e da guerrilha, que estava em plena atividade no norte da península. Como se sabe, foi capturado enquanto tentava fugir para a Suíça acompanhado da amante Claretta Petacci. Fuzilado pelos guerrilheiros comunistas, Mussolini foi exposto, juntamente com Claretta e outros nove figurões fascistas, pendurado de cabeça para baixo em um posto de gasolina de uma praça milanesa. Claretta era a derradeira de uma interminável lista de amantes, um número assombroso de mulheres de todas as extrações a revelar uma vitalidade sexual irreprimível.

Excelentes contribuições à descrição destes eventos são de autoria dos diretores de cinema Dino Risi e Bernardo Bertolucci, com suas obras-primas intituladas, respectivamente, *A Marcha Sobre Roma* e *Novecento*. Dois conspiradores, um deles decisivo, daquela reunião fatal do Grande Conselho, logo depois de entregar o poder ao rei, refugiaram-se, de iní-

cio, em Lisboa e, depois, no Brasil. Um deles, Luigi Federzoni, com o falso nome de Carmine Maranzani, intelectual de qualidade, ficou por aqui algum tempo, mas acabou por voltar à Itália quando a repressão antifascista havia terminado, e morreu tranquilamente em sua cama. O outro, Dino Grandi, fora realmente o *deus ex machina* da derrubada, autor da moção que acusava Mussolini. Com a família foi viver na quarta casa da Avenida Cidade Jardim, do lado esquerdo de quem vai para o Jockey Club. Fora estas quatro casas, nada havia naquele espaço. O prefeito Fábio Prado ainda não erguera o seu Palácio de Versalhes, que mais tarde se chamou Museu da Casa Brasileira, na esquina de uma modesta Rua Iguatemi forrada de piedosos paralelepípedos e destinada a enfrentar uma ponte de trânsito arriscado sobre um riacho a atravessá-la entre duas ruas de terra do Jardim Paulistano. Numa delas morava a família Carta. Muitos anos depois, a rua modesta foi substituída por uma avenida pretensamente digna da metrópole, a Faria Lima.

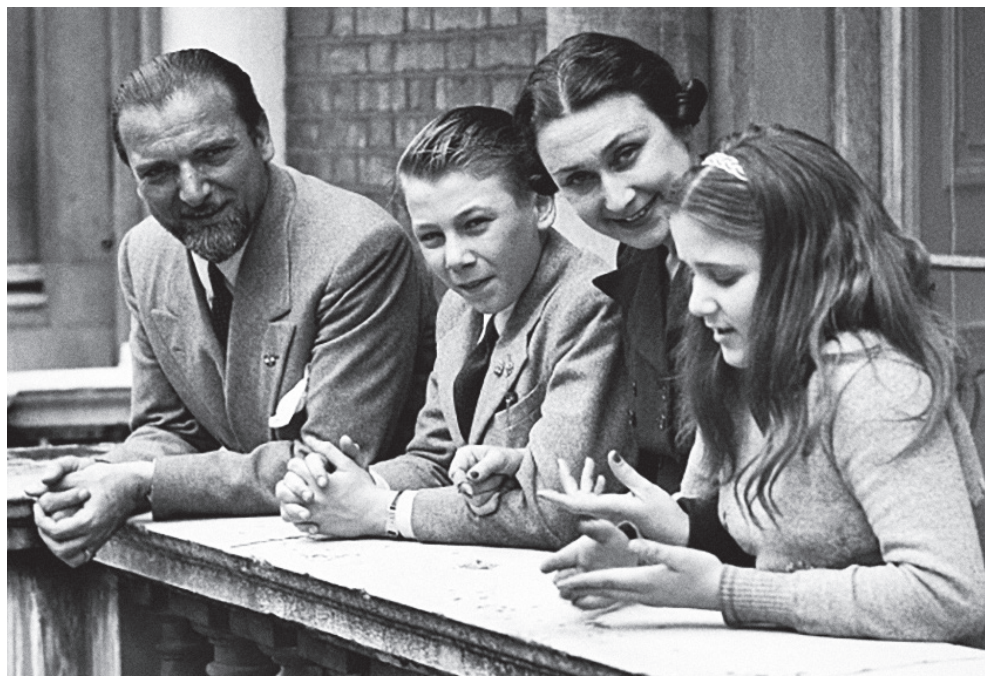
Dino Grandi sabia da história da prisão

"Fuzilado" por fogo amigo

de meu pai nos tempos da República de Salò e logo procurou a família Carta para encontrar uma audiência atenta às suas aventuras. Lembro-me das visitas noturnas daquele que fora personagem central da fatídica derrubada de Mussolini. Vestia sobre o pijama uma surrada capa de chuva de cor incerta e, assim ajambrado, partia de chinelos pela Rua Iguatemi a caminho da casa dos Carta, onde seria possível também filar uma boia. Ao cabo oferecia um espetáculo deslumbrante aos olhos e ouvidos dos seus hóspedes, ao contar seus tempos de embaixador em Londres, a privar da companhia frequente de Winston Churchill, eventualmente à luz de uma lareira com um copo de uísque próximo.

O primeiro-ministro inglês, aquele que prometia sangue, suor e lágrimas, alimentava simpatia pelo anticomunismo irredutível de Mussolini, o qual, por isso, parecia-lhe digno de alguma, ou bastante, consideração. Mas o ponto alto das evocações era a memória da reunião do Grande Conselho, e dos comportamentos de todas as figuras envolvidas, enquanto um pequeno avião esperava os conspiradores depois do encontro com o rei, para chegar a Lisboa, primeira etapa para Dino Grandi antes da parada final no Brasil.

Meu pai pintava por um talentoso *hobby*, os pincéis entregavam-se às suas mãos com notável tranquilidade, e aqui vai publicado um quadro que ele fez, plantado o cavalete às margens do pequeno jardim da casa dos Grandi, retratando o panorama que dali se via. O resto que se enxergava era exatamente quanto o quadro mostra. E ao lado da árvore está o primeiro esboço da Avenida Cidade Jardim, a caminho do Jockey Club. À extrema-direita, as casinholas que seriam demolidas pelo prefeito para oferecer espaço à sua obra suntuosa.

Dino Grandi tinha uma família simpática, mulher inteligente e espirituosa, e dois filhos, Simonetta e Franco, muito bem-educados, com os quais

A família Grandi ao completo

mantive uma amizade longeva. Simonetta, às vezes, dançava no alpendre da casa dos Carta, nos braços de Aldo Calvo, amigo de infância de minha mãe e cenarista de teatro. Mais tarde, colaboraria para equipar o teatro de Brasília recém-inaugurada. Eu, adolescente, tocava os discos naquilo que chamávamos vitrola. Simonetta, tempos depois, vinha frequentemente à nossa casa para jantar, e fez exposição de seus trabalhos, imagens fotográficas ousadamente retocadas, no Museu da Imagem e do Som.

A paisagem diante da casa dos Grandi. Encoberta a Avenida Cidade Jardim, passando aos pés da árvore. E, à direita, a ausência da Versalhes de Fábio Prado

O irmão, Franco, encontrei-o na casa de amigos brasileiros, por ocasião de uma passagem dele por São Paulo, e nos abraçamos com carinho. Estava para completar 70 anos e dissertava sobre as responsabilidades da idade. Havia se tornado um empresário bem-sucedido no ramo da suinocultura, praticada na região da Emilia Romagna, terra de sua origem familiar. Escreveu-me depois uma longa carta, para dizer das suas recordações do passado vivido no Brasil. Guardei-a como preciosa lembrança.

No meio de sua descrição da fuga, Grandi, com voz grave, carregada de tensão, referia-se aos sentimentos que o tomavam enquanto voava para Portugal. Lá pelas tantas, descreveu com especial embargo o momento em que do avião que o levava viu embaixo o lago Trasimeno, na fronteira entre Toscana e Úmbria. De vez em quando, em momentos tensos, a família Carta repetia a frase "E embaixo o Trasimeno", em tom de falso desespero, a imitar o tormento do fugitivo.

UMA LIÇÃO DE ANTIFASCISMO

O segundo volume da trilogia *M* concentra-se no período que vai de 1925 a 1932

POR ANA PAULA SOUSA

Enquanto *M – O Filho do Século* é transformado em uma série televisiva, Antonio Scurati dedica-se a concluir a saga histórica protagonizada por Benito Mussolini. *M – O Homem da Providência* (Intrínseca, 608 págs., 99,90 reais) começa onde o *best-seller* anterior parou.

O segundo volume da trilogia vai de 1925 a 1932 e, como descreve a editora, "mostra desde as consequências das leis fascistas que desmantelaram o Estado italiano até o aniversário de 10 anos da Marcha sobre Roma, evento responsável, em grande parte, pela chegada de Mussolini e de seu partido ao poder". Inclui-se no período o Tratado de Latrão, de 1929, que transformou a cidade do Vaticano em um Estado, sede da Santa Sé, e estabeleceu o catolicismo como religião nacional.

Entre os personagens reais, estão personalidades complexas que gravitavam ao redor de Mussolini, como Augusto Turati (1888-1955), uma figura obscura, viciado em esportes e em assédio sexual, e Margherita Sarfatti (1880-1961), jornalista e crítica de arte de origem judaica que foi uma das amantes do ditador e converteu-se ao catolicismo.

GRETA STELLA, ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES E LEEMAGE/AFP

A saga histórica escrita pelo autor italiano Antonio Scurati vai virar uma série televisiva

Scurati, que tem 52 anos, costuma definir-se, em entrevistas, como integrante da última geração italiana criada com valores antifascistas. Ele enxerga, nas novas gerações, uma certa nostalgia de Mussolini que, inevitavelmente, mina a democracia. Não à toa, tem se dedicado à monumental empreitada de construir aquilo que o *New York Times* define como "uma verdadeira lição de antifascismo em forma de romance".

Feminismos em conflito

ENTREVISTA Lucy Delap percorre 250 anos de história para desfazer mal-entendidos sobre a luta das mulheres no passado

A ANA PAULA SOUSA

Na segunda-feira 7, véspera do Dia Internacional da Mulher, a professora Lucy Delap, da Universidade de Cambridge, destinou cerca de 40 minutos de sua agenda para conversar, via Zoom, com *CartaCapital*. É comum, quando o 8 de março se aproxima, que Lucy veja os convites para entrevistas e palestras crescerem. Mas no último ano isso se intensificou.

Historiadora de formação e especializada em estudos de gênero, Lucy é, no meio acadêmico, uma reconhecida pesquisadora do feminismo. Foi, porém, por meio do livro *Feminismos – Uma História Global*, publicado no Reino Unido em 2021 e agora lançado no Brasil, que seu nome se popularizou.

O trabalho, traduzido em vários países – Alemanha, Estados Unidos, Rússia, China, Lituânia, Polônia e Tailândia, entre eles –, pretende-se uma nova narrativa a respeito do feminismo. Lucy procura desconstruir tanto a ideia das "ondas" quanto a visão de que o feminismo tem avançado, no sentido de hoje lutar por "grandes coisas" ou ser mais radical.

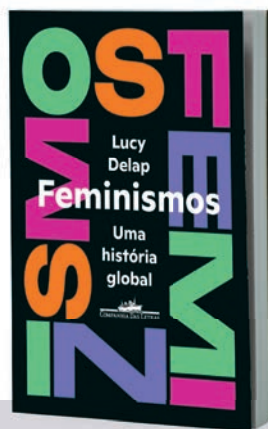
"Desde o século XVIII há mulheres lutando por coisas grandes. O movimento não se dá em uma linha reta. Ele anda em círculos, e as mudanças não acontecem apenas porque o tempo avança", diz, relembrando, de saída, políticos como Jair Bolsonaro e Donald Trump.

Antes de responder às perguntas, Lucy prefere, ela mesma, fazer uma: "Que tipo de ataque às mulheres faz o Bolsonaro?" O relato sobre o áudio do deputado Arthur do Val (*ler texto à pág. 28*), a professora fica boquiaberta. No entanto, ao ouvir, na sequência, o comentário sobre o quão atrasado é o Brasil no trato da mulher, ela rebate a ideia.

FEMINISMOS - UMA HISTÓRIA GLOBAL.
Lucy Delap. Companhia das Letras (336 págs., 84,90 reais).

Lucy Delap: Eu não acredito nesse tipo de narrativa, sobre o Brasil, por exemplo, estar atrasado. Meu livro procura, justamente, desfazer esse tipo de ideia. O feminismo é um movimento inacreditavelmente global e multifacetado. E essa impressão que você tem sobre o Brasil é comum entre as mulheres de outros países. Enxerga-se o feminismo europeu ou norte-americano como estando em um nível mais avançado, mas isso não é verdade. No Brasil, no século XIX, as mulheres que lutavam pelo direito à educação estavam no mesmo momento que as mulheres europeias. Ainda há homens, seja na Alemanha seja na Finlândia, capazes de falar como esse político que você citou. Eu sinto, inclusive, que o feminismo tem ganhado força mais no Brasil por causa do Bolsonaro e do lugar que ele reserva às mulheres no discurso dele. Ao mesmo tempo, o fato de pessoas como o Bolsonaro e o Trump dizerem o que dizem mostra que as coisas não vão, simplesmente, melhorar com o tempo.

CartaCapital: A senhora percorre 250 anos e estrutura o livro não cronologicamente, mas por temas. Qual é o seu objetivo com essa abordagem?

LD: Sinto que existe hoje um certo antagonismo em relação à luta feminista do passado, como se ela tivesse sido sempre racista ou feita apenas por mulheres brancas da classe média. Atribui-se ao feminismo atual maior sofisticação e nuances, mas, quando olhamos para as ideias defendidas no passado e para as estratégias de luta, encontramos muitos aspectos comuns. Acho que, se olharmos de maneira menos hostil para o passado, não só encontraremos conexões como também algo a aprender. As questões de raça tiveram de ser negociadas no passado, assim como há coisas que têm de ser negociadas hoje. Ou seja, olhar para trás nos mostra que não há nada de estranho em haver divisões dentro do fe-

Movimentos. Historiadora e professora da Universidade de Cambridge, a autora define o movimento feminista como "inacreditavelmente global e multifacetado"

UNIVERSITY OF CAMBRIDGE E RODRIGO BUENDIA/AFP

minismo. As divisões e os conflitos são normais, e não nos impedem de fazer política conjuntamente. Assim como posturas por vezes menos antagonistas em relação aos homens não necessariamente enfraquecem a luta.

CC: No seu doutorado, a senhora debruçou-se sobre uma publicação de 1911, a *Weekly Feminist Review*. Por que essa revista a interessou?

LD: Comecei a ler os volumes de 1911 e não consegui passar de 1912 (*risos*). Pensei que encontraria um registro do feminismo liberal, da luta das mulheres pelo direito de serem juízas e médicas, por exemplo. Mas não. A revista era totalmente *avant-garde* e tentava imaginar um outro mundo. Como seria o mundo se não houvesse dinheiro? Como as mulheres podiam conciliar o controle de natalidade com prazer sexual? Como seria uma supermulher (em referência ao conceito de super-homem de Nietzsche)? Pedir para votar é muito mais fácil do que se pôr essas questões. Ou seja, o feminismo não começou pedindo pequenas coisas para chegar às grandes. Mesmo o feminismo negro e o transfeminismo, nada disso é novo. A metáfora das ondas nos faz pensar no movimento como se não tivesse havido conflitos. Mas a história do feminismo não é apenas sobre solidariedade. Ela sempre foi sobre conflito racial, de gênero e de classe.

CC: Pelo que entendo, o feminismo, a seu ver, é uma chave por meio da qual podemos compreender o mundo. Da mesma forma que se pode interpretar o mundo por meio do marxismo, se pode fazê-lo por meio do feminismo. É isso?

LD: Exatamente. Podemos ter novas leituras sobre as guerras ou os impérios a partir da luta feminista.

CC: Como pesquisadora, a senhora passa, inevitavelmente, pelas questões do corpo. Nesse ponto específico, acha que avançamos de fato?

LD: O que mudou é que os homens, cada vez mais, se preocupam com os próprios corpos. Mas, se eles fazem isso, não é porque a sociedade os escrutina, como faz com as mulheres. As mulheres, por sua vez, usam calças e não têm os corpos sexualizados como antes. Mas os distúrbios alimentares estão aí, e olhe, por exemplo, para a quantidade de cirurgias plásticas na Coreia do Sul. Quase todas as mulheres sul-coreanas acham que precisam modificar algo em seus corpos. Uma boa forma de se olhar para o feminismo é analisando a indústria global de cirurgias plásticas, que não para de crescer. Isso não deixa de ser um tipo de opressão feminina. •

O ator vive um Bruce Wayne socialmente desajeitado

De ídolo juvenil a astro excêntrico

TheObserver Após uma década passada no cinema de arte, Robert Pattinson, tornado famoso com a saga *Crepúsculo*, volta à lista A de Hollywood como Batman

POR WENDY IDE

À primeira vista, parece uma carreira de estrela de cinema bem administrada: a promoção de galã de franquia adolescente para um papel de astro num filme de super-herói. Mas a jornada de Robert Pattinson desde *Crepúsculo* – filme que fez dele, juntamente com a coestrela e namorada Kristen Stewart, uma das pessoas mais famosas do planeta – até a última encarnação do cavaleiro das trevas Bruce Wayne em *Batman,* tem sido enigmaticamente tortuosa.

Ele fez um desvio de uma década pelo cinema de arte e de autor. Passou por papéis excêntricos – os malucos e esquisitos,

os irresponsáveis e os basicamente inconfiáveis – antes de, finalmente, voltar a ocupar um lugar na lista A de Hollywood.

Pode ter sido uma estratégia arriscada, mas valeu a pena. Pattinson, hoje com 35 anos, aprimorou seu talento temperamental. Ele não é apenas um astro de cinema. É um ator de personagens emocionantemente imprevisíveis e ousados. E soube, ainda, alimentar algo que faz falta em sua geração: uma excentricidade revigorante.

Pattinson viu-se em uma posição financeiramente privilegiada após *Crepúsculo*, saga que teve filmes de 2008 a 2012. A suposição amplamente aceita, pela indústria e pelo público, era a de que a rede de segurança propiciada por *Crepúsculo* lhe permitia buscar papéis no tipo de filme que ele próprio preferia assistir, trabalhando com diretores que o inspiravam, como David Cronenberg, Claire Denis, Robert Eggers e os irmãos Safdie.

Ele dizia, no entanto, com uma crueza incomum, que as ofertas de papéis na liga principal da indústria, simplesmente, não se materializavam. E assim, tendo traçado um curso em águas artísticas, ele, efetivamente, retirou-se da lista A.

Esta última opção parece, porém, improvável. Não importa quantos papéis *indie* de matadores de gaivotas em preto e branco você faça *(O Farol)* ou a quantos exames de próstata você se submeta na tela *(Cosmópolis)*, você não deixa de ser uma das estrelas mais lucrativas do planeta da noite para o dia.

Vale a pena mencionar, neste ponto, que o peculiar e autodepreciativo Pattinson não é o narrador mais confiável da própria vida. Ele passou por uma fase de apimentar entrevistas com incidentes fictícios: a história traumática de testemunhar a explosão de um carro de palhaço durante uma visita ao circo na infância, por exemplo. Ou o momento em que ele alegou que foi jantar com uma perseguidora na Espanha e depois a assustou por ser uma péssima companhia.

As invenções de Pattinson têm certa inclinação para os contos surreais e quase críveis, em miniatura. Não à toa, Eggers, diretor de *O Farol*, compara seu senso de humor excêntrico e inexpressivo ao do comediante Andy Kaufman.

A verdade é que, mesmo que não estivesse no topo da lista A, ele, certamente, estava na lista A adjacente. Caso contrário, não teria sido escalado para *Batman*. “É inegável que ele é uma força a ser reconhecida”, diz Cindy Tolan, uma das diretoras de elenco de *Batman*. “Robert é um ator incrível, que possui um talento extraordinário. Em *A Caçada, Cosmópolis* e, depois, *Bom Comportamento*, ele mostra uma sutileza reprimida, silenciosa, uma técnica incrível.”

Mas o ator que vemos no capuz de morcego percorreu um longo caminho desde que foi o morto-vivo favorito de todos, com um tom de pele perolado e, como Pattinson apontou numa entrevista à época, alguns grandes problemas pessoais. “Quanto mais eu lia o roteiro, mais eu odiava aquele cara. Então foi assim que o interpretei: como um maníaco-depressivo que se odeia. Além disso, ele é virgem aos 108 anos, então, obviamente, tem alguns problemas.”

E o personagem de *Crepúsculo*, Edward Cullen, não era o único alvo de Pattinson. Suas escolhas posteriores podem ser vistas como uma série de contra-ataques ao *status* de astro do cinema e, no caso da ácida sátira de Cronenberg a Hollywood, *Mapas para as Estrelas*, contra a própria indústria cinematográfica.

No auge da fama, o ator trocava de roupas e de carros para confundir os fãs e os *paparazzi*

Outros atores tiveram relações conflitantes com suas próprias vantagens físicas – Brad Pitt, por exemplo, prefere que o assunto de sua aparência permaneça fora dos diálogos de seus filmes. Mas poucos foram à guerra contra a própria beleza da mesma maneira que Pattinson. Suas escolhas desmantelaram sistematicamente seu apelo estelar para revelar algo mais complexo, intrigante e, às vezes, quase desagradável.

Pattinson não tem medo de abraçar os aspectos mais repulsivos de seus personagens ou de sua personalidade. Ele é, afinal de contas, um ator que lançou (falsos) rumores sobre a própria higiene e que, mesmo assim, fechou um lucrativo contrato como o rosto do perfume Dior Homme.

Em *Cosmópolis*, a primeira de duas colaborações com Cronenberg, seu personagem, um bilionário gerente de ativos, é, de certa forma, vampiresco, mas muito mais frio e cruel do que Cullen jamais foi. No *thriller* pós-apocalíptico *A Caçada*, interpretando um fora da lei, ele se esconde atrás de dentes que parecem emprestados de um cadáver e tiques faciais. Em *Bom Comportamento*, seu bandido em fuga é escorregadio, suando de pânico e desespero.

Mas talvez o mais revelador de seus empreendimentos pós-*Crepúsculo* tenha sido *Fear & Shame* (*Medo e Vergonha*), comédia em curta-metragem escrita e dirigida por ele. O filme mostra o ator, cercado por fotógrafos (“um desafio de *trolls*!”) e pedestres curiosos, tentando atravessar Nova York para satisfazer seu desejo por um cachorro-quente. É peculiar, autogozador e tem um humor afiado. Ele também captura a qualidade isolada e desengajada que o torna tão ade-

quado para papéis de *outsider* – dos quais o mais recente é o Batman.

Criado em Barnes, no oeste de Londres, supostamente expulso de uma escola preparatória por roubar e vender revistas pornográficas para colegas, e inicialmente mais interessado na música que no teatro, Pattinson despertara certo grau de atenção após a aparição como Cedric Diggory, em *Harry Potter e o Cálice de Fogo,* de 2005. Lucy Bevan, a outra diretora de elenco de *The Batman,* lembra: "Conheci Rob quando ele tinha 17 anos e ainda estava na escola. Era tímido, mas tinha maneiras impecáveis e era intrigante".

Nos cultuados *Cosmópolis*, de Cronenberg, e *O Farol*, de Eggers (*acima*), o ator mostra uma técnica incrível. Com *Crepúsculo* (*à dir.*), ganhou dinheiro e fama planetária

Mesmo tendo aparecido em *Harry Potter*, ele não estava preparado para o sucesso dos filmes *Crepúsculo.* A fama era do tipo que exigia estratégias de fuga: Pattinson trocava de carros e de roupas para confundir fãs e *paparazzi*. Não era uma situação, disse ele, para a qual estivesse preparado. "Acho que ninguém pode entender o que está acontecendo. Você acorda um dia e, de repente, é uma estrela... muito estranho."

"É um pouco exagerado. Durante toda a minha vida, odiei multidões. Eu era uma pessoa bastante paranoica, então, realmente, não cai bem quando as pessoas estão olhando para você. Eu, realmente, não estou no trabalho certo. Não gosto que tirem fotos minhas. Não gosto de chamar atenção."

Ator que vive de energia nervosa, ele sabe aproveitar essa paranoia inata nos filmes. E isso significa que está muito apto para explorar o que descreveu em entrevistas como uma qualidade "estranha", socialmente mais desajeitada, em sua versão do Batman. "Há uma inclinação mais niilista nisso... está meio implícito que ele teve uma espécie de colapso", revelou ele à *GQ*.

"Você acorda um dia e, de repente, é uma estrela... Muito estranho", disse, há cerca de dez anos

O que virá agora? Um retorno a Gotham é, certamente, uma possibilidade, sobretudo porque há rumores de que a Warner Bros. considera fazer uma trilogia. Mas produções desse porte são enormes e demoradas. O que pode soar como uma boa notícia para os fãs de filmes baseados em histórias em quadrinhos, não será nada bom para o cinema independente se tirar de circulação, durante vários anos, um de seus atores mais intrigantes e aventureiros. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

A24/REGENCY, SUMMIT E EONE

VILMA REIS

A matança dos negros

▶ O assassinato de três jovens na Gamboa de Baixo, em Salvador, mostra, mais uma vez, que é preciso afirmar os direitos das juventudes criminalizadas

A *carne mais barata do mercado é a carne negra*, hino da resistência cantado por Elza Soares, nos lembra todos os dias que precisamos resistir para não morrermos nos becos da tristeza. Mas esta poesia também nos lembra que vivenciamos uma matança de jovens negros e negras, indígenas, ciganos e de tantos outros grupos secularmente agredidos no Brasil.

No dia 1º de março, chovia muito em Salvador e, ao amanhecer, surgiu a notícia de mais uma madrugada de terror em uma comunidade centenária de pescadores, no coração do Centro Antigo, na Gamboa de Baixo. A Polícia Militar da Bahia havia assassinado três jovens negros, com 16, 20 e 22 anos de idade.

No Brasil todo, ocorrem chacinas, prisões arbitrárias, abusos e humilhações aos jovens, às suas mães e avós, em geral nos becos e vielas dos territórios habitados por populações negras e empobrecidas. E a comunidade centenária não foi poupada. Mesmo vivendo no centro de Salvador, Patrick, Alexandre e Cleverson tiveram as vidas ceifadas.

Por isso, faço desta coluna um ato-manifesto, com propostas para pensarmos e mudarmos as políticas de segurança pública no Brasil. Precisamos nos pautar pelos direitos humanos e romper com um tabu da administração pública brasileira, tratado como preceito: de que essas políticas só podem ser alteradas a partir do governo federal. Entendo, ao contrário, que precisamos agir nas gestões públicas municipais para acolher as infâncias e juventudes.

Para mudar o quadro atual de violações praticadas pelas Guardas Civis Municipais é preciso, em primeiro lugar, afirmar os direitos das juventudes criminalizadas, respondendo com políticas sociais de acolhimento e inserção sociocultural. Isto se faz com a criação de centros comunitários nas regiões mais empobrecidas e criminalizadas das cidades. Esses espaços de convivência devem prover acesso a bibliotecas, internet livre e condições para a impressão de materiais individuais e coletivos. Devem, além disso, ter salas de cinema, dança, música.

Esse projeto poderia ser a retomada do Programa Juventude Negra Viva, elaborado a muitas mãos durante o governo Dilma, sob a coordenação da ministra Luiza Bairros, na Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir) e na Secretaria Nacional de Juventude. Esse foi um primeiro momento na elaboração de uma política focada nas juventudes desumanizadas, criminalizadas e assassinadas pelas forças públicas e pelos grupos paramilitares tolerados pelo Estado.

Outra medida urgente para conter a matança da juventude no Brasil é a implementação do programa de instalação das câmeras nos uniformes dos policiais de todos os estados. Tendo em vista que a Bahia é o estado que, vergonhosamente, mais encarcera pessoas a partir do reconhecimento facial, nos causa espécie que não use ainda esse instrumento para fortalecer as políticas de investigação e, lamentavelmente, siga sendo esta polícia que atira para matar. Portanto, nossa recomendação que o governo da Bahia agilize com a criação e instalação desse programa o quanto antes, pois, com esse mecanismo, talvez as mães dos três jovens não estivessem agora chorando a dor do assassinato dos seus filhos. A implementação dessa política no estado de São Paulo tem produzido resultados muito impactantes na preservação da vida de civis.

Ainda no sentido de buscar mudanças a partir dos lugares onde vivemos, os estados precisam fortalecer e ampliar as Defensorias Públicas em cada comarca. Isso é importante porque onde a Defensoria Pública chega é possível diminuir a criminalização dos jovens, uma vez que os mesmos passam a acessar mais mecanismos de defesa e a ampliar a possibilidade de, por exemplo, sair em liberdade numa audiência de custódia.

A nossa resistência organizada em cada uma das comunidades, como Gamboa de Baixo e o Morro do Salgueiro, precisa muito da presença consequente de Estado, com políticas públicas em escala e focadas em resolver problemas concretos a partir de medidas de equidade racial, de gênero, geração, territorialidades e justiça socioambiental. Deve-se acolher a partir da escuta qualificada.

Este modelo aqui desenhado nada tem a ver com balas, prisões ilegais, humilhações e assassinatos decorrentes do permanente terror de Estado. A esta violência nós resistimos e respondemos com uma luta potente no meio das ruas, como fizemos na segunda-feira 7, tomando a Avenida do Contorno, em Salvador, para gritar por vida e liberdade. •

vilmareis29@hotmail.com

BAPTISTÃO

AFONSINHO

Um clássico e tanto

▶ O melhor da partida entre o Real Madrid e o Paris Saint-Germain foi o futebol jogado palmo a palmo, com os melhores atletas hoje em atividade

O tormento e a tristeza que nos acompanham em meio às notícias da guerra mostram, para todos, a precariedade deste estágio em que vive a humanidade. A despeito das louvadas conquistas de tecnologia, o *homo sapiens* segue dividido, rachado e confuso com seus próprios poderes.

Eu, do meu lado, sigo tentando compreender de que forma tudo isso que nos rodeia se reflete no esporte. Impossível não ser impactado pelas notícias dos esportistas em fuga, buscando formas de escapar da precariedade gerada pela guerra estéril.

Não é, certamente, por acaso que, nas manifestações esportivas, a tensão explode em todos os campos. No México, num jogo do Campeonato Mexicano, pelo menos 22 pessoas ficaram feridas depois de uma briga entre torcedores do Querétaro e do Atlas. A confusão aconteceu no estádio La Corregidora, do Querétaro.

As imagens da confusão, disponíveis em vídeos que circularam pela internet, trazem à lembrança a violência dos Hooligans ingleses e suscitam a seguinte pergunta: foram criadas soluções para a violência entre torcidas ou apenas elitizaram ainda mais o futebol?

As inúmeras tentativas de mudanças na condução no futebol refletem a urgência na necessidade de transformação da caótica situação do futebol no mundo.

Acabam de ser condenados pela justiça Suíça os mais altos mandatários da Federação Internacional de Futebol (FIFA) por corrupção na escolha das sedes para Copas do Mundo passadas. Não podemos nos esquecer de todos os outros que já foram condenados e dos brasileiros que os acompanharam.

A justiça brasileira, por sua vez, manifestou-se sobre os processos de poder na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que está realizando agora eleições para a substituição do presidente afastado.

No caso do futebol, temos falado sobre o sistema medieval que o aprisiona. Um sistema composto por ligas, federações e confederações.

Aqui, as tentativas de mudança desse sistema fizeram com que fosse anunciada, recentemente, a criação do grupo Forte Futebol. Segundo os clubes que já aderiram ao grupo – dez da Série A do Campeonato Brasileiro –, "o grupo é aberto, sem sócios fundadores, em que todos os participantes terão voz".

O objetivo é darem respostas comuns a assuntos relacionados aos rumos do futebol brasileiro. Diz-se, porém, que esse movimento teria sido parte dos acertos envolvendo as novas eleições da CBF.

A importância do esporte no conjunto da vida humana é indiscutível. Assim como é indiscutível que futebol e política se misturam, sim.

A maior prova disso, nos dias que correm, é que o presidente do poderoso Chelsea, o russo Abramovich, entrou no rol dos atingidos pelas medidas punitivas ligadas ao conflito Ocidente-Oriente que estamos vivenciando.

Apesar de todas as encrencas, a bola continua rolando onde é possível. O jogo de volta entre Real Madrid e Paris Saint-German (PSG) pelas oitavas de final da Champions League serviu para eletrizar a quarta-feira 9.

A maravilha do esporte iluminou a tarde, em pleno meio de semana, com um jogo que teve todos os ingredientes de um espetáculo a ficar marcado na história.

O clássico do melhor campeonato de futebol do mundo, que terminou com a vitória do Real Madrid por 3 x 1, teve de tudo. Começou com uma verdadeira "briga de galos", ocasionando não só muitos erros de passes, mas principalmente roubadas de bola pela marcação homem a homem. No início da partida, houve até choque entre atletas da mesma equipe: o brasileiro Militão e o alemão Kroos.

Desde a saída de bola, o jogo foi surpreendente. Vitorioso na queda da moeda, o capitão do Real, Benzema, mostrou o estado de espírito dos jogadores do time: não fez questão de escolher o lado do campo para o começo do jogo. Apenas ficou com a bola.

Nas arquibancadas, a torcida local não deixou por menos, exibindo um painel gigante com a seguinte frase: "Somos os Reis da Europa". Mostravam assim sua disposição para encarar, em desvantagem – o PSG ganhou por 1 x 0 na ida –, uma verdadeira final antecipada.

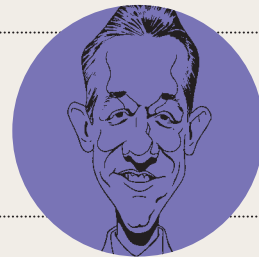
O melhor de tudo foi o futebol jogado palmo a palmo, com um conjunto dos maiores jogadores do momento. Víamos a bola no chão o tempo todo, mesmo nos espaços mais exíguos.

Ao fim de tudo, a virada sensacional do Real levantou novas manifestação de insatisfação com a trinca Messi, Neymar e M'Bappé – o francês marcou presença com mais um gol de futebol de botão. A partida também colocou nas alturas o grande artilheiro Benzema, que marcou sua passagem pelo Real com três gols, em pouquíssimo tempo, em um jogo de tamanha expressão. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ARTHUR CHIORO

BAPTISTÃO

Despautérios sem-fim

▶ Os ministros da Saúde de Bolsonaro são próceres em dizer absurdos. O mais recente deles foi o anúncio da mudança do *status* da pandemia para o de endemia

Quem usa as diferentes mídias para emitir opiniões está sujeito a cometer equívocos, produzindo informações não condizentes com a realidade. Nestes casos, espera-se a pronta reparação, corrigindo aquilo que não se sustenta. Isto é especialmente importante quando se trata de autoridades públicas, cujas opiniões podem influenciar, ou mesmo definir, o que acontecerá com o País ou com a vida de milhões de pessoas.

A primeira coisa que um gestor da saúde aprende é que seus pronunciamentos exigem responsabilidade, cautela e devem ser pautados por evidências científicas, ética, prudência e bom senso. Fui secretário municipal de Saúde por nove anos e dediquei outros cinco ao Ministério da Saúde – dois deles como ministro. Senti na pele os riscos e a importância de produzir mensagens seguras, prudentes e éticas. Afinal, a vida de ministro da Saúde no Brasil não é nada fácil.

Na história recente, cada responsável pela pasta, a despeito dos problemas e desafios cotidianos, teve pelo menos uma epidemia ou catástrofe sanitária para chamar de sua. Adib Jatene enfrentou a reemergência da cólera. José Serra lidou com o período mais crítico da epidemia de Aids. Humberto Costa com a dengue e a crise dos hospitais no Rio de Janeiro. José Temporão liderou o enfrentamento à epidemia de Influenza H1N1. Alexandre Padilha colocou toda a estrutura do ministério para apoiar as vítimas da catástrofe na Serra Fluminense e do incêndio na boate Kiss.

Na minha gestão, preparamos o País para enfrentar a epidemia de Ebola, que acabou não chegando ao nosso continente. Marcelo Castro teve de lidar com a epidemia de Zyka e as crianças com microcefalia. Todos contamos, de alguma forma, com o apoio dos nossos presidentes e da estrutura do governo federal.

Trágico para o nosso destino foi o fato de a Covid-19, o maior desafio sanitário de todos os tempos, eclodir justamente na gestão de um presidente negacionista, que se transformou em um inimigo mais implacável do que o próprio Coronavírus.

Para dar guarida às absurdas teses por ele defendidas, a estrutura e a própria capacidade de coordenação do Ministério da Saúde foram destruídas. A articulação interfederativa, necessária para integrar as ações efetuadas por municípios, estados e União, foi substituída por um federalismo de confrontação.

Os sucessivos ministros da saúde de Bolsonaro têm sido próceres em produzir manifestações estarrecedoras. Não me refiro apenas ao general Pazuello, o mais despreparado ocupante da pasta desde a sua criação, em 1953. Marcelo Queiroga, embora seja médico, afirmou, por exemplo, que a vacina contra Covid-19 teria produzido mais de 4 mil óbitos no País. Sua pérola mais recente foi anunciar o rebaixamento do *status* da pandemia para o de endemia. Trata-se de um profundo e proposital equívoco.

Conceitualmente, epidemia é a ocorrência repentina, brusca e não habitual de um número muito grande de casos de uma área geográfica delimitada. Pandemia é quando a ocorrência não se limita a uma área geográfica, expandindo-se por países e continentes.

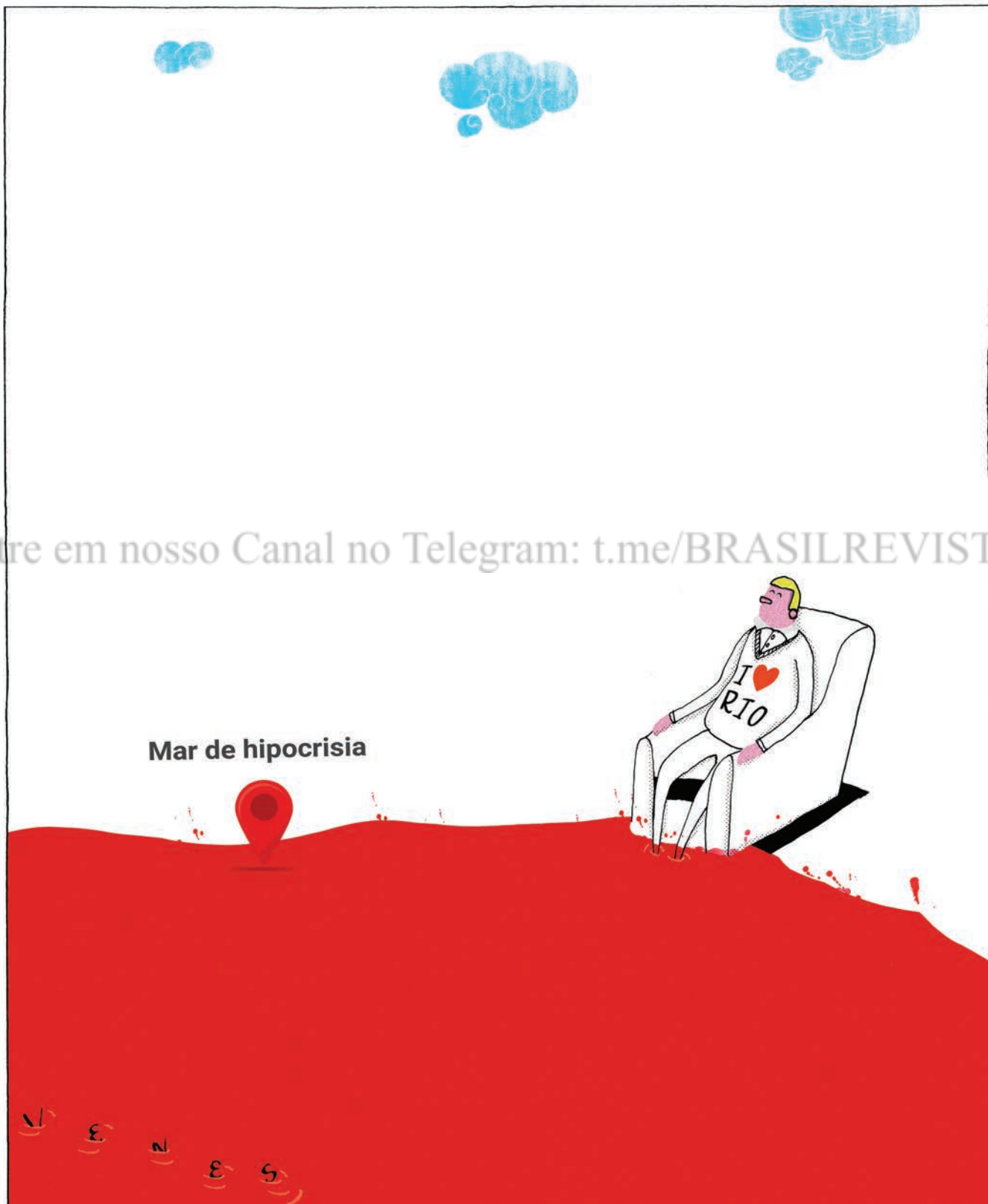
Não cabe a um ministro decretar o fim da pandemia. Ainda mais quando apenas 13,6% das pessoas que vivem em países de baixa renda receberam ao menos uma dose de vacina. Poderiam contribuir para o seu fim se fizessem algo pela saúde global ou pelos mais de 60 milhões de brasileiros que não tomaram a vacina ou estão com esquemas vacinais incompletos. Nesse grupo há não só crianças, mas idosos. Um em cada quatro idosos não tomou vacina adequadamente. Mas o governo continua se omitindo.

Endemia, por sua vez, é a ocorrência de uma determinada doença que, no decorrer de um largo período histórico, acomete sistematicamente grupos em determinados territórios, mantendo um número de casos novos constante, com variações sazonais. Algumas doenças, como a tuberculose, são endêmicas, e isso não é uma vitória. Mesmo que esse possa ser o destino da Covid, é inaceitável a posição do governo brasileiro.

Um grande sanitarista, Gilson Carvalho, costumava dizer que os gestores da saúde sofrem de "portariofilia", uma terrível doença que os impele a produzir incontáveis portarias e atos oficiais, ainda que desnecessários. Neste caso, terminar a pandemia por decreto é admitir que ela nunca foi levada a sério.

A intenção é apenas tentar tirá-la da pauta política eleitoral. Vale dizer, todavia, que em memória das mais de 650 mil vítimas de Covid-19 e dos milhões de brasileiros que viverão com sequelas da doença pelo resto da vida, isso não acontecerá. •

redacao@cartacapital.com.br

VENES CAITANO

Webinar

Educação Básica:
caminhos para
a retomada

—

22/03/2022
Online e gratuito

CartaCapital, com apoio técnico do Todos pela Educação, promoverá, dia 22 de março, um debate sobre os desafios de um projeto de (re)construção da educação no Brasil. Uma das áreas mais prejudicadas pela pandemia e por seis anos de políticas de austeridade e cortes nos gastos, o ensino será um dos motores não só da recuperação econômica, tão urgente, mas também um pilar da formação de um país consciente, preparado para rejeitar no futuro experiências nefastas como a que está submetido neste momento.

Calendário do evento

Mesa 1

9h10: Abertura Manuela Carta, Publisher de *CartaCapital*
9h20-10h40: "Desafiando a lógica: como estados de menor nível socioeconômico têm mudado o jogo da educação e por que isso é central para o futuro central para o futuro"

Participantes confirmados

Flávio Dino
governador do Maranhão

Paulo Câmara
governador de Pernambuco

Camilo Santana
governador do Ceará

Mesa 2

10h50: Abertura Priscila Cruz, Presidente-Executiva de Todos pela Educação
11h-12h20 "(Re)construindo a educação que queremos: quais os caminhos para uma educação empoderadora?"

Participantes confirmados

Zara Figueiredo
docente, Universidade Federal de Ouro Preto

Binho Marques
educador e ex-governador do Acre

Rozana Barroso
presidente da Ubes

Gregório Grisa
professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

Faça a sua inscrição no site:
dialogoscapitais.com.br